



RIO CLARO

---

# TERRITÓRIOS E IDENTIDADES CULTURAIS: O CENTRO URBANO DE RIO CLARO/SP.

---

Aluna: Camila C. P. Campoy

Orientadora: Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi



PUC CAMPINAS | CEATEC | POSURB-ARQ

2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ALUNA: CAMILA CRISTINA PICCOLI CAMPOY**

**TERRITÓRIOS E IDENTIDADES CULTURAIS: O CENTRO URBANO DE RIO  
CLARO/SP**

**CAMPINAS / SP**

**2022**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ARQUITETURA E**  
**URBANISMO**  
**CAMILA CRISTINA PICCOLI CAMPOY**

**TERRITÓRIOS E IDENTIDADES CULTURAIS: O CENTRO URBANO DE RIO**  
**CLARO/SP.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

**CAMPINAS / SP**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

380.85  
C198t

Campoy, Camila Cristina Piccoli

Territórios e identidades culturais: o centro urbano de Rio Claro/SP / Camila Cristina Piccoli Campoy. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

156 f.: il.

Orientador: Maria Cristina da Silva Schicchi.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Identidade. 3. Rio Claro (SP). I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 380.85

# CAMILA CRISTINA PICCOLI CAMPOY

## “TERRITÓRIOS E IDENTIDADES CULTURAIS: O CENTRO URBANO DE RIO CLARO/SP”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

Dissertação defendida e aprovada em 26 de janeiro de 2022 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



---

**Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi**

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Ana Paula Farah**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Profa. Dra. Eneida de Almeida**

Universidade São Judas Tadeu

## AGRADECIMENTOS

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001,

Por tornar possível esta pesquisa através de financiamento educacional.

À Prof. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi,

Orientadora e incentivadora dos trabalhos desenvolvidos junto ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, por sua atenção, dedicação e ética profissional; por acreditar em meu trabalho, possibilitar “novos olhares” em nossa área e me conduzir ao longo da pesquisa com paciência e sabedoria.

Aos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas,

Pelo apoio e por compartilharem seus conhecimentos, sendo de fundamental importância para minha formação.

Aos pesquisadores, cientistas e profissionais da saúde,

Que se dedicam e acreditam na importância desta profissão, em especial, aos que se empenham no combate à pandemia de COVID-19 e merecem este reconhecimento!

Aos amigos e familiares,

Pelo apoio, incentivo e compreensão enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho analisa a preservação do patrimônio cultural do centro urbano de Rio Claro/SP, através da compreensão sobre as questões de identidade e o sentimento de pertencimento da população em relação ao patrimônio cultural presente no centro da cidade, incluindo seu centro histórico, objeto de tombamento pelo Condephaat e área privilegiada em termos de investimentos públicos e privados. As propostas de tombamento priorizaram o patrimônio material por seus aspectos construtivos, sua relevância histórica e arquitetônica e o potencial para o aproveitamento turístico, sem o necessário entrelaçamento a outros valores, como os afetivos; além de excluir a maior parte dos remanescentes ferroviários, referências importantes para a história da cidade e do espaço urbano central. A metodologia histórico-crítica foi utilizada para a apreensão dos principais períodos de expansão da área central e sua correlação com os edifícios, lugares e dinâmicas urbanas estabelecidos. Na segunda etapa, o trabalho empírico de leitura da área central *in loco*, em seus aspectos físicos e de apropriação pelos diversos grupos, permitiu a identificação dos agentes de valorização do patrimônio e, na terceira etapa, o cruzamento desses dados possibilitou reflexões e análises das distintas ações de preservação sobre os bens reconhecidos oficialmente e outras referências culturais, a fim de contribuir com uma revisão crítica sobre os critérios de valorização e reconhecimento do patrimônio cultural no centro urbano de Rio Claro, de forma a fundamentar futuras políticas municipais.

**Palavras chaves:** patrimônio cultural, identidade, memória, centro urbano, ferrovia, referências culturais

## ABSTRACT

This work analyzes the preservation of the cultural heritage of the urban center of Rio Claro/SP, through the understanding of identity issues and the population's feeling of belonging in relation to the cultural heritage present in the city center, including its historic center, object of listed by Condephaat and privileged area in terms of public and private investments. The listing proposals prioritized the material heritage for its constructive aspects, its historical and architectural relevance and the potential for tourist use, without the necessary intertwining with other values, such as affective ones; in addition to excluding most of the railway remnants, important references for the history of the city and the central urban space. The historical-critical methodology was used to apprehend the main periods of expansion of the central area and their correlation with the buildings, places and urban dynamics established. In the second stage, the empirical work of reading the central area *in loco*, in its physical aspects and of appropriation by the different groups, allowed the identification of the heritage valorization agents and, in the third stage, the crossing of these data allowed reflections and analyzes of the different preservation actions on officially recognized assets and other cultural references, in order to contribute to a critical review of the criteria for valuing and recognizing cultural heritage in the urban center of Rio Claro, in order to support future municipal policies.

**Keywords:** cultural heritage, identity, memory, urban center, railway, cultural references.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01.</b> Imagem com vista da Avenida 1, Centro, data indefinida.....	33
<b>Figura 03.</b> Imagens da antiga Fábrica de Cerveja (à esquerda, fachada da Av. 2, e à direita, fachada da Av. 4), posteriormente Skol Caracu e atual instituição de ensino superior UNICEP, que ocupa parcialmente o edifício. ....	34
<b>Figura 04.</b> Mapa indicando a delimitação do Horto na formação, aproximadamente em 1916, indicando as propriedades de Fazendas, a região central da cidade e a Oficina da C.P.E.F. ....	35
<b>Figura 05.</b> Mapa com a delimitação do Horto Florestal de Rio Claro, em 1921, indicando no canto superior esquerdo a formação do Bairro Vila Paulista e a Fábrica de Seda (atual Shopping Center de Rio Claro). ....	36
<b>Figura 06.</b> Mapa do loteamento Villa Operária, em 1938. ....	36
<b>Figura 07.</b> Mapa de localização dos espaços ocupados por negros no território urbano de Rio Claro/SP. ....	39
<b>Figura 08.</b> Imagem da Igreja São Benedito.....	40
<b>Figura 09.</b> Imagens da antiga Figueira Centenária, no Largo de São Benedito, que estava com o tronco oco e com risco de cair. ....	41
<b>Figura 10.</b> Imagem da remoção da Figueira Centenária, no Largo de São Benedito, após desastre natural em 2015.....	41
<b>Figura 11.</b> Vista aérea das oficinas da CPEF, data indefinida. ....	44
<b>Figura 12.</b> Imagem da agência central de Correios, localizada na Rua 1, com Av. 2. ....	45
<b>Figura 13.</b> Imagem da Rua 1, com Av. 1, indicando o Hotel da Estação (à esquerda) e o antigo Rio Claro Hotel (à direita). ....	45
<b>Figura 14.</b> Vista aérea da Cervejaria Rio Claro (posteriormente Skol Caracu), com destaque à direita da Avenida Visconde do Rio Caro e o Mercado Municipal. ....	47
<b>Figura 15.</b> Vista do antigo Teatro Fênix, localizado na Av.1, Centro. ....	48
<b>Figura 16.</b> Imagem da atual Escola Técnica Eduq, antiga Escola SENAI Ferroviária, localizada na Rua 1B, Bairro Vila Aparecida. ....	50
<b>Figura 17.</b> Imagem da atual Casa e Vida (Rua 1, entre Av. 22 e 24, Bairro Vila Aparecida) / (à esquerda) antigo Cinema Tabajara, sem identificação de data. ....	51
<b>Figura 18.</b> Imagem do antigo Cinema Tabajara, sem identificação de data.....	51
<b>Figura 19.</b> Imagens das casas de funcionários administrativos do Serviço Florestal da Companhia Paulista, construída entre as décadas de 20 e 30 (à esquerda), e do Solar Amarelo (Residência dos Trabalhadores). ....	52
<b>Figura 20.</b> Imagens do Açude (à esquerda) e da Residência do Barão de Piracicaba, antigo Solar Navarro de Andrade, entre 1916 e 1941 (à direita). ....	52
<b>Figura 21.</b> Imagens da Casa de Madeira construída por Engenheiros Ambientais em 1962, com objetivo de verificar a durabilidade do Eucalipto (à esquerda) e da antiga ponte (deteriorada) que dava acesso à Capela Santo Antônio (à direita).....	52

<b>Figura 22.</b> Imagens da porta de entrada do Casarão Amarelo, indicando as siglas “SFCP”, Serviço Florestal da Companhia Paulista (à esquerda) e detalhe do piso de acesso ao Casarão Amarelo, indicando as siglas “SF”, Serviço Florestal (à direita).....	53
<b>Figura 23.</b> Mapa indicando a evolução urbana de Rio Claro/SP. ....	54
<b>Figura 24.</b> Imagem aérea do Centro Histórico de Rio Claro/SP, em 1998, com destaque da Igreja Matriz São João Batista ao centro (Rua 6, entre Avenidas 3 e 5 - Centro), a Praça da Liberdade (à direita) e a extensão. ....	55
<b>Figura 25.</b> Mapa da cidade de Rio Claro em 1835, produzido por Erminio Rossi. ....	57
<b>Figura 26.</b> Imagem da primeira Estação Ferroviária de Rio Claro, construída em 1876 e demolida em 1910, dando origem a Estação Ferroviária atual. ....	58
<b>Figura 27.</b> Imagem da localização do Centro Histórico de Rio Claro/SP. ....	59
<b>Figura 28.</b> Imagem dos containers voltados para a venda de produtos de artesãos locais, com imagens antigas da história da ferrovia, localizados na Rua 1, ao lado da Estação Ferroviária. ....	60
<b>Figura 29.</b> Mapa de uso do solo do Centro Urbano de Rio Claro/SP.....	61
<b>Figura 30.</b> E.F. Cel. Joaquim Salles. ....	65
<b>Figura 31.</b> Estação Ferroviária de Rio Claro/SP. ....	66
<b>Figura 32.</b> Gabinete de Leitura. ....	66
<b>Figura 33.</b> Museus Histórico e Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.....	67
<b>Figura 34.</b> Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, destacando o antigo Solar Navarro de Andrade. ....	67
<b>Figura 35.</b> Antiga residência do Barão de Porto Feliz.....	68
<b>Figura 36.</b> Antiga residência do Barão Visconde do Rio Claro, atual E.M. Marcello Schimidt. ....	69
<b>Figura 37.</b> Antiga residência da família Siqueira Campos, atual Casarão da Cultura. ....	69
<b>Figura 38.</b> Imagens (à esquerda) do Antigo Solar da Dona Luiza Botão, atual Secretaria da Etec “Armando Bayeux da Silva” e (à direita) o edifício que ocupa o mesmo lote, onde localizam-se as salas de aula da mesma instituição.....	70
<b>Figura 39.</b> Imagens (à esquerda) da Praça da Liberdade, com vista para a Igreja Matriz de São João Batista, e (à direita) do Obelisco comemorativo à República, com vista para o Fórum de Rio Claro. .	70
<b>Figura 40.</b> E.E. Irineu Penteado. ....	71
<b>Figura 41.</b> Imagem do antigo Casarão da Família Picoli, localizado na Rua 4, Avenidas 02 e 03, na Zona Central.....	72
<b>Figura 42.</b> Imagem da Agência Bancária Bradesco S/A, localizada hoje onde se situava o antigo Casarão da Família Picoli. ....	72
<b>Figura 43.</b> Imagem da antiga Residência da Família Cartolano (Rua 3, com Av 3), que após incêndio e demolição se transformou em uma unidade da Farmácia Droga Raia.....	73
<b>Figura 44.</b> Imagens do Centro histórico de Rio Claro/SP na década de 1950 (Esquerda); na década de 1990 (Direita). Nota-se a transformação em curso a partir da construção de edifícios verticalizados. ....	74
<b>Figura 45.</b> Mapa indicando terreno doado à Prefeitura Municipal de Rio Claro para a construção de casas operárias ao lado de um dos terrenos de propriedade da Cervejaria Rio Claro, localizado na Avenida da Saudade, entre as Ruas 9 e 11, Bairro do Estádio.....	76

<b>Figura 46.</b> Vista de antigos galpões adaptados para o comércio popular da região central, localizado na Rua 1, esquina com a Avenida 3, em frente à Estação Ferroviária e Praça dos Ferroviários. ....	77
<b>Figura 47.</b> Imagens do projeto para construção de um prédio localizado na Rua 4, entre Avenidas 3 e 5, bairro Centro, assinado pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no ano de 1949, em exposição no Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.....	78
<b>Figura 48.</b> Imagem do imóvel localizado na Rua 4, entre as Avenidas 3 e 5, bairro Centro, atual clínica Histolab.....	78
<b>Figura 49.</b> Imagens do projeto para construção de um prédio localizado na Rua 2B, entre Avenidas 6A e 4A, bairro Cidade Nova, assinado pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no ano de 1939, em exposição no Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.....	79
<b>Figura 50.</b> Imagens do imóvel localizado na Rua 1 B, entre Avenidas 4A e 2A, Bairro Cidade Nova.	79
<b>Figura 51.</b> Imagens do projeto para construção de um prédio localizado na Avenida 18, entre Ruas 2 e 3, bairro Centro, assinado pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no ano de 1942, atualmente demolido, em exposição no Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”. ....	80
<b>Figura 52.</b> Imagens do imóvel localizado na Rua 8, esquina com Avenida 7, Bairro Centro, com ornamentos Art Déco do período de 1940. ....	80
<b>Figura 53.</b> Imagens de exemplos de edifícios de interesse cultural de distintos períodos da urbanização da região central, conforme datas de construção. ....	81
<b>Figura 55.</b> Imagem de congestionamento na Avenida 8A, entre ruas 1 e 1B – Centro, passagem da linha férrea.....	85
<b>Figura 56.</b> Mapa indicando, respectivamente, o centro urbano, centro histórico e a área ferroviária de Rio Claro.....	86
<b>Figura 57.</b> Imagem da placa de inauguração da galeria “Túnel das Artes”, em junho de 2009. ....	88
<b>Figura 59.</b> Vista da cabine de chaves da Avenida 7, bairro Centro. ....	89
<b>Figura 60.</b> Vista da Praça dos Ferroviários, depois da intervenção de revitalização, indicando o Teatro de Arena e ao fundo a Estação Ferroviária. ....	89
<b>Figura 61.</b> Vista do varejão Rede Horti Mais da Praça dos Ferroviários, localizado na Rua 1 - Centro. ....	90
<b>Figura 62.</b> Vista de antigos galpões adaptados para o comércio, ao lado do varejão Rede Horti Mais, localizado na Rua 1 - Centro.....	90
<b>Figura 63.</b> Vista da Rua 1, indicando o Hotel da Estação (à esquerda) e o antigo Rio Claro Hotel (à direita).....	91
<b>Figura 64.</b> Vista de bebedouro revitalizado em frente ao Hotel da Estação, área denominada como Largo do Bebedouro onde se alocavam antigas charretes de viajantes. ....	91
<b>Figura 65.</b> Vista de antiga cervejaria e restaurante denominado Projeto B, em frente à Estação Ferroviária, que sediou parcialmente o acervo do museu pedagógico “Amador Bueno de Veiga”, quando este foi incendiado e passava por reformas. ....	92
<b>Figura 66.</b> Imagem das antigas casas operárias da ferrovia, ocupadas por membros de famílias dos ex-ferroviários, na Rua 1B - Cidade Nova. ....	93

<b>Figura 67.</b> Imagem da área entre a Praça Ferroviária e a área posterior das antigas casas operárias, separadas por um gradil dos trilhos de trem.....	93
<b>Figura 68.</b> Imagem de antiga casa operária, identificando adaptações feitas pelos proprietários, localizada na esquina com a Avenida 7 e Rua 1B.....	93
<b>Figura 69.</b> Implantação da Praça dos Ferroviários com imagens fotográfica.....	94
<b>Figura 70.</b> Imagem da Sala Bar e Café e da Estação Ferroviária de Rio Claro/SP, onde funciona a administração do IMF, com vista da Sala do Relógio (ao fundo). ....	97
<b>Figura 71.</b> Imagem da Sala do Relógio da Estação Ferroviária. ....	97
<b>Figura 72.</b> Imagens da Cabina de Chaves da Av. 8, ocupada como centro de ferromodelismo.....	98
<b>Figura 73.</b> Imagem (à esquerda) do acesso ao túnel de passagem pela Av.8 e (à direita) imagem interna do túnel, denominado em 2009 como “Túnel galeria das artes”, com o intuito de transformá-lo em espaço de exposição artística. ....	98
<b>Figura 74.</b> Imagens da locomotiva chegando ao pátio da Estação de Rio Claro, no dia 01/08/2021. ....	98
<b>Figura 76.</b> Imagens de casas operárias na Avenida 22, entre Ruas 1A e 2A, e Rua 2A, entre Avenidas 22 e 24 (última foto), no bairro Vila Aparecida.....	100
<b>Figura 77.</b> Imagens de casas operárias ao longo da Rua 3B, entre as Avenidas 22A e 8A, no bairro Vila Indaiá.....	101
<b>Figura 78.</b> Imagens das construções na Avenida 8A, entre Ruas 1 e 3B, Bairro Centro. ....	101
<b>Figura 79.</b> Imagens de residências na Rua 1 B, entre Avenidas 8A e 7A, Bairro Cidade Nova. ....	102
<b>Figura 80.</b> Imagens de antigos depósitos e comércios na Rua 1 B, entre Avenidas 8A e 7A, Bairro Cidade Nova.....	102
<b>Figura 82.</b> Imagem dos jogos que compõem o projeto “ArqAventuras”, disponibilizados no acervo do Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga” durante sua reabertura. ....	114
<b>Figura 83.</b> Imagem de parte da Figueira São Benedito. ....	115
<b>Figura 84.</b> Imagem de São João Batista, padroeiro da cidade. ....	115
<b>Figura 85.</b> Imagem da Igaçaba, urna funerária indígena, encontrada no bairro Vila Paulista durante escavações arqueológicas das décadas de 50 e 60, onde encontrava-se um antigo cemitério indígena da nação Tupi, sendo os últimos descendentes desaparecidos no final do século XIX. O bairro Vila Paulista e parte da Floresta Estadual têm seu subsolo preservado por lei municipal desde abril de 1990. ....	116
<b>Figura 86.</b> Imagem da exposição “A casa mais que morada”, referente aos projetos desenvolvidos pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no município.....	116
<b>Figura 87.</b> Imagem da antiga fábrica de calçados “Vienna”, ano de 1906. ....	117
<b>Figura 88.</b> Imagem dos antigos Galpões da Estação Ferroviária, Rua 1B, com vista para a Orquestra Sinfônica de Rio Claro.....	119
<b>Figura 89.</b> Imagem da fachada do Barracão de Solidariedade (Galpões da Estação Ferroviária, Rua 1B - Cidade Nova).....	120
<b>Figura 90.</b> Imagem da fachada do MM Boxe (Galpões da Estação Ferroviária, Rua 1B - Cidade Nova), com detalhes dos trabalhos realizados nas oficinas de lambedura.....	120

<b>Figura 92.</b> Imagem do projeto “Plante uma ideia”, com o plantio de árvores na área remanescente da ferrovia, organizada pela Frente Cultural MM Boxe.....	122
<b>Figura 93.</b> Imagem da oficina de movimentos da capoeira de angola, realizada no mês de outubro de 2021.....	123
<b>Figura 94.</b> Imagem interna do MM Box, durante uma das atividades realizadas pela Frente Cultural InBoxe. ....	124
<b>Figura 95.</b> Mapa do Patrimônio Cultural de Rio Claro/SP com indicação de legenda.....	125
<b>Figura 96.</b> Imagem do subsolo do Casarão da Cultura, com exposição das atividades do Grupo Kino-Olho. ....	126
<b>Figura 97.</b> Imagem da exibição do filme “Marighella” durante o mês da Consciência Negra no Museu, realização pelo Coletivo Kino-Olho, com apoio do coletivo 288 Crew e da Secretaria da Cultura, com a presença do coletivo Mãe África. ....	127
<b>Figura 98.</b> Mapa do Patrimônio Cultural de Rio Claro/SP com indicação de legenda.....	129
<b>Figura 99.</b> Imagem (à esquerda) da Centro Cultural, localizado no Parque Lago Azul, que abriga a biblioteca “Maria Victoria Alem Jorge”; no andar inferior também está localizada a casa noturna “Cia. Paulista”. Imagem (à direita) do CEU Mãe Preta, localizada no bairro Mãe Preta, que abriga a biblioteca “Prof. Ivanira Bohn Prado”.....	131
<b>Figura 100.</b> Imagem (à esquerda) do Grêmio Recreativo da Cia. Paulista e Imagem (à direita) do Grêmio da Bela Vista. ....	132

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Crescimento do espaço urbano de Rio Claro .....	82
Tabela 2. Crescimento da população por décadas. ....	83

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ALL:** América Latina Logística S.A.

**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CONDEPHAAT:** Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico

**CONCULT:** Conselho Municipal de Política Cultural

**CPEF:** Companhia Paulista de Estrada de Ferro

**FEENA:** Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”

**FEPASA:** Ferrovia Paulista S.A.

**FNB:** Frente Negreira Brasileira

**IMF:** Instituto Memória Ferroviária

**IPHAN:** Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**PMC:** Plano Municipal de Cultura

**PNPI:** Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

**PROAC:** Programa de Ação Cultural

**SNC:** Sistema Nacional de Cultura

**SFCP:** Serviço Florestal da Companhia Paulista

**UFA:** União dos Ferroviários Aposentados

**ZEPAC-2:** Zona Especial de Preservação Ambiental e Cultura no âmbito urbano

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS</b> .....	25
<b>CAPÍTULO I: O CENTRO HISTÓRICO E O CENTRO URBANO DE RIO CLARO/SP</b> ....	27
1.1. CAFÉ E FERROVIA: A URBANIZAÇÃO DE RIO CLARO/SP – 1817 a 1940.....	28
1.2. A IMPORTÂNCIA DA FERROVIA NO CONTEXTO SOCIAL E URBANO – 1930 - 1960.....	37
1.3. DE VILA A CIDADE FERROVIÁRIA: A GREVE DOS OPERÁRIOS EM 1906.....	44
1.4. DEFINIÇÃO DO PERÍMETRO HISTÓRICO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO URBANO.....	55
<b>CAPÍTULO II: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO CLARO E OS REMANESCENTES FERROVIÁRIOS</b> .....	63
2.1. ESPAÇOS PÚBLICOS E EDIFICAÇÕES NO CENTRO: PRESERVAÇÃO, USOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES.....	64
2.2. MEMÓRIA, PAISAGEM E TERRITÓRIO: OS REMANESCENTES FERROVIÁRIOS NO CENTRO.....	85
2.3. IDENTIDADE CULTURAL: A PRESENÇA DA FERROVIA NO COTIDIANO DO RIO- CLARENSE.....	103
<b>CAPÍTULO III: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A GESTÃO CULTURAL DE RIO CLARO/SP</b> .....	106
3.1. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL.....	107
3.2. RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE NO RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.....	118
3.3. ANÁLISE DA ZEPAC-2: SUBSÍDIOS À GESTÃO MUNICIPAL.....	128
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	135
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</b> .....	138
<b>6. APÊNDICE 1:</b> .....	145
<b>7. ANEXO 1:</b> .....	156



## 1. INTRODUÇÃO

Memória, identidade e patrimônio formam a tríade essencial para a construção de uma “consciência contemporânea” (HÉRAUX, 1995, p. 303 *apud* CANDAU, 2011, p.16). Apoiada neste conceito, esta pesquisa analisou as diversas ações de preservação cultural do município de Rio Claro/SP e como estas se relacionaram na atualidade com a sociedade civil, entendida em sua diversidade e representada por seus grupos. A discussão centrou-se na premissa de que é possível reafirmar a identidade e memória coletiva a partir da ampliação dos conceitos de patrimônio e da incorporação de novos parâmetros de identificação e valorização dos bens, para além dos métodos tradicionais de preservação.

A sociedade civil e a visão do patrimônio como um elemento de cidadania passaram a ser incorporadas nas políticas públicas após uma reflexão sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS), em 1948, introduzindo o art. 27, com a afirmação de que “todo ser humano tem o direito de participar da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”.

O Congresso de Amsterdam, em 1975, representou um avanço na direção de uma ampliação do reconhecimento dos bens culturais mais modestos; deu origem à carta patrimonial homônima que reconheceu o patrimônio arquitetônico da Europa como patrimônio cultural comum de todos os povos, declarando a importância da cooperação dos países europeus para sua preservação e apontando questões referentes à consciência histórica; às políticas públicas de preservação e à formação de um corpo técnico especializado; à participação popular na eleição, inventariação e nas ações de preservação; aos incentivos públicos para a preservação do patrimônio; recuperação de espaços fechados e conservação de edifícios antigos, coerentes às funções contemporâneas; desenvolvimento de programas educativos e desenvolvimentos culturais e, sobretudo, ao reconhecimento das características individuais de cada área no planejamento urbano, orientando que os esforços de conservação devem ser medidos não apenas pelo valor cultural do edifício, mas também por seu valor de utilização, englobando a paisagem e o conjunto arquitetônico, e não apenas a proteção de monumentos e sítios individuais e isolados. Assim, “a conservação destes complexos arquitetônicos só pode ser concebida numa

perspectiva ampla, abrangendo todos os edifícios com valor cultural, desde o maior até ao mais humilde” (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p.3).

No Brasil, a busca pela identidade nacional e novas maneiras de interpretar o passado motivaram, durante o século XX, posturas e ações de preservação em relação aos bens tombados. Desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1937, suas ações implicaram que o tombamento se tornasse sinônimo de preservação, sendo esse instrumento o único meio legalmente existente até os anos 1970.

Por muito tempo, as suas ações privilegiaram dois fatores: de um lado, o patrimônio em “pedra e cal”, tombando igrejas, fortes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de uma determinada escola, como fora a arte do barroco colonial, o que deixou de lado manifestações e expressões que não tinham essa natureza material; do outro, expressões culturais de determinadas classes e grupos sociais, como as de tradição europeia de herança luso-colonial, o que relegou ao esquecimento memórias manifestas em senzalas, quilombos, terreiros, as primeiras fábricas, cortiços, vilas operárias. (NOGUEIRA; FILHO, 2020, p.8)

A inclusão do artigo 216 à Constituição Federal de 1988 prevendo a garantia do direito à memória como elemento de cidadania e a diversidade cultural de distintos grupos étnico-culturais, permitiu iniciativas voltadas aos povos indígenas, quilombolas e às culturas tradicionais.

Desde então, foram muitas as discussões feitas pelo Iphan que permitiram a expansão do conhecimento de novos bens culturais representativos de diferentes grupos sociais, a fim de que houvesse uma evolução dos instrumentos de identificação e preservação dos bens culturais de natureza diversificada.

A década de 2000 foi decisiva para esta mudança, visto que a aprovação do Decreto 3 551, em 4 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e registro do “Patrimônio imaterial e intangível”, contribuiu social e politicamente para a preservação das expressões culturais, como os “saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, 2021). A implementação do termo “referência cultural” nas políticas culturais neste período, trouxe uma nova perspectiva para a preservação com atribuição de sentidos e valores, material e simbólico, e não apenas ao valor histórico e artístico dos bens, tornando-se objeto de direito dos grupos minoritários.

A expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais [...] Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica [...]. O conhecer é o primeiro passo para “proteger” essas referências. (LONDRES, 2000, p.13-14)

Sendo assim, antes deste período somente a dimensão material do patrimônio nacional (edificações, monumentos e coleções) era oficialmente reconhecida e salvaguardada pelo Estado, por meio do tombamento que poderia ser solicitado por pessoa física ou jurídica, de forma voluntária ou compulsória. Com a implementação do conceito “patrimônio cultural imaterial e intangível”, que regulamentou os artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e criou o Programa Nacional Do Patrimônio Imaterial (PNPI)<sup>1</sup>, outras manifestações culturais são consideradas e a solicitação do registro da referência cultural passou a ser feita apenas por pessoas jurídicas, como associações da sociedade civil, instituições vinculadas ao Ministério da Cultura e Secretarias de Cultura (estaduais, municipais e do Distrito Federal), com a anuência dos detentores das referências culturais de caráter imaterial.

A proteção e valorização do patrimônio cultural no Estado de São Paulo inicia-se com a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1968. A atuação deste órgão iniciou-se com a preservação de monumentos do período colonial, a fim de que a memória deste período não desaparecesse em meio a industrialização. Neste contexto industrial surgem as primeiras proteções voltadas ao patrimônio ferroviário, na década de 1970, “inseridas em um contexto de indefinição da política de proteção, ou mesmo orientações sobre o que proteger entre os remanescentes ferroviários” (OLIVEIRA *et. al.*, 2020, p. 372).

---

<sup>1</sup> O PNPI, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, é um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa (IPHAN, 2021).

A fim de estabelecer diretrizes que auxiliem nas discussões conceituais e ações administrativas sobre o patrimônio cultural de forma mais abrangente, foi elaborada a Carta de Burra (AUSTRALIA ICOMOS, 2006), voltada para sítios patrimoniais com significados culturais, que compreende o patrimônio industrial e ferroviário em sua diversidade e especificidade, já que “é integrado por bens móveis - material rodante, peças, documentos em geral, arquivos, livros, pinturas, fotos, plantas, mapas, objetos de decoração, equipamentos de ferrovia, dentre outros - e imóveis - pátios, estações, armazéns, oficinas, caixas d'água, entre outros - tomados em conjunto ou isoladamente, desde que tenham valor artístico, histórico e cultural” (IPHAN, 2010, p.2). Portanto, o conceito de significado cultural permitiu que as discussões sobre a preservação avançassem e, especialmente, que o patrimônio ferroviário não fosse reduzido às estações ferroviárias.

Nesta pesquisa, entende-se que as referências culturais relacionadas à memória ferroviária são constituídas não somente por remanescentes ferroviários construídos no período em que este meio de transporte afetou a forma de vida e o cotidiano das populações locais, onde a ferrovia foi o elemento propulsor da ocupação, mas também pelas construções que abrigaram as atividades que ali se constituíram operacionalizadas pela ferrovia, como os antigos galpões de depósitos de produtos, o comércio de máquinas e componentes, e os serviços especializados e que, embora com outros usos e, em muitos casos, descaracterizados em seus aspectos construtivos, ainda resguardam em sua implantação a paisagem do entorno da ferrovia.

Outro aspecto enfatizado e considerado parte da memória ferroviária, é a vida operária e seus reflexos no território urbano, o que caracterizou Rio Claro/SP como uma cidade operária, visto que esta memória permanece presente no cotidiano de diferentes gerações da população rio-clarense, estejam elas diretamente ligadas com a história da ferrovia ou não.

Foram três os critérios que levaram à escolha da cidade de Rio Claro/SP, precisamente o Centro Urbano, como objeto de estudo desta pesquisa: primeiramente a importância econômica para o Estado de São Paulo e concentração de comércio e serviço, recebendo investimentos de grandes fazendeiros, secundados pela elite comercial nas decisões políticas e sociais no início do processo de urbanização; pelas características do traçado urbano e dos patrimônios consolidados no Centro Histórico da cidade que se mantêm preservados até os tempos atuais, observando-se que a

área Central é composta pela maioria dos bens tombados pelos órgãos Condephaat e Iphan; pelo reflexo da Ferrovia em toda sua extensão urbana, marcante durante a administração da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF), e a oportunidade de fazer um paralelo entre o bem cultural consolidado no Centro Histórico e os remanescentes da ferrovia, a partir da memória de diferentes grupos que compõem a cidade nos tempos atuais, a fim de valorizar a diversidade cultural do município e o direito da memória dos cidadãos locais, sobretudo da classe operária.

Assim, pretende-se discutir o perímetro e a centralidade do município de Rio Claro/SP, tendo como elemento fundamental para esta discussão o patrimônio ferroviário, que configurou, ao longo do tempo, uma “nova centralidade”. A metodologia empregada será aprofundada no capítulo “Métodos e procedimentos”. Desta forma, descreve-se na sequência o conteúdo dos capítulos desta pesquisa:

No **Capítulo I: O Centro Histórico e o Centro Urbano de Rio Claro/SP**, o trabalho procura delimitar os importantes momentos na formação do núcleo fundacional da cidade (Centro Histórico), diferenciando este da zona central definida na Lei Complementar nº128/2017 (Centro Urbano), que institui o Plano Diretor e zoneamento oficial da cidade. Este município do interior de São Paulo, hoje composto por 202 289 habitantes em uma área de 498,42 Km<sup>2</sup>, sendo 97,84% urbanizada (SEADE, 2021), teve expressiva participação econômica na produção açucareira (1840) e cafeeira do Estado (1850), chegando a ser o terceiro maior produtor de café na Província de São Paulo em 1886; importantes fazendas se alocaram na região, como a Fazenda Ibicaba, por sua relevância nos movimentos migratórios e na modificação nas relações de trabalho na agricultura, substituindo a mão-de-obra escrava por colonos, o que influenciou nas atividades de serviço e comércio locais posteriormente.

Este período foi significativo não apenas para as questões sociais e econômicas da época, mas também do ponto de vista da preservação patrimonial, pois observa-se que os tombamentos do município são resultantes deste mesmo período, e representam uma pequena parcela da população atuante no período em que as decisões políticas locais eram concentradas nas mãos dos grandes produtores rurais e da elite comercial local.

Porém, embora a urbanização de Rio Claro/SP tenha se fortalecido com a economia cafeeira, isto não significou que seu perfil “fosse marcado apenas pelos

serviços financeiros e comerciais gerados pelo café” (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986, p. 5). A ferrovia trouxe grande impacto no espaço urbano, mais propriamente quando a cidade deixa de ser “ponta dos trilhos” (1876-1884) e passa a ser centro ferroviário (1886-1890), o que favoreceu a expansão do território; influenciando na vida social e política da cidade, participando da transformação do comércio e serviço da região central, além de proporcionar “benfeitorias” para os ferroviários, em resposta a uma série de movimentos populares deflagrados no início do Século XX, sendo a greve de maio de 1906 a mais significativa, no caso da população rio-clarense, quando os ferroviários ganharam apoio de importantes empresas da época, como a Cervejaria Rio Claro e o jornal “O Alpha”, de circulação no período. Pode-se dizer que a cidade se tornou uma extensão da própria ferrovia por muitos anos e hoje, mesmo com constantes transformações na vida social e urbana, ela se faz presente na memória da população.

Para o capítulo I, alguns autores foram utilizados como referência. Bilac (1997), sobre os estudos das elites rio-clarenses; Diniz (1973), Garcia (1992), Hakkert (1985), Hogan, Oliveira Neto (1986), Mina & Almeida (2018), Penteadó (1977), Santos (2000 e 2009), Souza (1986) e Valdanha Neto *et al.* (2010), sobre as dinâmicas sócio espaciais e o desenvolvimento de Rio Claro/SP através da economia do café e da ferrovia; Pereira (2009) e Faria (2011), referem-se a trabalhos desenvolvidos sobre a comunidade negra de Rio Claro/SP. Além de imagens e mapas históricos coletados no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.

No **CAPÍTULO II: O patrimônio cultural de Rio Claro e os remanescentes ferroviários** são apresentados os tombamentos realizados pelos órgãos Condephaat e Iphan no Centro Urbano da cidade, além de alguns edifícios de valor histórico e cultural que resistiram ao tempo ou que foram demolidos para atender a demanda imobiliária e comercial com a criação de estacionamentos e outras transformações recentes, o que expressa a visão de uma parte da população que percebe o processo de tombamento como uma medida de estagnação do crescimento urbano, priorizando as melhorias de infraestrutura.

Neste capítulo procurou-se evidenciar o contraste entre os tombamentos oficiais isolados - que privilegiaram as residências senhoriais urbanas e as construções do século XIX - e o tratamento dado aos remanescentes ferroviários, que ainda estão presentes no território e no cotidiano da população, porém não são valorizados e nem foram objeto de preservação pelo poder público. Para essa discussão, que implica

uma reflexão sobre memórias hegemônicas e subalternas, são abordados conceitos presentes nos seguintes autores: Pierre Nora (1993), Dominique Poulot (2009), Joel Candau (2010 e 2011) e Ulpiano Bezerra de Meneses (1993, 2012 e 2015) que contemplam temas como o da memória individual e coletiva, assim como os processos de criação de identidade cultural e suas problemáticas no campo da preservação, a fim de permitir uma compreensão histórica contemporânea e reconhecimento do indivíduo e suas interações sociais como elementos fundamentais no processo de eleição de lugares a serem preservados; ou permitem problematizar a cidade como um ambiente heterogêneo, composto de conflitos materiais e simbólicos, no que se refere à memória de diferentes grupos sociais. Certeau (1990) soma-se a estes autores na medida em que concebe as práticas do cotidiano como elementos de preservação, voltados sobretudo à vida do operário e trabalhador. Assmann (2009) se contrapõe às discussões do historiador francês Pierre Nora, questionando sobre o fim da memória e afirmando que os modos de recordar são definidos culturalmente, havendo diferentes processos de transformação histórica e técnica, e suas formas de cultivo, conceitos que auxiliaram na reflexão sobre a preservação de conjuntos que reúnem distintas categorias de bens. Arantes (2005), Castriota (2009) e Chuva & Nogueira (2012) discutem sobre questões do patrimônio cultural, material e imaterial, sobretudo no âmbito da política de preservação no Brasil. O reconhecimento do patrimônio industrial, especificamente, a memória e o patrimônio ferroviários são discutidos por Hummel e Mendes (2005), Oliveira (2020) e López (2020), incluindo-se nesta discussão as casas operárias (FERREIRA; OLIVEIRA; BENINCANSA, 2012). Em Schicchi *et al.* (2020), são apontadas algumas discussões sobre a ferrovia como um vetor de constituição da paisagem, considerando esta como um elemento importante a ser preservado, visto que muitas cidades do interior paulista mantiveram como principal referência do território os núcleos formados a partir da implantação da ferrovia.

Além da bibliografia teórica sobre o tema, foram selecionados e analisados depoimentos de representantes da população coletados pelo Projeto Memória Viva, complementados por registros fotográficos feitos pela autora.

Desta forma, neste capítulo, procurou-se evidenciar que a patrimonialização pode tanto desempenhar um papel essencial para a preservação da memória coletiva de determinados grupos, quanto legitimar a exclusão e esquecimento de outros.

No **CAPÍTULO III: A preservação do patrimônio e a gestão cultural de Rio Claro/SP**, a partir da digressão histórica realizada e de uma reflexão sobre as questões de preservação e gestão cultural atuais, reconhece-se que os valores e significados atribuídos aos patrimônios culturais mudam com o tempo e com a sociedade, transformando o papel de gestores, técnicos e estudiosos, de protagonistas na identificação e atribuição de valor para mediadores desses processos.

Desta forma, este capítulo reúne um conjunto de análises técnicas feitas sobre os mapas e legislações municipais, além de iniciativas de instituições públicas e privadas, assim como o envolvimento da população na identificação e preservação dos bens patrimoniais, reconhecendo que, os “lugares de memória” (NORA, 1993, p.21-28) são importantes para a afirmação da identidade de grupos ou indivíduos.

Apresenta-se no capítulo III os resultados dos cruzamentos dos diversos dados analisados nesta pesquisa, mapeando e evidenciando a relação entre os edifícios de interesse cultural e os bens culturais ou em análise pelo Condephaat, as diretrizes e o perímetro da ZEPAC-2 (Zona Especial de Preservação Ambiental e Cultural no Âmbito urbano) com os remanescentes ferroviários e grupos, coletivos e instituições atuantes na cidade de Rio Claro/SP. Para tanto, foram utilizadas as políticas de gestão urbana e de preservação municipais (como a Lei Complementar Nº 0128 de 04 de dezembro de 2017, que institui o Plano Diretor, e Plano Municipal de Cultura), assim como ações culturais e de preservação realizadas por iniciativas públicas e privadas, ressaltando o impacto destas para o fomento cultural e a importância da participação da sociedade civil no reconhecimento e inventariação dos edifícios de interesse cultural.

Baseando-se nas referências bibliográficas já apresentadas, foi necessário repensar as formas tradicionais de reconhecimento dos patrimônios culturais, resultantes tão somente da esfera técnica e acadêmica, mas pouco assimiladas pela população local, visto que, em geral, não são consideradas as dinâmicas urbanas atuais e as relações socioculturais existentes da cidade nos processos de tombamento. Este desconhecimento, em parte, resultou de um distanciamento do cotidiano e das estratégias de apropriação dos lugares para práticas de novos grupos, em especial, dos que não sendo residentes no centro, a ele recorrem para suas atividades sociais, culturais e de lazer.



Desta forma, a pesquisa aponta para caminhos e métodos heterodoxos de tratamento dos remanescentes materiais e imateriais, invertendo o olhar para o reconhecimento de distintas ações de afirmação de cidadania, que permitem observar outras referências culturais presentes no centro de Rio Claro.

## 2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Em um primeiro momento, a pesquisa teve uma abordagem histórico-crítica dos processos que levaram à eleição de valores socioculturais atribuídos aos objetos selecionados para preservação no centro histórico de Rio Claro/SP. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a preservação de áreas e centros históricos em fontes secundárias e uma pesquisa documental em arquivos públicos, bibliotecas, teses e dissertações relacionadas ao tema, além dos órgãos responsáveis pelos tombamentos (Condephaat e Iphan), onde foram analisados os tombamentos isolados já oficializados, bem como o tombamento do núcleo original da cidade de Rio Claro, iniciado em 08/05/2006 e ainda em curso. Em decorrência da pandemia do vírus causador da Covid-19, muitos eventos foram cancelados e alguns espaços não puderam ser acessados no período entre os anos de 2020 e 2021, como por exemplo, o Condephaat, sendo possível obter apenas os documentos digitalizados.

Durante a pesquisa, detectou-se que havia um elemento que interligava a história de diferentes grupos, diferentes faixas-etárias, em diferentes períodos: a ferrovia. Contudo, mesmo com o tombamento pelo Condephaat da Estação Ferroviária e da Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, dois remanescentes importantes da memória da ferrovia na cidade, vários de seus equipamentos e de outros aspectos ligados a esta memória, como a paisagem ainda presente no entorno da área ferroviária, foram desconsiderados nos processos de tombamento e em projetos recentes de revitalização da área.

Foi constatado que o antigo cinema, o clube ferroviário e outros equipamentos implantados no entorno do centro, assim como os próprios galpões e depósitos que hoje abrigam o comércio popular, também constituem referências de um período de fixação predominantemente operária na cidade em que foram criados bairros homogêneos e se estabeleceu um cotidiano marcado pelo ritmo da ferrovia e das oficinas ferroviárias, conformando uma paisagem urbana distinta daquela que se constituiu a partir da quadrícula regular do centro histórico.

Isso permitiu que a discussão se estabelecesse a partir de uma relação dialética entre o centro reconhecido oficialmente (Centro Urbano), o Centro Histórico e os remanescentes ferroviários, sobretudo localizados na proximidade da zona central da cidade. Assim, estes elementos são citados frequentemente nesta dissertação.

Em uma segunda etapa, através de uma análise técnica-documental, foram analisados os critérios estabelecidos para o tombamento do núcleo histórico e da cidade, reconhecendo a legislação vigente local, como o Plano Diretor municipal, a Lei de Zoneamento Urbano e as legislações específicas voltadas à preservação do patrimônio, usando como base o mapa denominado ZEPAC-2. Desta forma, após o reconhecimento dos processos históricos que envolveram a constituição desse legado cultural, procurou-se analisar os processos de transformação territorial correspondentes, os agentes culturais, reconhecendo os grupos sociais insurgentes neste processo.

A terceira etapa consistiu em uma pesquisa empírica, a partir de levantamentos gráficos e fotográficos realizados *in loco*, inter-relacionando outras referências culturais (materiais e imateriais da cidade). A partir de distintas dinâmicas de apropriação dos territórios, identificou-se quais cenários permanecem ativos na memória dos diferentes grupos étnicos e sociais, em especial, dos ex-operários ferroviários. Para tanto, foram coletadas e transcritas entrevistas orais gravadas pelo “Projeto Memória Viva: arte, cultura e história” de Rio Claro e produção audiovisual do “Grupo Kino Olho”, além de utilizado o método de observação participante, durante a realização de eventos e manifestações destes grupos nos lugares por eles eleitos, sobretudo os relacionados à história e à memória da ferrovia.

## **CAPÍTULO I: O CENTRO HISTÓRICO E O CENTRO URBANO DE RIO CLARO/SP**

Para iniciar as discussões desta pesquisa, é necessário esclarecer que o recorte estudado foi definido a partir dos fatores históricos de formação do território, compreendendo os diferentes períodos que impactaram as relações sociais e culturais no Centro Urbano, em específico a formação do núcleo fundacional da cidade, isto é, o Centro Histórico.

A busca pelo ouro no Mato Grosso, iniciada com a chegada dos portugueses no Brasil, entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, implicou no processo de formação das cidades do interior paulista. Da mesma forma ocorreu na atual Rio Claro/SP, que se transformou de um pouso de viajantes dos sertões de Araraquara que iam em direção de Cuiabá/MT, em uma cidade sede política, cultural e social de grandes fazendeiros, secundados pela elite comercial local.

O ideal de progresso e a modernização foram incentivadores das melhorias urbanas do final do século XIX e início do XX, como a introdução da ferrovia, por exemplo; em continuidade, a cidade torna-se “ponta de trilhos” e, logo após, sede das oficinas da Cia. Paulista de Estrada de Ferro (CPEF), assim a população é composta majoritariamente por ferroviários. Na década de 1970, a cidade começou a sediar um maior número de indústrias, inserindo-se no modelo de desenvolvimento atual do município de Rio Claro/SP. O Centro Urbano da cidade reflete cada um destes períodos que deixaram resquícios em seu território, atualmente mesclados com edificações contemporâneas.

Assim, neste primeiro capítulo serão rememorados acontecimentos significativos referentes à urbanização do território, a fim de fundamentar as discussões sobre as sucessivas mudanças socioculturais ocorridas no centro urbano que, até meados dos anos 1970, constituía a totalidade do território de Rio Claro.

### 1.1. CAFÉ E FERROVIA: A URBANIZAÇÃO DE RIO CLARO/SP – 1817 a 1940

As ocupações de terras no interior paulista iniciaram-se entre os séculos XVII e XVIII em decorrência dos caminhos que levavam às minas de ouro em Goiás/MT, com início nas cidades de Campinas, Itu e Sorocaba. Diante da topografia favorável e pela facilidade de obtenção de água, São João Batista do Ribeirão Claro (hoje município de Rio Claro/SP) se tornou pouso de viajantes e tropeiros que saíam dos Sertões de Araraquara em direção ao Mato Grosso, por volta dos anos de 1817 a 1829, inicialmente se alojando no local denominado “Largo da Várzea”, nas proximidades do Córrego da Servidão.

No início, o povoado era disperso, as casas eram de sapé, o primeiro comércio irregular era resultante das atividades dos pequenos negociantes que ali se fixaram a fim de atender as necessidades dos tropeiros. “Em seguida vieram os sesmeiros e o processo de ocupação de terras e junto com eles a manifestação espiritual, simbolizada pela construção da capela” (SANTOS, 2000, p.13). Esta capela localizava-se no atual bairro Santa Cruz.

O processo de concessão de sesmarias<sup>2</sup> intensificou-se entre os anos 1817 a 1821, dando origem às grandes fazendas da região, sendo a cana-de-açúcar a principal produção até meados de 1840, como foi o caso da sesmaria de Morro Azul, desmembrada nas fazendas Ibicaba, Morro Azul, Santa Gertrudes e Paraguaçu (DINIZ, 1973). Até 1859 o único título de posse de terra válido advinha dessas doações de sesmarias, efetuadas pelo Vice-Rei ou pelo Governador. No entanto, poucos eram os beneficiados neste processo. Em Rio Claro, das dez sesmarias concedidas, nove pertenciam à elite, segundo Hogan, Oliveira e Neto (1986).

Os costumes religiosos estavam bastante presentes no cotidiano dos habitantes do pequeno povoado, destacando que neste período o poder de controle era dividido entre o Estado e a Igreja, desta forma a centralização do poder sobre a comunidade era representada pela implantação de uma igreja no centro do núcleo urbano. Em 1826, houve uma movimentação da comunidade para que o padre Delfino da Silva Barbosa, que residia na Fazenda de Costa Alves, estivesse mais próximo de seus lares, quando então construíram uma casa paroquial e uma capela provisória no espigão pertencente ao Manoel Paes de Arruda (atual Rua 7 entre as Avenidas 3 e

---

<sup>2</sup> Sistema de doação de terras extinto em 1822, onde eram distribuídos lotes com a finalidade de cultivo e ocupação de terras virgens.

5), permanecendo no mesmo local até 10 de junho de 1827 (data oficial da fundação da cidade), quando por ato do Bispado criou-se a “Capela Curada de São João Batista de Ribeirão Claro”. Devido ao padroeiro São João Batista, a fundação da cidade é comemorada no dia 24 de junho.

Ao se tornar Freguesia, em 1830, São João Batista do Ribeirão Claro contava com cerca de 2 000 habitantes e 20 casas de comércio (FARIA, 2011). Devido à falta de uma Câmara Municipal que cuidasse dos interesses locais, neste período foi criada uma sociedade liberal organizada por grandes nomes atuantes na época, cujo principal objetivo era concretizar as obras que deveriam ser realizadas por Constituição e defender os direitos da freguesia, como a construção da nova sede da Igreja Matriz e a orientação das obras, servidões e comodidades públicas, além da “difusão dos bons costumes e educação da mocidade” (PENTEADO, 1977, p. 2).

Esta ficou conhecida como “Sociedade de bem comum” e iniciou suas atividades em 06 de outubro de 1832 com vinte e oito membros, todos fazendeiros, exceto o Padre Delfino, reunidos na casa do Capitão Estevam Cardoso de Negreiros (atual Av. 3, entre Ruas 6 e 7, Centro). A doação feita por Manoel Paes de Arruda à Capela de São João foi pauta da primeira reunião, em que se definiu o necessário para uso público (praças e edifícios públicos) e a participação da venda, aforamento ou arrendamento dos referidos terrenos, revertendo o benefício arrecadado com as vendas em prol da construção da nova igreja Matriz.

Apesar do pouco tempo de existência, suas decisões econômicas e sociais foram significativas para as políticas públicas locais, sendo reproduzido até a segunda metade do século XIX o modelo de organização de espaço definido por esta sociedade (como se verá no Capítulo 1.4.). Tendo encerrado suas atividades em 3 de janeiro de 1839, os membros da Sociedade de Bem Comum permaneceram atuantes nas decisões da cidade, sobretudo políticas, compondo a primeira eleição da administração da Câmara Municipal, em 1845.

A produção de café logo substituiu a cana-de-açúcar, por possuir menor custo de produção, expandindo-se em larga escala na década de 1840, na região de Campinas e Rio Claro e tornando-se o principal produto em 1850. Por outro lado, as fazendas de café do Estado utilizavam aproximadamente quatro vezes mais mão de obra escrava do que as de açúcar, havendo a necessidade de mais escravos para o transporte de café, tendo em vista que a maior parte da circulação era feita por tropas de burros, o que dificultava o escoamento do produto até Santos.

Antes da implantação da ferrovia houve um processo de imigração europeia no Estado que se refletiu no cenário social da cidade. Possivelmente, Rio Claro se diferenciou de outras cidades do interior paulista devido à Fazenda Ibicaba (atual município de Cordeirópolis), de propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro até 1859, que foi pioneira na tentativa de substituir a mão de obra escrava livre por imigrantes, modificando assim o perfil da demanda de bens e serviços, visto que trouxeram consigo uma população para servi-los especificamente, composta por médicos, professores e religiosos, segundo Hogan, Oliveira e Neto (1986).

Como relata Pereira (2009), os escravos não sumiram da região, mas foram “invisibilizados” pela população local por serem inadequados ao contexto de progresso e modernidade que se buscava no ambiente urbano. A imigração europeia fez parte de um ideal de branqueamento, não apenas social, mas também cultural e estético, de todos os países americanos com presença africana colonizados por Espanha ou Portugal entre os séculos XVI e XIX. Assim, os escravos permaneceram no município, mesmo após libertos, muitos trabalhando juntamente com os imigrantes nas fazendas.

Em 1886, Rio Claro classificou-se como o quarto município maior produtor de café, sendo superado apenas por Indaiatuba, Amparo e Campinas. O crescimento da população acompanhou este desenvolvimento econômico, tornando-se a nona maior da Província, atrás da Capital, Campinas, Jaboticabal, Guarantiguetá, Tatuí, Silveiras, Piracicaba e Sorocaba. Graças a sua principal produção, o café, a renda municipal também era elevada, classificando-se possivelmente em sexto lugar em toda a Província (DINIZ, 1973).

Entre 1840 a 1870 surgiram grandes modificações no campo judiciário e administrativo de Rio Claro, criando-se um Distrito Policial (1852); a Cadeia pública, cujo edifício era dividido com a Câmara Municipal (1870); 466 casas (sendo registradas 327 escrituras, em 1865). Rio Claro permaneceu como centro da região, polo cafeeiro e o mais avançado em relação ao povoamento, mesmo após uma série de desmembramentos que deram origem a outras cidades: Brotas (1859), que inclui as cidades de Torrinha, Barra Bonita, Bariri e Ribeirão Bonito; Descalvado (1865); Analândia (1897), e outros que surgem no século seguinte, como Itirapina (1935), Santa Gertrudes e Corumbataí (1948) e Ipeúna (1965). Sua localização possibilitava o acesso e escoamento das safras, viabilizando avanços das fazendas de café em direção ao interior (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986).

O núcleo urbano da cidade foi o centro de atividades da elite rural com grande influência política, sendo os fazendeiros chefes de três partidos políticos: Partido Liberal, Partido Conservador (estes dois apenas com membros de famílias abastadas, sem distinção de traços ideológicos, posteriormente denominados como as Elites Monárquicas) e Partido Republicano. Entre o período de 1845 a 1872, intercalou-se a atuação política dos dois partidos imperiais (Monárquico e Republicano), sem grandes distinções na divisão do poder, sendo criado em 1865 o Partido Republicano Rio-clarense. Este poder foi repassado por gerações, onde os membros das famílias dominaram a história econômica e política municipal, passaram a ocupar cargos administrativos, como na constituição da segunda Câmara Municipal (1849), Delegacia de Polícia e das associações religiosas, além de cargos políticos, como Prefeitos e Vereadores (BILAC, 1997).

As primeiras gerações de imigrantes buscavam uma ascensão social através do mercado, sendo o núcleo urbano atrativo para que se estabelecessem como comerciantes e industriais; mais tarde (pelas filiações entre as famílias, através de casamentos), passaram a ocupar cargos eletivos e públicos, como foi o caso do coronel Marcelo Schmidt<sup>3</sup>, que atuou na vida política por mais de 30 anos. Segundo BILAC (1997, p.19), no que se refere ao cenário político, em Rio Claro “do total de 11 Prefeitos, entre 1900 e 1930, 7 pertenciam a famílias tradicionais da região e 2 a famílias imigrantes. Dentre os 22 Vereadores, 17 têm sobrenome estrangeiro”.

Embora a urbanização de Rio Claro/SP tenha se fortalecido com a economia cafeeira, a expansão urbana começa a ser significativa após a cidade se tornar um centro ferroviário. “Os precários meios de transporte e a autossuficiência das fazendas de cana-de-açúcar e de café [...] inviabilizaram o desenvolvimento do comércio e dos serviços urbanos, estagnando o perímetro do núcleo urbano da cidade” (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986, p. 9).

Somente em 1873 o Governo Imperial autorizou a construção da expansão da ferrovia para o interior, após grande movimento dos fazendeiros de Rio Claro e Limeira, mas a ferrovia já passava por Santos-Jundiaí (1867) e Campinas (1872). A

---

<sup>3</sup> O coronel Marcelo Schimidt era descendente de imigrantes de classe média vindos do Rio de Janeiro, membro do Partido Republicano Histórico (PRH), cujos interesses estavam vinculados aos da oligarquia rural tradicional em Rio Claro, representada pela família Salles, devido aos laços familiares (BILAC, 2001, p.14).



construção da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais teve duração de dois anos, sendo concluída em 1876.

O seu capital era majoritariamente formado pelos fazendeiros da região. Em 1886, ano em que se concluiu a estrada para além de Rio Claro, a Cia. contava com 254 acionistas. Quatro grandes fazendeiros detinham mais de 50% do capital: o Visconde do Pinhal, o Barão de Araraquara, o Barão de Mello Oliveira e a Viscondessa de Rio Claro. (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986, p.12)

O problema do escoamento da produção de café, de forma lucrativa e com diminuição de perdas e deterioração do produto, foi sanada com a introdução da ferrovia, que mais tarde possibilitou aos fazendeiros um investimento lucrativo e seguro, sem contar que facilitava o tráfego de escravos e, mais tarde, dos imigrantes. Desta forma, a produção cafeeira estimulou a expansão da ferrovia.

Em 1883 a cidade possuía um comércio diversificado e ativo com:

Trinta e quatro casas de secos e molhados, vinte e quatro casas de ferragens, vinte e duas de armarinhos, moda e chapéus, oito sapatarias, duas ourivesarias e sete alfaiatarias. Contava ainda com máquinas de beneficiamento de grãos (arroz e café), fábricas de licores e de cerveja. Já tinha condições de prestar serviços médicos e educacionais. Tinha cinco médicos, dois dentistas, dois professores de canto e piano, quatro farmácias, seis colégios particulares, seis sociedades recreativas, um teatro e dois jornais. (GARCIA, 1992, p.27)

A instalação das oficinas da CPEF fez com que o comércio e os serviços do núcleo urbano da cidade se diversificassem (FIGURAS 01 e 02) para atender não apenas a ferrovia, mas também aos operários e imigrantes; introduzindo serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de arroz e café, armazéns de roupas, alimentos, ferragens, louças e uma série de outros produtos, assim como novas atividades industriais ou indústrias subsidiárias no centro da cidade. Um exemplo é a Fábrica de Cerveja criada em 1899 e voltada principalmente aos imigrantes alemães. Havia também uma relação entre o território rural e urbano, onde as fazendas forneciam materiais (como algodão para fabricação de tecido ou cal e argila para produção de tijolos) para atender a cidade, e na cidade produzia-se produtos manufaturados que atendiam as fazendas (como arreios, carroças, carpintaria e serraria).

**Figura 01.** Imagem com vista da Avenida 1, Centro, data indefinida.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”.

**Figura 02.** Imagem da Fachada da “Pêndula Alemã ‘Augusto Oehlmeier’”, antigamente localizada na Rua 5, entre as Avenidas 4 e 6. Sem data definida.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”.

O século XX foi marcado por um retardamento da industrialização na cidade, que permaneceu com um número reduzido de indústrias até a década de 1940, entre outros motivos, pelo fato de que os lucros decorrentes da produção do café não foram investidos na cidade e pela dependência de créditos obtidos na capital, evidenciada com a instalação do primeiro banco na cidade apenas em 1926. O baixo investimento

no setor industrial caracterizou o centro urbano pela presença da pequena indústria de bens de consumo, onde destaca-se a Cervejaria Rio Claro (FIGURA 03), com 80 funcionários e as oficinas da CPEF, com 900 funcionários, representando as atividades mais relevantes do período (GARCIA,1992).

Desta forma, pode-se inferir que a zona central da cidade iniciou-se a partir de uma urbanização dispersa, no período dos primeiros assentamentos, passando por uma infraestrutura organizada e diferenciada antes mesmo da chegada da ferrovia, até tornar-se um centro urbano, graças à ferrovia, alterando a vida da cidade e o cotidiano da população.

**Figura 03.** Imagens da antiga Fábrica de Cerveja (à esquerda, fachada da Av. 2, e à direita, fachada da Av. 4), posteriormente Skol Caracu e atual instituição de ensino superior UNICEP, que ocupa parcialmente o edifício.



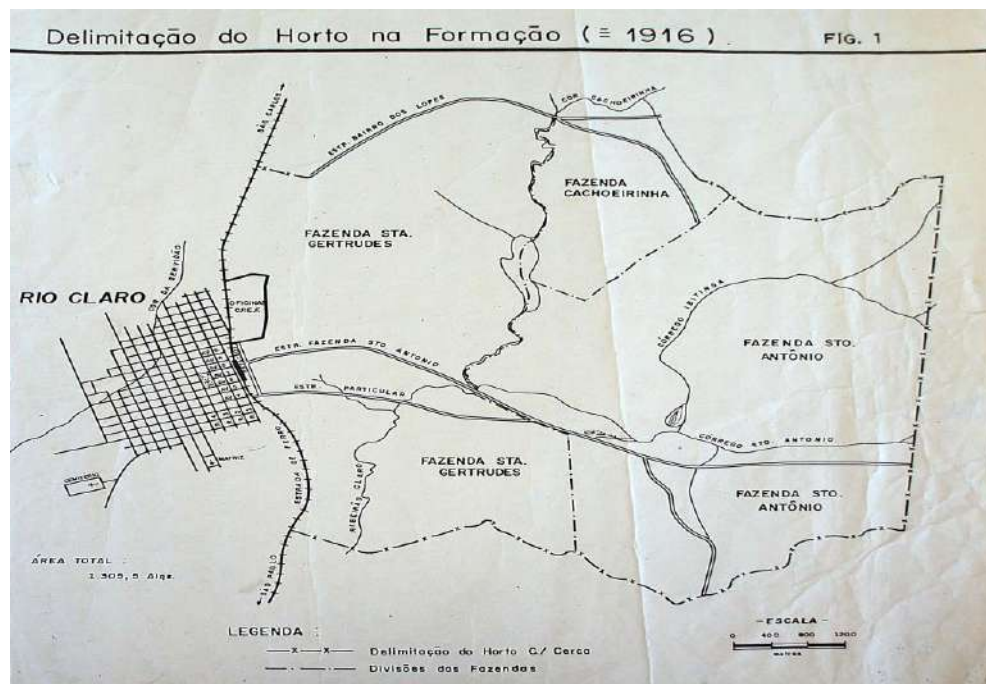
Fonte: Acervo da autora, data: 14/05/2021.

Porém, ao mesmo tempo que a ferrovia estimulou diversas atividades urbanas, também provocou uma evasão populacional, sobretudo da elite formada pelos grandes proprietários rurais que, quando não controlavam suas propriedades à distância, venderam-nas e mudaram-se para a Capital. Nas “Figuras 04 e 05” observa-se que a região leste da cidade (posterior à área ferroviária) cresceu após a compra pela CPEF de grandes propriedades de antigas fazendas da região, originando, além de novos loteamentos, a atual Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” (antigo Horto Florestal) que visava o plantio de Eucaliptos para suprir a produção de dormentes e carvão para atender a ferrovia, visto que no século XIX houve uma escassez de matéria-prima para manutenção e construção da ferrovia.

Embora a evasão da elite não tenha resultado na paralisação da vida urbana, trouxe mudanças no contexto social da cidade, devido ao grande número de

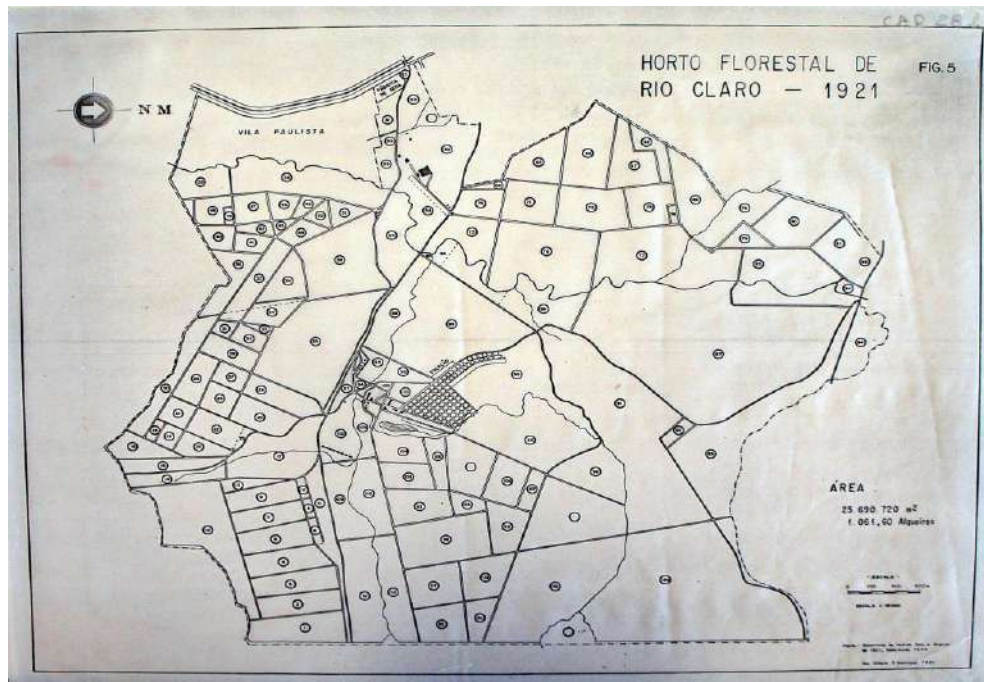
trabalhadores que nela se fixaram. Após da estação de Rio Claro, junto ao pátio de manobras, surgiram dois quarteirões que passaram a ser o embrião da Cidade Nova. Mais tarde surgiram outros no seu entorno, que formaram os bairros Vila Paulista (1921) e Vila Operária (1938) (FIGURA 06). “Ao redor das Oficinas moravam cerca de 2 600 famílias” (GARCIA, 1992, p.28).

**Figura 04.** Mapa indicando a delimitação do Horto na formação, aproximadamente em 1916, indicando as propriedades de Fazendas, a região central da cidade e a Oficina da C.P.E.F.



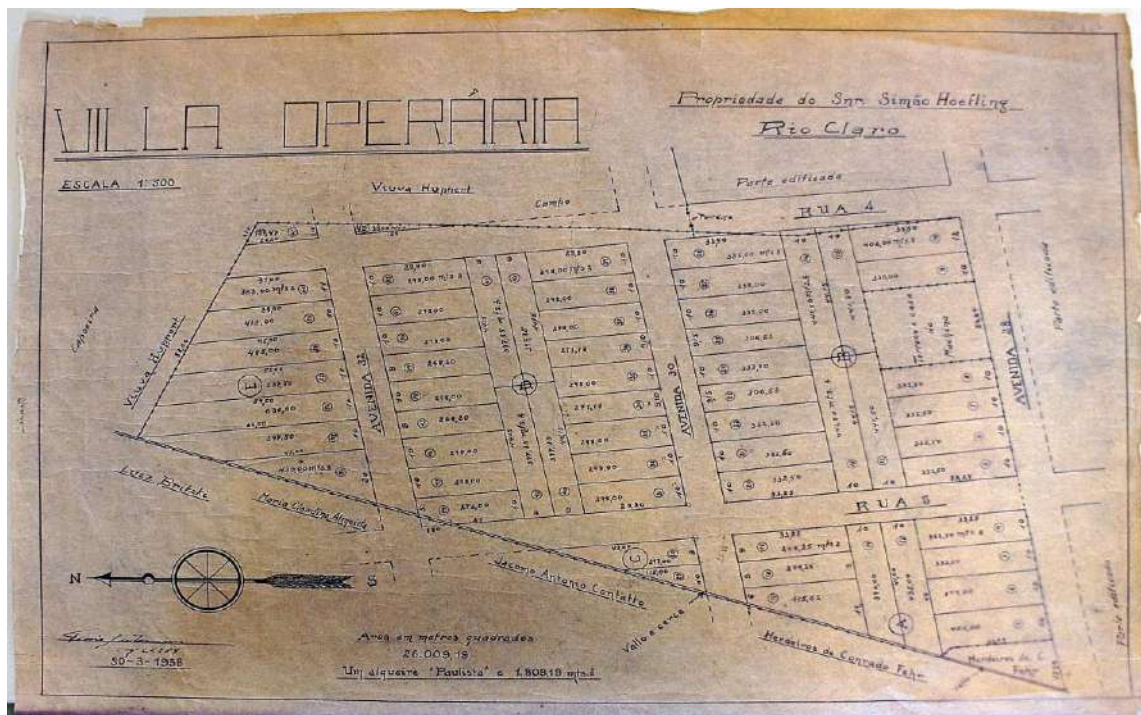
Fonte: Coleção Argemiro Dias, Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”, referência CAD 284.

**Figura 05.** Mapa com a delimitação do Horto Florestal de Rio Claro, em 1921, indicando no canto superior esquerdo a formação do Bairro Vila Paulista e a Fábrica de Seda (atual Shopping Center de Rio Claro).



Fonte: Coleção Argemiro Dias, Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó", referência CAD 281.

**Figura 06.** Mapa do loteamento Villa Operária, em 1938.



Fonte: Coleção Argemiro Dias, Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó", referência CAD 117.

A ferrovia, mais propriamente, durante a administração da CPEF, deu à cidade de Rio Claro/SP condições de se recuperar da crise financeira nacional ocasionada pela baixa importação de café, em 1929. Novos setores industriais surgem mesmo com a crise de 1929, destacando-se os não tradicionais voltados à produção de matérias-primas básicas, além de maquinaria e equipamentos. A indústria têxtil também ganhou destaque, como a Fábrica Matarazzo em Rio Claro/SP. Segundo Bilac (1997), foi graças a essa diversidade que as cidades médias paulistas adquiriram no período de 1930 a 1960 que elas sobreviveram à crise. No século XIX as cidades do interior paulista estavam equipadas com infraestrutura de serviços, consolidaram-se como mercado, ampliaram-se os serviços de telefonia e eletricidade, além de jornais, escolas e outros serviços públicos, sendo os imigrantes beneficiados neste processo.

## **1.2. A IMPORTÂNCIA DA FERROVIA NO CONTEXTO SOCIAL E URBANO – 1930 - 1960**

O crescimento urbano atingiu um ritmo acelerado após Rio Claro se tornar sede da Companhia Rio Claro em 1882. A partir deste período e após a implantação das oficinas da CPEF em 1892, iniciou-se um comércio mais ativo e diversificado na área central. São muitos os impactos que a ferrovia trouxe para a cidade, não apenas no contexto urbano, mas também no social, seja pela alteração do caráter do comércio, na racionalização do trabalho na CPEF e até mesmo no reconhecimento de um “status” diferenciado aos trabalhadores da ferrovia. Este capítulo dará destaque aos grupos sociais “invisibilizados”: os operários da ferrovia.

Se por um lado a ferrovia trouxe modernidade para a cidade, por outro permitiu também um encurtamento de distâncias. Aos ferroviários e suas famílias, que possuíam passes livres de viagens de trem, permitiu a compra de produtos em outras cidades; aos fazendeiros, permitiu mudança para a Capital e controle de suas fazendas à distância, com o apoio de serviços de telégrafos e postais, restando na cidade a predominância da classe média, em suma, os ferroviários. Nos anos 1950, a CPEF chegou a empregar 3 500 pessoas.

Somente a partir da década de 1970 o comércio começou a reter as viagens para compras da população, com oferta de produtos mais variados. Dez anos mais

tarde, “havia 870 estabelecimentos varejistas e 58 atacadistas, com 291 lojas de gêneros alimentícios, 56 açougues, 273 bares e botequins, 10 restaurantes, 8 hotéis, 10 pensões, 90 salões de barbeiro e cabeleireiro, 32 drogarias e farmácias, 14 livrarias e papelarias, e 18 agências bancárias” (HAKKERT, 1985, p. 50).

O Centro Urbano não era apenas um local de concentração de serviços decorrentes da economia cafeeira e residências de proprietários de grandes terras, era também um local de investimento dos mesmos, já que em 1873, dos 198 proprietários de imóveis registrados, 37% possuíam mais de um imóvel. (HOGAN; OLIVEIRA; NETO, 1986).

Além disso, o Centro Urbano era um local de diferenças e privilégios da cidade, o que pode ser observado na distinção entre os espaços “de preto” e “de branco” e exclusão da população negra para locais mais afastados. O footing (passeio social realizado em praça pública), por exemplo, era realizado pelos negros na Praça da Liberdade, enquanto os brancos realizavam no Jardim Público municipal.

Como apresentado na Figura 07, os espaços de maior concentração de negros e grupos subalternos na cidade se encontravam nas regiões suburbanas, distante do núcleo urbano central (perímetro em amarelo), onde localizamos a Praça da Liberdade (1). Os bairros Consolação (perímetro azul), onde localizam-se o atual edifício do GRASIFS Voz do Morro, espaço próprio da comunidade negra (3), o cemitério municipal (4) e o Estádio (perímetro marrom) eram, respectivamente, “Buraco Quente” e “Vila dos Apertados”, onde se concentravam moradores negros de baixa renda. Um fator que influenciou a concentração de negros na região foi o fato de que ninguém queria morar na proximidade do Cemitério e do antigo leprosário (atual Bezerra de Menezes). Os negros ferroviários se localizavam mais próximos da CPEF (perímetro roxo) e no bairro Vila Operária (perímetro verde). Antigos Quilombos foram sendo destruídos, como é o caso da área onde se encontrava a antiga Figueira<sup>4</sup> centenária, removida da Praça São Benedito em 2015, a Igreja de São Benedito (2), localizada no Bairro Saúde, o antigo largo de São Roque (5) e o antigo Quilombo da Cabana do Mato ou das Meninas, onde hoje se encontra o Lago Azul (6) e parte da Igreja Nossa Senhora Aparecida (7), além de outros territórios onde a expansão urbana alcançou, como a Chácara dos Pretos (FARIA, 2011).

---

<sup>4</sup> A Figueira na cultura africana representa o “Iroko”, que era um dos filhos de Nanã. Trata-se de um portal para transformação, então está ligado aos ancestrais, acreditando-se que onde há uma Figueira o espírito dos negros está presente (FARIA, p. 48)

**Figura 07.** Mapa de localização dos espaços ocupados por negros no território urbano de Rio Claro/SP.



Fonte: Produção própria/ Google Earth.

A falta de espaços próprios, os diversos atos discriminatórios e a atuação política exclusivamente da elite branca, fez com que a partir de 1930 surgissem movimentos da população negra existente na cidade em busca de atuação social e política, como forma de se posicionarem contra o tradicionalismo, sendo o precursor deste movimento e de maior repercussão a Frente Negreira Brasileira (FNB), funcionando como um elo entre os negros do município com a Capital. Estas sociedades foram representativas e de forte atuação para que o negro conseguisse seu espaço dentro do município, seja através de festivais carnavalescos, clubes esportivos, bailes e o importante “Samba do 13”, ou na aquisição de seu espaço próprio (o que só ocorreu em 1960, após uma luta de 40 anos de movimento negro ativo).

Durante toda a trajetória do movimento negro descrita por Pereira (2009) foi possível verificar duas figuras importantes no contexto rio-clarense: a CPEF, representada pelo negro ferroviário, letrado e pertencente à classe média; e a elite social com envolvimento político, representada neste caso pelas figuras de Humberto Cartolano e, posteriormente ao seu falecimento, pelo Eng. Augusto Schmidt Filho. A relação entre estas distintas elites era benéfica para ambas as partes, trazendo maior visibilidade, fortalecimento e tendo o objetivo em comum de conquistar patamares



políticos mais elevados. Dessa maneira, os ferroviários negros de Rio Claro foram os porta-vozes mais notáveis da mobilização negra local.

Trabalhar nessa empresa significava estabilidade no emprego, possibilidade de ascensão em termos de cargo, regularidade no recebimento do salário, facilidade para aquisição de terreno residencial, acesso a medicamentos via convênio, acesso a bilhete de passagem gratuita para viagens de trem (os dois últimos extensivos na família), e assim por diante. Portanto, o negro que conseguia emprego na “Paulista” passava a integrar a chamada classe média negra de então. (PEREIRA, 2009, p.115)

Houve grande resistência do movimento negro para que o “Samba do 13” não fosse extinto, contando com o apoio estratégico de Humberto Cartolano. O popular “Samba do 13” (também conhecido por Tambu ou Festa da umbigada) era realizado no Largo do São Benedito (FIGURA 08 a 10), antigo quilombo<sup>5</sup> e frequentado por negros de diferentes posições sociais, sempre no dia 13 de maio, porém, sob o pretexto de “ajardinamento” e a fim de evitar o incômodo que esta manifestação cultural trazia para a sociedade e governo local, foi transferida definitivamente em 1939 para o largo de São Roque (avenida 5, entre ruas 12 e 13 - Atual EMEI Dr. Paulo Koelle), segundo Pereira (2009). No Capítulo 3.3 será apresentado como alguns grupos sociais ainda mantêm estas manifestações culturais.

**Figura 08.** Imagem da Igreja São Benedito.



Fonte: <[www.urbenoticias.com.br/praca-de-sao-benedito-esta-sendo-revitalizada](http://www.urbenoticias.com.br/praca-de-sao-benedito-esta-sendo-revitalizada)> acesso:17/05/2021

---

<sup>5</sup> “Quilombo” era também o nome do bairro, hoje conhecido como “Bairro Boa Morte”.

**Figura 09.** Imagens da antiga Figueira Centenária, no Largo de São Benedito, que estava com o tronco oco e com risco de cair.



Fonte: Reprodução/EPTV <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/08/rio-claro-sp-promove-campanha-para-recuperar-arvore-centenaria.html>> acesso em 17/05/2021.

**Figura 10.** Imagem da remoção da Figueira Centenária, no Largo de São Benedito, após desastre natural em 2015.



Fonte: Jornal Cidade <<https://www.jornalcidade.net/rc/retirada-de-figueira-gera-comocao-no-bairro-sao-benedito/22890/>> acesso:17/05/2021

A conquista de um espaço coletivo próprio se deu através da mobilização negra junto à atuação de Humberto Cartolano e aos reivindicantes: Amaro Faria, Aristides Souza Santos, Nelson Caetano, Osvaldo Augusto e Wandico Norberto, todos negros ferroviários, e da criação de uma política compensatória que instituiu a Lei 25-54, originando a sede própria para as Sociedades José do Patrocínio e Tamoio de Rio Claro, as únicas sociedades resistentes que permaneceram no período posterior a 1940. O terreno foi doado pela prefeitura em 1954, mas ambas as sedes foram construídas no final da década de 1960, por falta de recursos próprios (PEREIRA, 2009). Hoje, neste espaço encontram-se os edifícios da escola de samba GRASIFS Voz do Morro e a Associação Beneficente Cultural e Recreativa Tamoio.

Compreender a trajetória do movimento negro na cidade de Rio Claro tem relevância na medida em que trabalhar na CPEF significava um “status” social, condição importante na tomada de decisões políticas e conquistas de espaços próprios, uma das poucas formas de assegurarem alguma ascensão social.

A Companhia Paulista foi pioneira em uma série de iniciativas no campo ferroviário brasileiro. Foi a primeira ferrovia a eletrificar suas linhas, a utilizar carros de aço para o transporte de passageiros (e posteriormente construindo-os em suas oficinas), fomentou a criação de hortos florestais para obtenção de dormentes e lenha (através dela o eucalipto foi introduzido no Brasil), bem como outras iniciativas de gestão até então inéditas no Brasil. Seus trens de passageiros tornaram-se famosos pelo conforto oferecido e pela pontualidade em que operavam. O Trem “R” ou “Trem Azul”, composto de carros de três classes (Pullman, Primeira e Segunda Classes) e restaurante, tornou-se lendário e determinou um padrão de conforto ainda não superado no Brasil, seja no transporte ferroviário (quase extinto) ou no rodoviário, mesmo em nossos dias. (PEREIRA, 2009, p.114)

Apesar dessa narrativa de um desejo de “status” ou orgulho em trabalhar na CPEF, que está presente na memória coletiva local, é preciso considerar que esta era uma forma de domínio da CPEF sobre os seus trabalhadores, pelo imaginário coletivo de uma condição de igualdade e de mobilidade social. Com relação à racionalização do trabalho na companhia paulista, observa-se três fases distintas em que apontam formas de operar da CPEF voltadas ao controle da produtividade e do controle social dos trabalhadores:

- 1) Entre 1868 a 1885 - denominado como período de “dominação sem disfarces”.
- 2) Entre 1885 a 1928, marcado pelo “paternalismo” nas relações de produção, caracterizado por uma série de medidas que assumem diferentes formas e que visam, ao mesmo tempo, possibilitar ao ferroviário melhores condições de trabalho e à ferrovia um maior controle da força de trabalho, amenizando

a relação entre ambos. Assim surgem as cooperativas de consumo, as Sociedades Benéficas, a Escola de Aprendizes, a construção de vilas ferroviárias.

- 3) A partir da Reforma Administrativa de 1928, marcada pela “ciência como instrumento de dominação”. Esta objetivou o bloqueio dos movimentos populares incentivados pelo trabalhador ferroviário, que entre a década de 1910 e princípios de 1920 lutou, fez greves e paralisações, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. Nesta etapa ficam explícitos os quatro princípios Tayloristas: “(1°) a necessidade de desenvolver uma ciência que norteie a execução dos trabalhos, substituindo os métodos empíricos por métodos científicos; (2°) o treinamento e o aperfeiçoamento do trabalhador dentro desses moldes científicos; (3°) a cooperação também norteada pelos princípios da ciência; (4°) a divisão do trabalho manual (trabalhador) e intelectual (engenheiros), cabendo aos primeiros a execução e aos segundos o planejamento. (GARCIA, 1992, p.73)

O ferroviário foi um segmento da classe operária de grande força de atuação nas manifestações entre 1910 e 1920. A CPEF buscou a “racionalização” do trabalho com o intuito de combater estes movimentos e evitar, assim, maiores prejuízos. Mas isto não se restringiu às oficinas, a CPEF basicamente usava a cidade como uma extensão do seu controle sobre o ferroviário:

É um controle forte que extrapola o corpo do ferroviário, mas que não o subjuga totalmente. Ele é abrangente e atinge o seu cotidiano, tanto dentro como fora da fábrica, mas cria mecanismos de resistências, nos mostrando que há um descumprimento da ordem imposta e o surgimento de uma nova ordem por ele próprio recriada.

Não podemos afirmar que é a resistência coletiva que ressurgiu, pois o período analisado não registra greves reivindicatórias nas oficinas. O que surge é uma resistência individualizada em cada ferroviário, em vista de suas aspirações e de suas frustrações em relação ao trabalho. Esta manifesta-se sutilmente em sua fala [...]. (GARCIA, 1992, p.32)

Logo, as “benfeitorias” da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que começaram a ser implantadas a partir da década de 1930, imprimem sobre a área do entorno da ferrovia e do que se poderia denominar de “centro expandido”, naquele momento, uma dinâmica urbana e um cotidiano planejado pela Companhia. Esse aspecto é analisado nos próximos capítulos, que apresentam um inventário destes equipamentos, com seu mapeamento em cruzamento com os períodos de transformação da cidade, tendo em vista que estas benfeitorias tiveram impacto na difusão cultural, educacional, trabalhista e no cotidiano da população local como um todo e não apenas dos ferroviários.

### 1.3. DE VILA A CIDADE FERROVIÁRIA: A GREVE DOS OPERÁRIOS EM 1906

Como já mencionado anteriormente, em 1892 foram instaladas as oficinas da CPEF (FIGURA 11), responsável pela maior contratação de trabalhadores na cidade durante o período.

Com a chegada dos trilhos novos hábitos e serviços foram implementados na cidade, como os serviços postais (FIGURA 12) e telegráficos, que mais tarde serviriam como importantes instrumentos de comunicação durante a greve dos operários, em 1906. Estes serviços e uma série de outros, como hotéis (FIGURA 13), lojas, casas de comércio e botequins, se instalaram nas proximidades da estação (grande parte na Rua 1), devido à localização privilegiada no traçado urbano.

**Figura 11.** Vista aérea das oficinas da CPEF, data indefinida.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.

**Figura 12.** Imagem da agência central de Correios, localizada na Rua 1, com Av. 2.



Fonte: Acervo da autora, data: 14/05/2021.

**Figura 13.** Imagem da Rua 1, com Av. 1, indicando o Hotel da Estação (à esquerda) e o antigo Rio Claro Hotel (à direita).



Fonte: Acervo da autora, data: 12/03/2021.

A partir de 1882 a cidade começou a receber muitos imigrantes, em grande parte alemães, italianos, portugueses e alguns espanhóis, atraídos para trabalho rural na região.

As oficinas da CPEF trouxeram um novo aspecto econômico e sociocultural para a cidade, o que resultou não apenas na organização do trabalho, mas também na criação e implementação de escolas de aprendizagem patrocinadas pela própria Companhia, assim como a implementação de áreas de lazer voltadas para os ferroviários, como o Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia. Paulista (anteriormente União dos Artistas).

Neste momento, a estrutura política também estava em transição, pois os grupos tradicionalistas começavam a perder seu poder e prestígio social, e a serem substituídos por outros segmentos sociais, como a classe média, marcada principalmente por imigrantes e seus descendentes. Outro possível motivo dessa transferência de poder e de prestígio foi o fato da concentração da propriedade urbana também ter sofrido transformações em sua dinâmica de compra e venda, com o capital gerado no comércio local sendo convertido em investimentos no setor imobiliário (SANTOS, 2006).

O aumento de horas de trabalho e a redução da remuneração caracterizavam o regime de exploração trabalhista ao qual os operários vinham se submetendo, dando origem ao primeiro movimento ferroviário, em setembro de 1901, que antecedeu a greve. Neste mesmo ano foi fundado o Centro Operário, sob a presidência do jornalista Manuel Fernandes de Oliveira. Em 1905, foi criada a Liga Operária dos Trabalhadores da Cia. Paulista, como resposta à exploração de trabalho e a consciência de classe como um movimento social.

A greve geral dos ferroviários ocorreu em 15 de maio de 1906, tendo uma repercussão bastante significativa na capital, mais tarde, em 1917. Serviu como um instrumento de luta trabalhista em prol de melhores condições de trabalho e da revolução social, sendo considerada a mais significativa do Estado. Os operários utilizaram o telégrafo para se comunicarem durante a organização da greve, paralisando todas as atividades no tronco da CPEF: estações, tráfego e linha, “num total de 1057 quilômetros (km) de trilhos em 119 estações e atingindo aproximadamente 3 800 ferroviários” (SANTOS, 2006, p.108).

O movimento trouxe impacto para todas as cidades que possuíam atividades diretamente vinculadas à CPEF, refletindo na vida cotidiana da população. Para

compreender sua abrangência, cerca de 80% de todo o café produzido no Estado ficou retido nas fazendas; a circulação feita pelo transporte ferroviário de mercadorias e passageiros foi interrompida, logo, muitos produtos tiveram seu valor elevado e a população passou a realizar estoques de mantimentos; serviços postais foram paralisados. A greve foi de suma importância, sensibilizando a população rio-clarense e ganhando apoio de importantes empresas, como a Cervejaria Rio Claro (FIGURA 14) e o jornal “O Alpha” de circulação na época, e de trabalhadores de outras companhias ferroviárias, como os da Cia. Mogiana e outras do Rio de Janeiro. Fábricas também paralisaram suas atividades em apoio aos grevistas, como as Oficinas Arens e a Fábrica de Tecidos São Bento, em Jundiaí/SP, e a Fábrica Globo, em São Paulo (SANTOS, 2006).

**Figura 14.** Vista aérea da Cervejaria Rio Claro (posteriormente Skol Caracu), com destaque à direita da Avenida Visconde do Rio Caro e o Mercado Municipal.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.



**Figura 15.** Vista do antigo Teatro Fênix, localizado na Av.1, Centro.



Fontes: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”.

A Liga Operária foi representada pelo advogado Joaquim Teixeira Neves Júnior (o Teixeira) e o Teatro Fênix (FIGURA 15) - palco de diversas apresentações nacionais e internacionais voltadas à elite rio-clarense - foi cedido como sede das reuniões e assembleias, onde participavam também diversos segmentos da sociedade.

A greve se estendeu até o final de maio, com repressões policiais que registraram prisões e duas mortes de operários (na cidade de Jundiaí), quando os ferroviários voltaram aos regimes de trabalho. Suas reivindicações mudaram as condições de trabalho e trouxeram melhorias socioculturais para os trabalhadores, mas trouxeram também grandes prejuízos para a Companhia. Assim, após a greve, a CPEF iniciou um controle mais rígido das atividades dos operários, que se estendia para além do horário de trabalho nas oficinas e atuava nas atividades de lazer das famílias e na formação de novas gerações de operários (MINA & ALMEIDA, 2018), no período entre 1885 e 1928.

A CPEF descentralizou sua atuação no transporte ferroviário a partir de 1920, expandindo sua atuação para serviços que subsidiassem a própria companhia, como a criação de hortos florestais, para a produção de dormentes e vagões, oficinas mecânicas para fornecimento, manutenção e reparo de materiais e equipamentos

ferroviários, além da produção de carros e vagões frigoríficos, tornando-se um verdadeiro complexo ferroviário (GARCIA, 1992).

A implantação de um sistema mais racional de trabalho, baseado no modelo taylorista, desarticulou o conhecimento que antes estava concentrado em poucos operários especializados, sobretudo os mestres e contramestres que possuíam grande autonomia em relação à administração, como serralheiros, condutores de locomotivas e outras profissões, criando sucessivas gerações de aprendizes especializados em apenas um setor da produção e novos saberes e métodos dentro da fábrica (em 1928), a fim de diminuir a força da greve e aumentar o controle dos operários. Porém os trabalhadores, de uma condição provisória de estagiários acabavam permanecendo por vários anos de forma compulsória e sem remuneração. Desta forma, foram criadas escolas específicas, como é o caso da antiga escola de aprendizagem Senai Ferroviária (atual escola técnica Eduq), e equipamentos como o Grêmio Recreativo dos empregados da Cia. Paulista, antiga Banda Musical União dos Artistas, existente desde 1896, que a partir da mudança de nome também ampliou as atividades para além da prática musical, incluindo atividades como a prática de tênis, bocha, atletismo, boxe, futebol, natação e outros esportes (VALDANHA NETTO *et al.*, 2010).

Surge também a Associação Protetora das Famílias dos Empregados, as Sociedades Benéficas, criadas com o intuito de reprimir a adesão dos trabalhadores às Ligas Operárias, e se inicia a construção de vilas<sup>6</sup> destinadas à moradia dos ferroviários

O curso de ferroviários da Escola Profissional Secundária Masculina de Rio Claro, criado em 1934 com apoio da CPEF, tinha como finalidade a formação ao longo de quatro anos de técnicos especializados para atuarem na ferrovia, geralmente filhos de ferroviários (SOUZA, 1986). Mais tarde, esta se tornou a Escola Senai Ferroviária (FIGURA 16).

O desejo do meu pai era me ver na Escola Ferroviária, porque a Escola Ferroviária era uma certeza que você ia ser classificado e ser admitido como funcionário da Paulista. Como todo mundo já deve ter ouvido na história, a Ferrovia da Paulista era um dos melhores empregos aqui de Rio Claro. [...] O regime dali era um “regime militar”, porque a gente, pela nota, recebia um salário e se você faltasse, descontava no salário [...]. Por isso, eu consegui me aposentar contando o tempo que eu estive na escola. Então, você entrava

---

<sup>6</sup> As vilas destinadas à moradia dos ferroviários não foram empregadas na cidade de Rio Claro, mas na cidade de Jundiá serviram como instrumento de coação sobre os trabalhadores durante a greve de 1906.

na escola e era como se você já tivesse a carteira profissional assinada. (CARVALHO, 2019, 14:30 min)

**Figura 16.** Imagem da atual Escola Técnica Eduq, antiga Escola SENAI Ferroviária, localizada na Rua 1B, Bairro Vila Aparecida.



Fonte: Acervo da autora, data: 06/05/2021.

A educação ferroviária ganhou reforço com a criação do “cineminha” da Paulista (também localizado na atual Eduq) em 1947, dirigidos por ferroviários para ferroviários, que tinha como intuito ministrar palestras, debates e cursos. A manutenção do cinema era feita através da arrecadação de mensalidades que, devido à grande adesão, permitiu que fossem fornecidos serviços odontológicos aos associados.

Com o decorrer do tempo a Diretoria do Cinema e Teatro do Ferroviário, em parceria com a Empresa Cinematográfica Antônio Padula Neto, transferiu o “cineminha” para um espaço melhor estruturado denominado Cine Tabajara (atual loja de departamento Casa e Vida). O Cinema Tabajara (FIGURA 17 e 18) foi implantado no bairro Vila Aparecida, antigo subúrbio localizado no entorno da ferrovia, com o intuito de atender os operários e a população dos bairros de sua proximidade.

**Figura 17.** Imagem da atual Casa e Vida (Rua 1, entre Av. 22 e 24, Bairro Vila Aparecida) / (à esquerda) antigo Cinema Tabajara, sem identificação de data.



Fonte: Acervo da autora, data: 17/10/2020.

**Figura 18.** Imagem do antigo Cinema Tabajara, sem identificação de data.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó".

A criação da FEENA também beneficiou a cidade e segue funcionando como parque até os dias atuais. (FIGURA 19 a 22)

**Figura 19.** Imagens das casas de funcionários administrativos do Serviço Florestal da Companhia Paulista, construída entre as décadas de 20 e 30 (à esquerda), e do Solar Amarelo (Residência dos Trabalhadores).



Fonte: Acervo da autora, data: 14/05/2021.

**Figura 20.** Imagens do Açude (à esquerda) e da Residência do Barão de Piracicaba, antigo Solar Navarro de Andrade, entre 1916 e 1941 (à direita).



Fonte: Acervo da autora, data: 14/05/2021.

**Figura 21.** Imagens da Casa de Madeira construída por Engenheiros Ambientais em 1962, com objetivo de verificar a durabilidade do Eucalipto (à esquerda) e da antiga ponte (deteriorada) que dava acesso à Capela Santo Antônio (à direita).



Fonte: Acervo da autora, data: 14/05/2021.

**Figura 22.** Imagens da porta de entrada do Casarão Amarelo, indicando as siglas “SFCP”, Serviço Florestal da Companhia Paulista (à esquerda) e detalhe do piso de acesso ao Casarão Amarelo, indicando as siglas “SF”, Serviço Florestal (à direita).

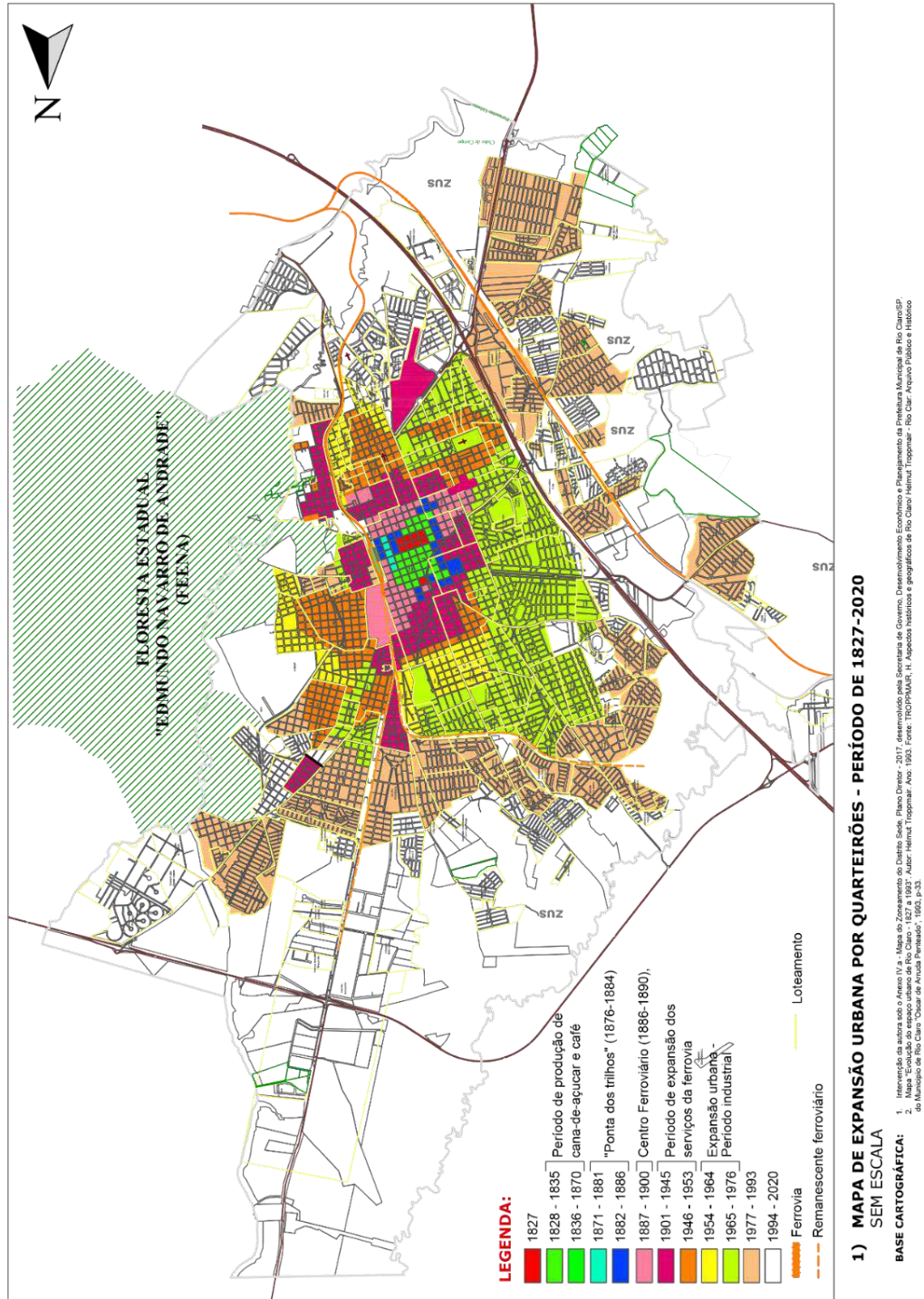


Fonte: Acervo da autora, data: 14/05/2021.

As transformações urbanas que ocorreram no período entre 1828 e 2020 estão representadas na Figura 23, evidenciando os processos que transformaram Rio Claro/SP de “vila à cidade ferroviária”. Entre 1828 e 1870, período de maior produção de cana-de-açúcar (1840) e café (1850), os bairros estavam concentrados no entorno do núcleo urbano da cidade constituído em 1827. Entre 1871 e 1881, surgem 5 bairros na extensão da Rua 2, em proximidade da Estação Ferroviária (instalada na cidade em 1876). No período compreendido entre 1887 e 1900, treze anos após a chegada da ferrovia, houve uma expansão urbana de setenta e um bairros, envolvendo o traçado já existente. Este foi o período em que a cidade se tornou “Ponta dos trilhos” (1876-1884), atendendo às cidades de Torrinha (ao sul de Brotas), Jaú, Jaboticabal, Descalvado e Cordeirópolis. Rio Claro/SP tornou-se sede da Companhia de Estradas de Ferro e “estação intermediária de linha”, após expansão da ferrovia até São Carlos (1884), Araraquara (1885) e Jaú (1887). Junto a esse complexo foram fundadas, em 1892, as oficinas da CPEF, que neste período contrataram cerca de dois mil empregados (HOGAN;OLIVEIRA;NETO, 1986). Já no período entre 1901 e 1953, período de expansão dos serviços da ferrovia, o crescimento da cidade foi muito mais significativo do que nos anos anteriores, ocorrendo de forma mais dispersa e principalmente no entorno da ferrovia. Entre 1954 e 1993, a cidade se expande para

as áreas mais periféricas, havendo um grande aumento populacional e expansão industrial. A área urbana periférica, em branco no mapa, refere-se aos loteamentos que surgiram posteriormente.

**Figura 23.** Mapa indicando a evolução urbana de Rio Claro/SP.



Fonte: Intervenção da autora sobre os mapas: 1. Anexo IV.a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede (PDDM, 2017); Mapa "Evolução do espaço urbano de Rio Claro - 1827 a 1993" (TROPOMAIR, 1993).

#### 1.4. DEFINIÇÃO DO PERÍMETRO HISTÓRICO E CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO URBANO

Nesta pesquisa, considerou-se como centro urbano o perímetro definido pela Lei Complementar nº128/2018, que institui o Plano Diretor vigente da cidade e o zoneamento urbano. Este possui particularidades que se mantêm até os dias atuais, como o traçado ortogonal e retilíneo (FIGURA 24), a lógica de denominação das ruas implantadas em 1885 e a concentração de edifícios de interesse cultural.

**Figura 24.** Imagem aérea do Centro Histórico de Rio Claro/SP, em 1998, com destaque da Igreja Matriz São João Batista ao centro (Rua 6, entre Avenidas 3 e 5 - Centro), a Praça da Liberdade (à direita) e a extensão.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”.

O modelo de arruamento e ordenação urbana da cidade foi definido pela “Sociedade de Bem Comum” e projetado pelo Senador Vergueiro<sup>7</sup>, que possuía conhecimentos em técnicas de agrimensura e que já havia realizado os mesmos

---

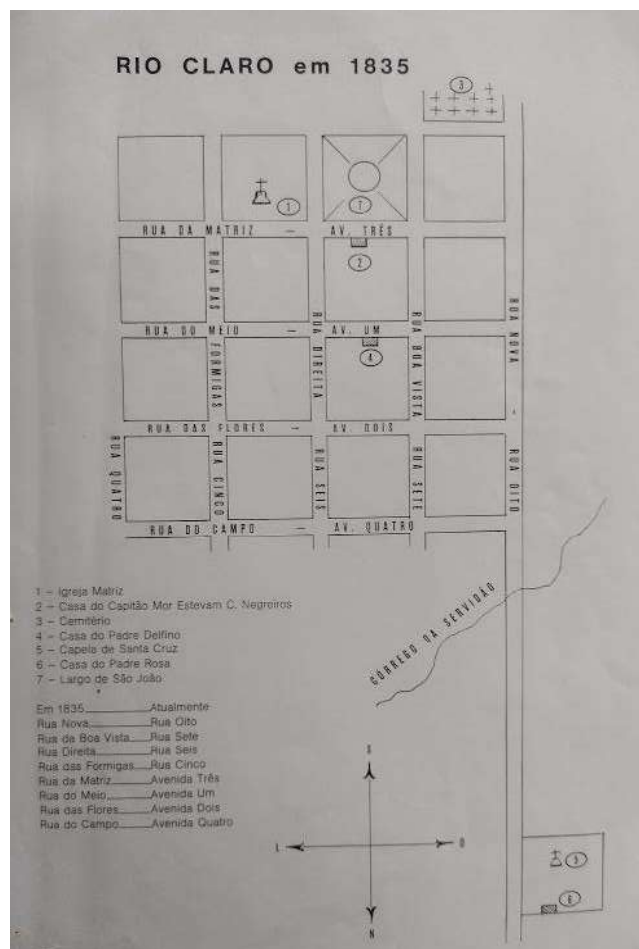
<sup>7</sup> Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mais conhecido como Senador Vergueiro, era de origem portuguesa e proprietário das fazendas Ibicaba e Angélica.



serviços nas cidades de Limeira e Constituição (Piracicaba), mantendo-se a “ortogonalidade das quadras, paralela aos pontos cardeais, com 40 braças de lado, ou seja, 88,80 metros e, inclusive, cuidando das medidas das ruas, de 60 palmos, de 13,32 metros” (SANTOS, 2000, p. 16). Os moradores do pequeno povoado de São João Batista do Ribeirão Claro, logo se alocaram nas proximidades da igreja e considerando suas características mais evidentes, definiram a nomenclatura das primeiras ruas da cidade, sendo a oficialização dos nomes feita pela “Sociedade de Bem Comum” em 30 de dezembro de 1832.

Conforme o mapa da cidade de Rio Claro em 1835 (FIGURA 25), verifica-se a existência da Rua Nova (atual Rua 8), Rua da Boa Vista (atual Rua 7), Rua Direita (atual Rua 6), Rua das Formigas (atual Rua 5), Rua da Matriz (atual Av. 3), Rua do Meio (atual Av. 1), Rua das Flores (atual Av. 2) e Rua do Campo (atual Av. 4), assim como a localização da antiga capela, a residência do Capitão Estevam Cardoso de Negreiros, o Largo do São João (atual Praça da Liberdade), a Igreja Santa Cruz, além das residências de Padre Delfino e Padre Rosa.

**Figura 25.** Mapa da cidade de Rio Claro em 1835, produzido por Erminio Rossi.



Fonte: PENTEADO, 1977, p. 13.

Em muitas cidades do interior paulista, as primeiras estações ferroviárias eram bastante singelas (FIGURA 26) e somente passaram por melhorias após a vinda dos imigrantes, formando núcleos ao redor das Estações. Esses núcleos são reconhecidos como referências do território pela população, mesmo após o surgimento de outros vetores de crescimento significativos para as cidades posteriormente, como por exemplo as rodovias (SCHICCHI *et al.*, 2020) e os distritos industriais. Em Rio Claro, a Estação Ferroviária tornou-se ponto de referência da nova nomenclatura para as ruas da cidade em 1886, criando-se avenidas orientadas no sentido Leste/Oeste e distinguidas entre números “pares” e “ímpares”, e as ruas no sentido Norte/Sul, mantendo-se os antigos nomes das praças públicas e objetivando um sistema simples e racional, tendo como referência as cidades americanas. Assim, a Estação Ferroviária de Rio Claro passou a ser localizada na Avenida 1 e Rua 1, sendo as demais ruas contadas a partir dela, ou seja, tornou-se um marco do início da cidade.

**Figura 26.** Imagem da primeira Estação Ferroviária de Rio Claro, construída em 1876 e demolida em 1910, dando origem a Estação Ferroviária atual.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” e Acervo da autora, data: 26/10/2020.

São estes alguns dos argumentos que justificam contrapor o tratamento dado à preservação do conjunto formado nas proximidades da estação ferroviária com o núcleo fundacional definido em 1826, o Centro Histórico definido pelos órgãos de preservação estadual e municipal. Este centro, composto por 17 quadras, trechos de 11 vias e a Praça da Liberdade, tornou-se um novo centro condizente com a situação econômica do município, que na época era um dos principais produtores de café do Estado. Seu perímetro compreende os trechos da Rua 4 com Avenida 4, segue pela Rua 4 até a Avenida 5, segue pela Avenida 5 até a Rua 7, segue pela Rua 7 até a Avenida 7, segue pela Avenida 7 até a Rua 8, segue pela Rua 8 até a Avenida 4 e segue pela Avenida 4 até o ponto inicial, conforme Figura 27.

**Figura 27.** Imagem da localização do Centro Histórico de Rio Claro/SP.



Fonte: Elaboração da autora sobre imagens coletadas pelo Google Earth, data:26/11/2021

A partir da indicação destes dois perímetros que serão introduzidos nos mapas produzidos nesta pesquisa, realizou-se uma primeira leitura contemporânea do recorte estudado. Compreende-se que o Centro Urbano da cidade permanece ativo, havendo uma predominância de comércio popular voltado principalmente para os setores de vestiário, móveis, lojas de departamento, bijuterias, sapatos e setor alimentício. É perceptível um comércio mais intenso concentrado nas proximidades da Estação Ferroviária (FIGURA 29), em especial nas Ruas 1, 2, 3 e 4, com as Avenidas 1, 2, 4 e 6 (item 1), existindo também containers voltados para a produção de artesãos locais (FIGURA 28) na Rua 1.

**Figura 28.** Imagem dos containers voltados para a venda de produtos de artesãos locais, com imagens antigas da história da ferrovia, localizados na Rua 1, ao lado da Estação Ferroviária.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2020.

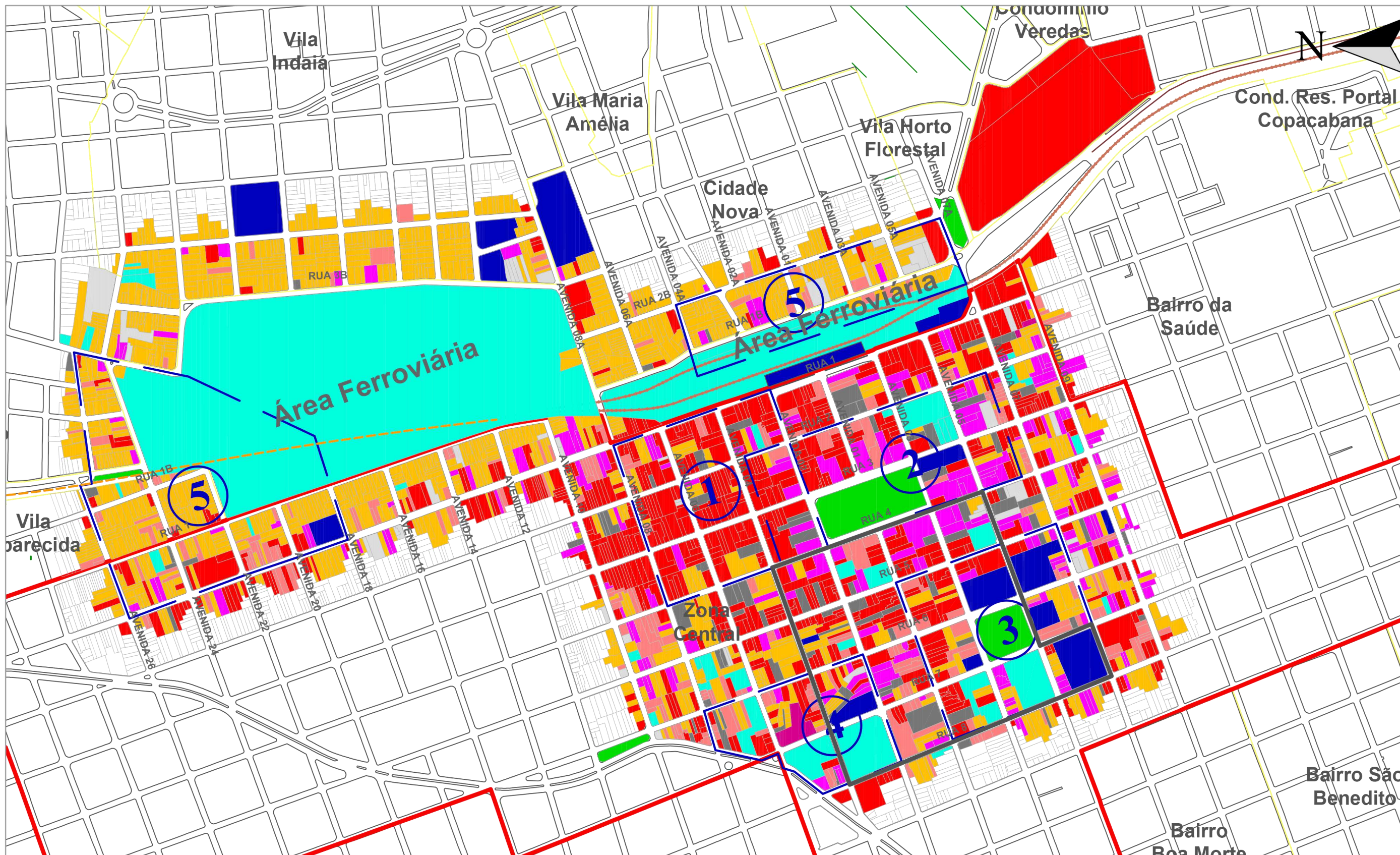
Em decorrência da permanência do ordenamento das ruas, evidencia-se um tráfego central bastante conturbado, principalmente no horário comercial, visto que as vias públicas são compostas por vagas de estacionamento nas duas extremidades. Ainda na Figura 29, é possível observar a quantidade de estacionamentos comerciais e terrenos vazios na região central que surgiram para atender esta demanda.

No entorno da praça central e em sua proximidade há uma concentração majoritária de serviços (número 2 na Fig. 29), sobretudo de agências bancárias e destinados ao serviço público, como Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Câmara Municipal e Atende Fácil, e clínicas. Já no entorno da Praça da Liberdade, dentro do perímetro do Centro Histórico, os serviços estão relacionados ao Fórum, como advocacias, além de haver maior concentração de instituições (número 3 na Fig. 29) públicas (por exemplo: Fórum, Casarão da Cultura, Igreja da Matriz e escolas municipais e estaduais) e privadas (por exemplo: o Colégio Puríssimo Coração de Maria, voltado para ensino particular de diferentes faixa etárias). Ainda há um

remanescente industrial, sobretudo da antiga Cervejaria Rio Claro (número 4 na Fig. 29). No entorno da área ferroviária prevalece o uso residencial (número 5 na Fig. 29), que será apontados mais adiante. Os tipos de uso ofertados em diferentes edifícios históricos influenciam na preservação patrimonial, visto que podem resultar, com o tempo, em desgastes das edificações, assim como determinar o público que acessa estes edifícios, influenciando nos projetos de revitalização, por exemplo.

Esta leitura territorial é importante para futuras questões que serão retomadas no Capítulo II.

Figura 29. Mapa de uso do solo do Centro Urbano de Rio Claro/SP



1) MAPA DE USO DE SOLO - 2021  
Esc 1:7.500

**LEGENDA:**

ÁREA LIVRE PÚBLICA	INSTITUCIONAL PÚBLICO	RESIDENCIAL	TERRENO VAZIO	Ferrovia	Concentração comercial	Remanescente industrial
COMERCIAL	INSTITUCIONAL PRIVADO	SERVIÇO	FEENA	Loteamento	Concentração de serviços	Concentração residencial
INDUSTRIAL	MISTO	ESTACIONAMENTO COMERCIAL		Centro Histórico	Concentração institucional	
				Centro Urbano (Zona Central)		

Fonte: Acervo da autora, data: 26/11/2021

**AUTORA:** Camila C. P. Campoy  
**ORIENTADORA:** Maria Cristina da S. Schicchi

**USO DO SOLO - CENTRO URBANO DE RIO CLARO/SP**  
**DATA:** 25/11/2021  
**ESCALA:** 1:7.500  
**BASE CARTOGRÁFICA:** 1:7.500

1. Intervenção da autora sob o Anexo IV.a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede, Plano Diretor - 2017, desenvolvido pela Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

## **CAPÍTULO II: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO CLARO E OS REMANESCENTES FERROVIÁRIOS**

Após o reconhecimento dos processos de formação e consolidação do Centro Urbano da cidade, foram analisados os patrimônios culturais considerados importantes para a preservação municipal. Sabe-se que as primeiras ações dos órgãos de preservação e gestão patrimonial no âmbito estadual e nacional implicaram em tombamentos que priorizaram os aspectos construtivos e arquitetônicos dos edifícios, assim como as obras de arte “puras”, reconhecendo o centro histórico como um elemento importante de preservação, frente a iminência de transformações que ocorrem nesta região, em especial, por pressão do mercado imobiliário para maior aproveitamento dos lotes, impondo novos usos e padrões construtivos. A partir deste princípio, toda a cultura - arquitetura, arqueologia e a história da cidade - é reduzida a uma área isolada.

Segundo Coelho (2013), a inexistência de políticas nacionais que integrem os bens tombados aos grupos sociais, considerando a sociedade como um agente participativo nas decisões dos processos e mecanismos de preservação do patrimônio cultural, implica em ações que não refletem o interesse coletivo. “Isso tem gerado uma dicotomia entre o que o poder público decide preservar – tomar - e as próprias comunidades que vivenciam esses bens” (COELHO, 2013, p.56), logo a preservação não é discutida e sim imposta, ocasionando um distanciamento da população com estes elementos e o questionamento sobre o direito de uso da propriedade privada.

Em consequência, surgem demolições e a vacância ou subutilização destes edifícios, gerando problemas sociais e urbanos. Então, existe um paradoxo, onde busca-se tomar para proteger das rápidas demolições, mas em contrapartida, a permanência pode gerar uma destruição gradativa pelo abandono, por não se priorizarem verbas que incentivem a preservação de prédios históricos e bens culturais.

O patrimônio industrial se inclui nesse processo, sendo seu apagamento fruto das novas transformações tecnológicas e territoriais que surgem em meio a globalização, visto que “o valor dos sítios relacionados com a industrialização, com a cultura do trabalho em sentido amplo é, em termos gerais, mal compreendido e, com frequência, se detecta uma falta de consciência sobre a importância desse patrimônio”



(LÓPEZ, 2020, p. 341). Conforme já apontado, esse patrimônio inclui as oficinas, vilas operárias, armazéns, galpões, instrumentos e documentos que possuam valor artístico, histórico e cultural e representem a memória ferroviária. Desta forma, ao reconhecer os bens culturais importantes para a memória da população, é preciso não categorizar unicamente os remanescentes por suas características construtivas, estilísticas ou por período.

Neste capítulo, buscou-se uma reflexão sobre o Centro Histórico de Rio Claro, os elementos que o compõem e os remanescentes ferroviários, os quais, embora presentes no centro urbano, não estão totalmente reconhecidos em suas especificidades como patrimônios culturais da cidade, considerando que a memória ferroviária ainda prevalece no cotidiano do rio-clarense.

## **2.1. ESPAÇOS PÚBLICOS E EDIFICAÇÕES NO CENTRO: PRESERVAÇÃO, USOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES**

As ações preservacionistas no município de Rio Claro/SP podem ser distinguidas em dois momentos: os processos de tombamentos realizados em sua grande maioria na região central, durante o período das primeiras ações dos órgãos de preservação nacional (Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e estadual (Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo); e o reconhecimento de bens culturais por órgãos municipais, universidades, pesquisadores e a sociedade civil, que não implicaram em processos oficializados, mas demonstraram uma necessidade em registrar e memorizar, reconhecendo a importância histórica, cultural e social destes bens.

Sobre os tombamentos do município, observa-se que são resultantes de um mesmo período e referem-se a um conjunto hegemônico, que preserva a memória da elite rio-clarense atuante naquele período nas decisões políticas locais e responsável pela construção de diversos edifícios significativos da cidade, durante a busca pelo progresso e pela modernidade que sempre acompanhou o ideário urbano da cidade. Embora não se tenha aprofundado na análise técnica e estrutural de cada edificação nesta pesquisa, é nítido que se tratam de edificações de expressivo caráter arquitetônico e histórico, que se mantêm preservadas até os tempos atuais, mantendo

suas características originais, são estas: a E.F. Cel. Joaquim Salles (Processo nº 24929/86) (FIGURA 30); o prédio da antiga Estação Ferroviária (Processo nº 22295/82) (FIGURA 31); o edifício do Gabinete de Leitura (Processo nº 22297/82) (FIGURA 32); o Sobrado do Barão de Dourados (atual sede do Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”; Processo nº 000353/73), também tombado pelo Iphan (FIGURA 33); a Floresta Estadual e Museu “Edmundo Navarro de Andrade” (Processo nº 00428/74) (FIGURA 34); além de dois outros localizados respectivamente nos distritos de Corumbataí e Ajapi, cito a Usina Hidrelétrica de Corumbataí (Processo nº 000300/73) e a Sede da Fazenda de Grão Mogol (Processo nº 20145/76).

**Figura 30.** E.F. Cel. Joaquim Salles.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2020.

**Figura 31.** Estação Ferroviária de Rio Claro/SP.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2020.

**Figura 32.** Gabinete de Leitura.



Fonte: Acervo da autora, data: 29/06/2020.

**Figura 33.** Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.



Fonte: Acervo da autora, data: 14/10/2021.

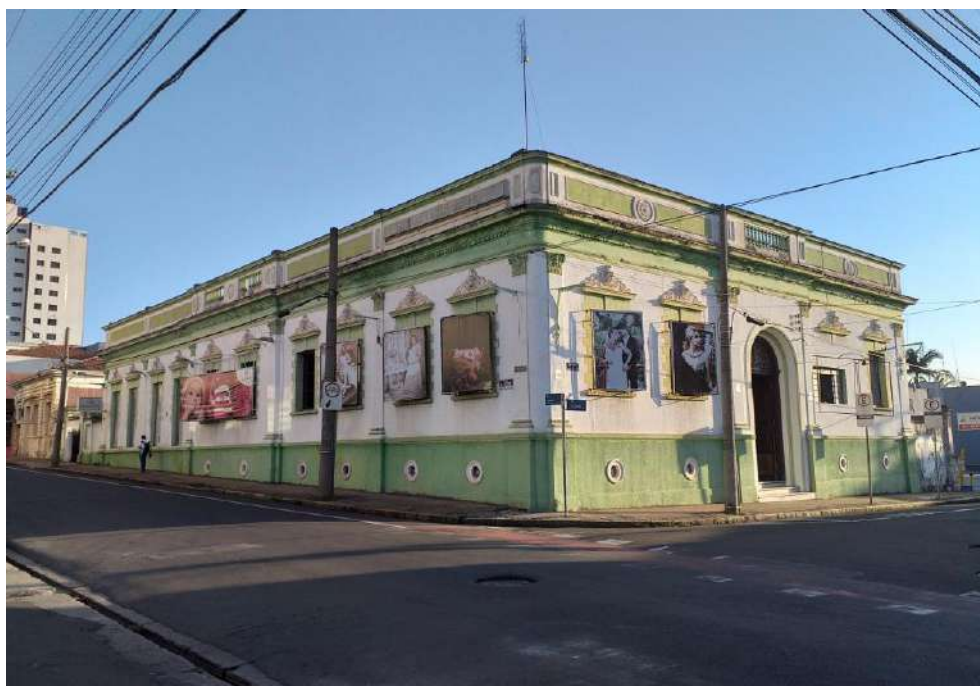
**Figura 34.** Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, destacando o antigo Solar Navarro de Andrade.



Fonte: Acervo da autora, data: 14/10/2021.

O Centro Histórico também foi objeto de tombamento pelo Condephaat, visto que mantém a ordenação e a nomenclatura das ruas, assim como as edificações que o compõem, que se encontram em situação semelhante aos processos já oficializados, são estas: as antigas residências do Barão de Porto Feliz (FIGURA 35), do Visconde de Rio Claro (atual Escola Marcello Schmidt) (FIGURA 36) e da família Siqueira Campos (atual Casarão da Cultura) (FIGURA 37); o antigo solar da Dona Luiza Botão (atual Etec “Armando Bayeux da Silva”) (FIGURA 38); o Obelisco comemorativo à República, localizado na Praça da Liberdade (FIGURA 39); e a E.E. Irineu Penteado, em situação de total abandono (FIGURA 40), todas pertencentes ao mesmo processo n° 46976/03.

**Figura 35.** Antiga residência do Barão de Porto Feliz.



Fonte: Acervo da autora, data: 09/03/2021.

**Figura 36.** Antiga residência do Barão Visconde do Rio Claro, atual E.M. Marcello Schmidt.



Fonte: Acervo da autora, data: 09/03/2021.

**Figura 37.** Antiga residência da família Siqueira Campos, atual Casarão da Cultura.



Fonte: Acervo da autora, data: 09/03/2021.

**Figura 38.** Imagens (à esquerda) do Antigo Solar da Dona Luiza Botão, atual Secretaria da Etec “Armando Bayeux da Silva” e (à direita) o edifício que ocupa o mesmo lote, onde localizam-se as salas de aula da mesma instituição.



Fonte: Acervo da autora, data: 09/03/2021.

**Figura 39.** Imagens (à esquerda) da Praça da Liberdade, com vista para a Igreja Matriz de São João Batista, e (à direita) do Obelisco comemorativo à República, com vista para o Fórum de Rio Claro.



Fonte: Acervo da autora, data: 09/03/2021.

**Figura 40.** E.E. Irineu Penteado.



Fonte: Acervo da autora, data: 17/10/2020.

Segundo Baldoni, o Condephaat aprovou o tombamento do traçado do núcleo original da cidade de Rio Claro e dos elementos que o compõem. O autor relata que boa parte do centro de Rio Claro já se encontrava protegido por estar dentro da área envoltória de alguns tombamentos. Porém, “em junho de 2004, o Condephaat recebeu uma denúncia relatando o início de demolição do chamado Casarão da Família Negreiros, em área envoltória do Sobrado da Baronesa de Dourados, e dentro da área em estudo para tombamento.” (BALDONI, 2006, p.1). O proprietário autorizou a demolição, após o órgão ter solicitado providências referentes à cobertura do imóvel. Posteriormente, surgiu um novo pedido de demolição, fazendo com que o Conselho revisse sua decisão anterior e aprovasse a demolição, que foi efetivada, desta vez, com o aval do Condephaat.

Este é apenas um dos muitos casos de demolições que ocorrem no centro urbano da cidade, havendo diversos casarões localizados na Rua 4, como o antigo Bar e Restaurante “A Toca”, demolido para dar espaço a um estacionamento de banco; o Casarão da Família Picoli (FIGURA 41), substituído por uma agência bancária (FIGURA 42) ou até mesmo o antigo Cine Excelsior, onde atualmente ainda permanece seu nome gravado na calçada; o Casarão da Família Cartolano (FIGURA 43), demolido e transformado em farmácia; ou até mesmo os incendiados, como o



caso do Museu Histórico e Pedagógico Bueno da Veiga, que estava desativado desde junho de 2010 e foi reinaugurado em setembro de 2019 (permanecendo fechado, devido à Covid-19, até setembro de 2021), após a finalização do restauro pela empresa Estúdio Sarasá – Conservação e Restauro.

**Figura 41.** Imagem do antigo Casarão da Família Picoli, localizado na Rua 4, Avenidas 02 e 03, na Zona Central.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”.

**Figura 42.** Imagem da Agência Bancária Bradesco S/A, localizada hoje onde se situava o antigo Casarão da Família Picoli.



Fonte: Acervo da autora, data: 25/02/2021.

**Figura 43.** Imagem da antiga Residência da Família Cartolano (Rua 3, com Av 3), que após incêndio e demolição se transformou em uma unidade da Farmácia Droga Raia.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”.

Segundo Nativio (2008), a imprensa local registrou as discussões entre o proprietário do imóvel da Rua 3, da Família Cartolano, com o órgão de preservação, o Condephaat. O imóvel já se encontrava desocupado e em processo de deterioração, trazendo transtornos à vizinhança, quando foi solicitado o seu tombamento. No mesmo período, os proprietários receberam duas propostas de compra do imóvel que visavam abrigar um clube local e, em outra, um estacionamento. Quando ocorreu o incêndio, o Condephaat se manifestou em mídia local:

**Condephaat mantém processo de tombamento do casarão da rua 3** - O órgão estadual responsável pela preservação dos patrimônios que fazem parte dos bens tombados do Estado de São Paulo (Condephaat), manifestou-se sobre o incêndio ocorrido no casarão da rua 3 que se encontrava em fase de estudo para tombamento. Segundo este órgão, todo e qualquer imóvel em processo de tombamento, não pode sofrer mutilações como a ocorrida, sendo o mesmo de responsabilidade de seu proprietário zelar pela integridade do bem, independente do mesmo já ser tombado ou não. Após um relatório completo da Prefeitura Municipal, do Corpo de Bombeiros e da Delegacia de Polícia sobre o responsável pela atitude criminosa, o Condephaat informou que tomará as medidas cabíveis, dentro da legislação estadual específica para tal fim. (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 17/02/1995, p.3 *in apud* NATIVIO, 2008, p.101)

A fim de zelarem por sua integridade, os proprietários também se manifestaram, apontando a morosidade no trâmite dos processos do órgão de preservação:

**Proprietários de imóvel contestam Condephaat** - Proprietários do casarão da rua 3 manifestaram-se publicamente contra as acusações levantadas pelo Condephaat, de que seriam os responsáveis pela destruição do imóvel. Segundo os mesmos, o próprio órgão deve ser responsabilizado, pois foi pela demora na decisão do tombamento que o bem foi se deteriorando, visto a dificuldade que existe de se obter do órgão aprovação de qualquer natureza para intervir no bem e mantê-lo. (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 06/09/1995, P.6 *in apud* NATIVIO, 2008, p.101- 102)

O Centro Urbano da cidade ainda é o local de grande investimento comercial, serviços e infraestrutura da cidade, além disto, muitos edifícios residenciais e comerciais construídos entre as décadas de 1950 e 1970, inclusive os verticais, (FIGURA 44) foram projetados sem a existência de garagem. Desta forma, grande parte destes espaços estão sendo substituídos para fins de estacionamento, para suprir a demanda do tráfego central, que durante o horário comercial é intenso, e, após este horário, quase inexistente, tornando o centro um espaço deserto e subutilizado. Outra questão é que a população prefere a utilização dos estacionamentos ao invés de uso de parquímetros, por se sentir mais segura e despreocupada ao utilizar o Centro para uso de comércio, lazer ou serviço (NATIVIO, 2008).

**Figura 44.** Imagens do Centro histórico de Rio Claro/SP na década de 1950 (Esquerda); na década de 1990 (Direita). Nota-se a transformação em curso a partir da construção de edifícios verticalizados.



Fontes: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Pentead”.

Em resposta aos casos de demolições, abandono e vacância destes edifícios, além de resgatar a memória local e registrar edifícios de interesse cultural que não

estão tombados, foram coletados materiais que subsidiaram os resultados desta pesquisa, tais como livros produzidos por instituições públicas e privadas: o “Patrimônio edificado em Rio Claro - SP”, trabalho desenvolvido pelo Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, com apoio de estudantes locais, onde foram levantados 57 prédios históricos na cidade; e o livro “ACIRC, 90 anos de história. Associação comercial e industrial de Rio Claro - SP. 1922-2012”, que também registra alguns importantes comércios da área central ao longo da história, assim como a indústria, grupos e a cultura local.

Há também pesquisas que ampliam o conceito de patrimônio cultural, como os desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, campus de Rio Claro/SP sobre as *Brownfields*<sup>8</sup>, objetivando a revitalização de espaços abandonados, visto que estes podem trazer transtornos para a população (marginalidade, criadouros de insetos que transmitem doenças, depósito clandestino de lixo, entre outros) e desvalorização da região onde estão localizados. Aponta-se quatro indústrias significativas para a cidade de Rio Claro/SP em diferentes momentos dos processos de industrialização e que hoje são consideradas *Brownfields*: as Oficinas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, instaladas desde 1892 e a Cia. Cervejaria Rio Claro, instalada em 1899, durante a “fase pioneira”; a antiga Fábrica Matarazzo, instalada em 1939, durante a “fase tradicional”; e Gurgel Indústria e Comércio Ltda., instalada em 1969, durante a “fase dinâmica” (SAMPAIO, 1987 *apud* HUMMEL; MENDES, 2005).

A instalação da ferrovia trouxe diversas modificações para a cidade de Rio Claro/SP, dentre elas a transformação do tipo de comércio e a instalação de indústrias na sua proximidade ou na cidade.

A instalação da cervejaria [*Cervejaria Rio Claro*] foi motivada pelo grande número de imigrantes de origem alemã que passaram a trabalhar no município com a chegada da ferrovia. [...] Em 1992, o grupo decide encerrar a produção na unidade de Rio Claro, retirando as máquinas e demitindo cerca de 500 funcionários [...]. Para Sampaio e Pires (1992, p.16), a desativação da Skol em Rio Claro foi provocada por vários motivos, entre eles a inadequada localização intra-urbana das instalações da cervejaria, o que provocava problemas no trânsito da cidade; a falta de espaço para ampliação da fábrica para uso de novas tecnologias; o alto custo de manutenção da fábrica na área central devido ao valor do Imposto Predial e Territorial Urbano e a reestruturação organizacional e produtiva da empresa. [...] Após a desativação da unidade da Skol em 1992, os prédios da empresa, que ocupavam áreas em três quadras

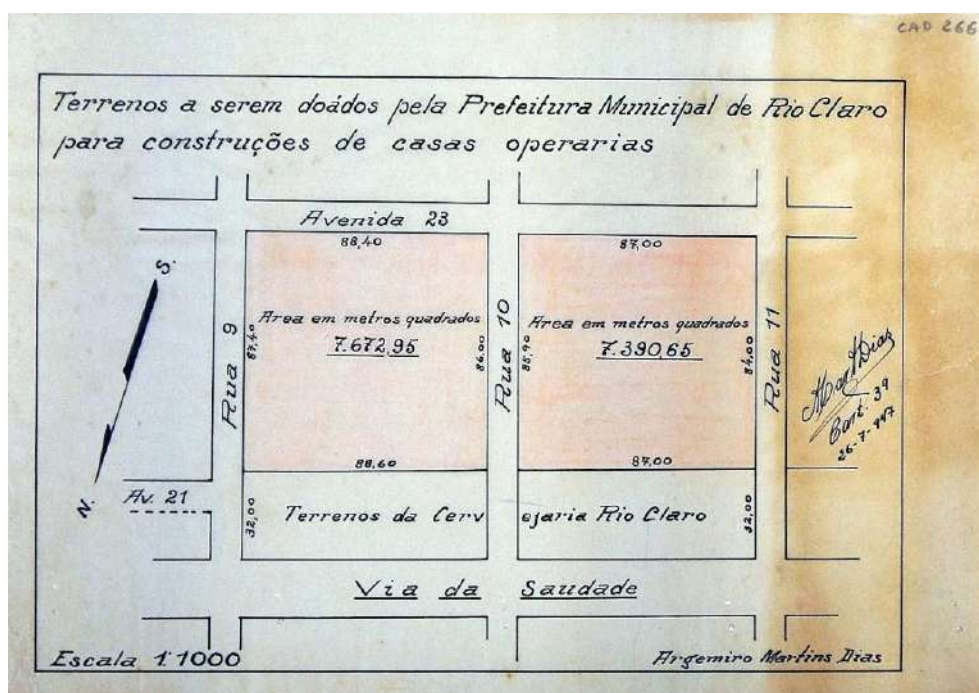
---

<sup>8</sup>Entende-se por *Brownfields* antigos prédios e terrenos industriais e comerciais que atualmente estão abandonados, obsoletos ou sendo subutilizados, podendo ser também portos, minas e aterros sanitários (HUMMEL e MENDES, 2005).

da área central de Rio Claro, passaram cerca de quatro anos desocupados. (HUMMEL; MENDES, 2005, p.6970- 6971)

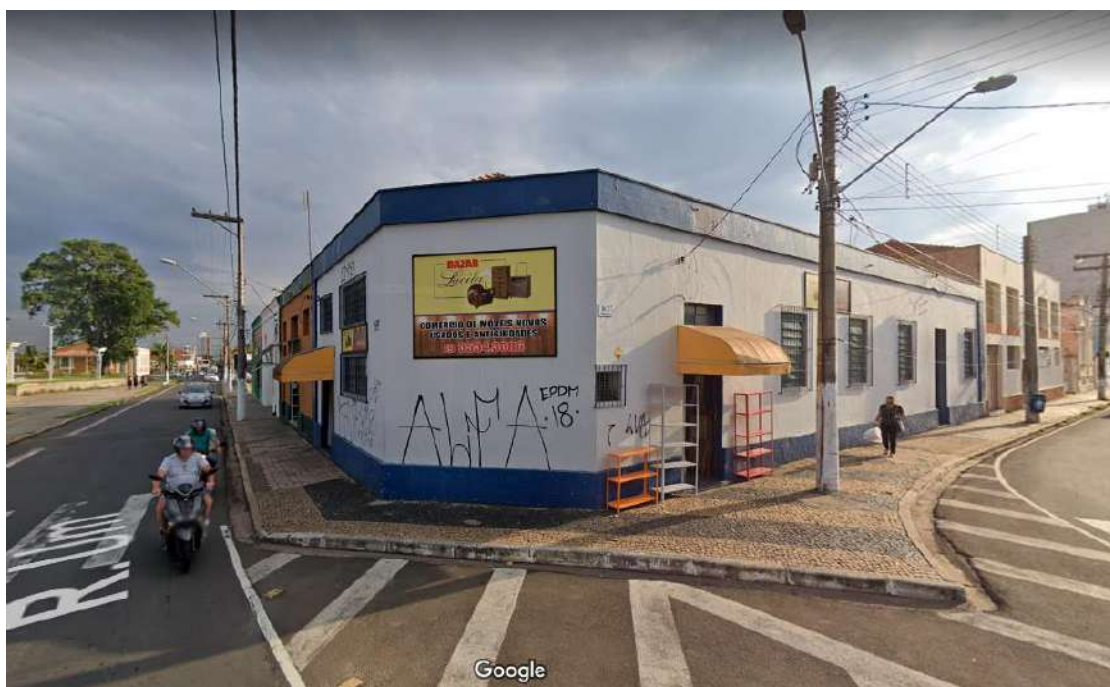
Apesar de suas antigas sedes estarem ocupadas ou parcialmente ocupadas nos tempos atuais, como os antigos prédios da Cervejaria Rio Claro/SP - hoje de uso da Unicep e do Senac – a paisagem urbana do Centro de Rio Claro/SP ainda carrega vestígios da vida operária que se formou ao redor destas indústrias, seja pela permanência de casas operárias (FIGURA 45) - em geral, empreendimentos de quadra realizados pela iniciativa privada ou pelos industriais - ou estabelecimentos que visavam atender estas indústrias, como comércio (FIGURA 46) de ferragens/serrarias, distribuidoras de bebidas etc. Assim, compreende-se neste trabalho que os remanescentes ferroviários se referem aos edifícios e lugares construídos pela própria ferrovia, em especial durante a administração da CPEF, mas também aqueles ligados à memória da ferrovia, mesmo indiretamente, reconhecendo-os como objetos e lugares da classe operária ferroviária, que também é parte integrante do centro urbano.

**Figura 45.** Mapa indicando terreno doado à Prefeitura Municipal de Rio Claro para a construção de casas operárias ao lado de um dos terrenos de propriedade da Cervejaria Rio Claro, localizado na Avenida da Saudade, entre as Ruas 9 e 11, Bairro do Estádio.



Fonte: Coleção Argemiro Dias, Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado", referência CAD 266.

**Figura 46.** Vista de antigos galpões adaptados para o comércio popular da região central, localizado na Rua 1, esquina com a Avenida 3, em frente à Estação Ferroviária e Praça dos Ferroviários.



Fonte: Google Earth, data: 18/12/2021.

As solicitações de construção de habitações eram feitas por pedidos oficiais, por interessados ou por construtores habilitados, ao prefeito municipal e deviam atender às normas estabelecidas nos Códigos de Posturas e de Obras (FERREIRA; BENINCANSA; OLIVEIRA, 2012). Dentre os construtores habilitados do período, destaca-se o Engenheiro Agrônomo Augusto Schmidt Filho<sup>9</sup>, que trabalhava em parceria com Domingos Barbugian, Gustavo Stein e Milton Silveira, todos estes construtores licenciados no município entre 1931 e 1933 (MUSEU PEDAGÓGICO “AMADOR BUENO DE VEIGA”, 2021). Algumas construções mantêm características típicas da época, como mostram as figuras 47 a 52.

---

<sup>9</sup> Nasceu em Rio Claro em 19/02/1905 e se formou como engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz – Piracicaba/SP, em 1926. Atuou como projetista construtor licenciado pela Prefeitura Municipal de Rio Claro e teve expressiva participação na construção civil, posteriormente atuou como vereador no município, cumprindo dois mandatos. (MUSEU PEDAGÓGICO “AMADOR BUENO DE VEIGA”, 2021).

**Figura 47.** Imagens do projeto para construção de um prédio localizado na Rua 4, entre Avenidas 3 e 5, bairro Centro, assinado pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no ano de 1949, em exposição no Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.



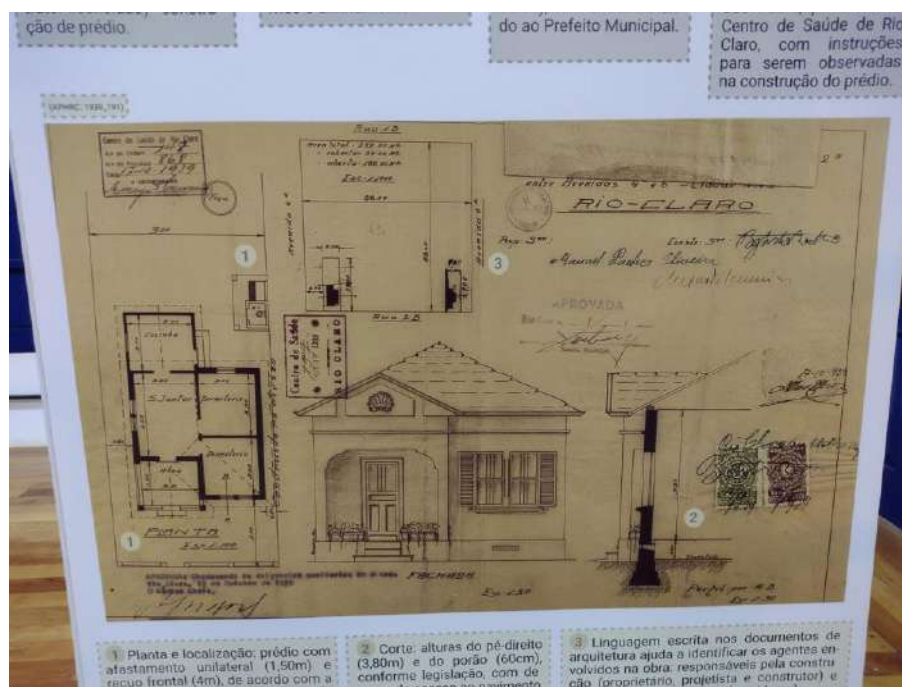
Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

**Figura 48.** Imagem do imóvel localizado na Rua 4, entre as Avenidas 3 e 5, bairro Centro, atual clínica Histolab.



Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

**Figura 49.** Imagens do projeto para construção de um prédio localizado na Rua 2B, entre Avenidas 6A e 4A, bairro Cidade Nova, assinado pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no ano de 1939, em exposição no Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

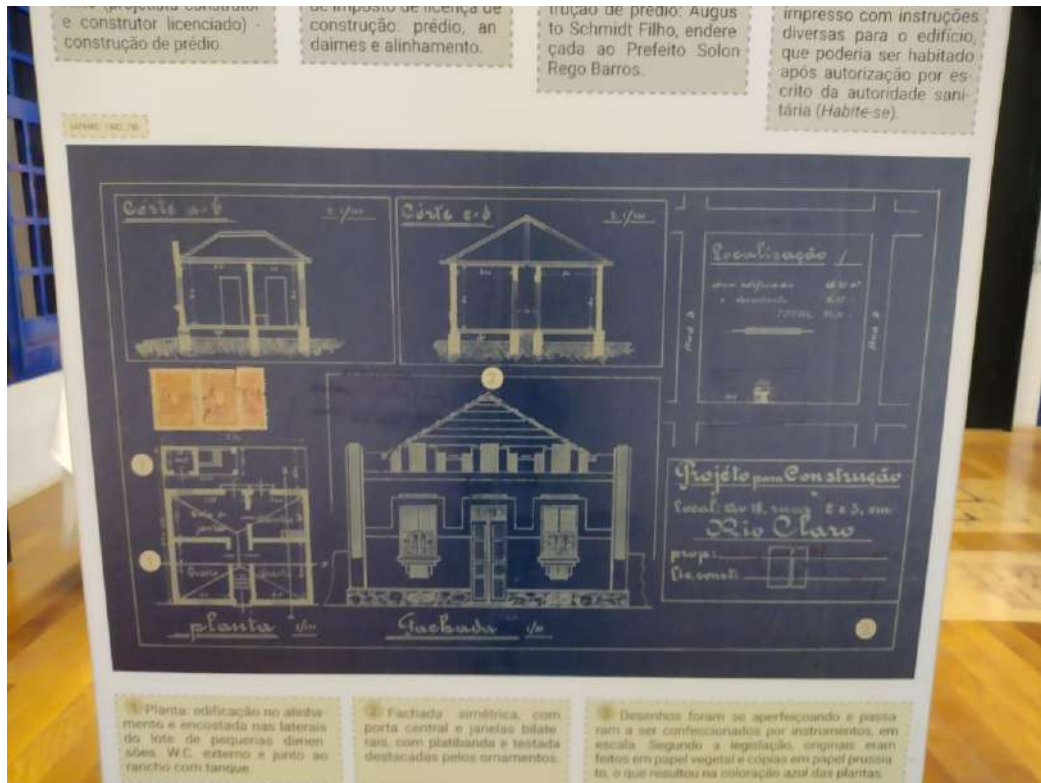
**Figura 50.** Imagens do imóvel localizado na Rua 1 B, entre Avenidas 4A e 2A, Bairro Cidade Nova.



Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.



**Figura 51.** Imagens do projeto para construção de um prédio localizado na Avenida 18, entre Ruas 2 e 3, bairro Centro, assinado pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no ano de 1942, atualmente demolido, em exposição no Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

**Figura 52.** Imagens do imóvel localizado na Rua 8, esquina com Avenida 7, Bairro Centro, com ornamentos Art Déco do período de 1940.

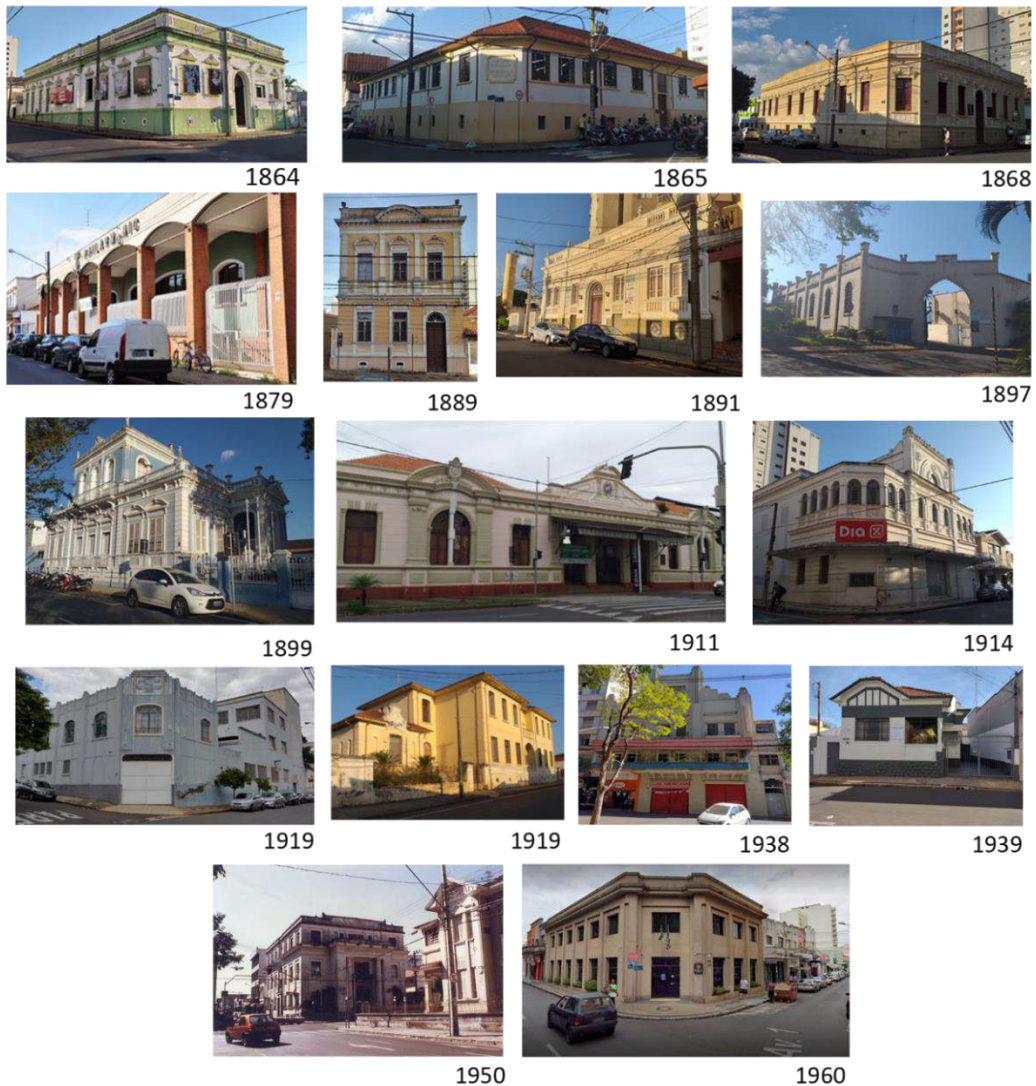


Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

No mapa de expansão urbana do centro de Rio Claro/SP (FIGURA 54), estão situados os patrimônios culturais da cidade, os edifícios de interesse cultural e os remanescentes ferroviários que foram coletados ao longo da pesquisa. Nele, é possível observar os diversos perímetros de expansão do centro, onde muitas edificações mantiverem as características arquitetônicas conforme o período correspondente (FIGURA 53) e que conformam a diversidade das construções, consideradas de interesse para a preservação neste trabalho, para além das tombadas.

**Figura 53.** Imagens de exemplos de edifícios de interesse cultural de distintos períodos da urbanização da região central, conforme datas de construção.

### MOSAICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - CENTRO URBANO DE RIO CLARO/SP



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

Fonte: Acervo da autora e pesquisa eletrônica, data: 18/12/2021.

As informações contidas nas Tabelas 1 e 2 detalham os dados do mapa da figura 54, indicando o crescimento de quarteirões por período e o crescimento da população por décadas, evidenciando no território urbano as marcas e os remanescentes culturais ainda presentes e a extensão da dominação da ferrovia sobre a própria cidade, que lhe rendeu o título de cidade ferroviária.

**Tabela 1.** Crescimento do espaço urbano de Rio Claro

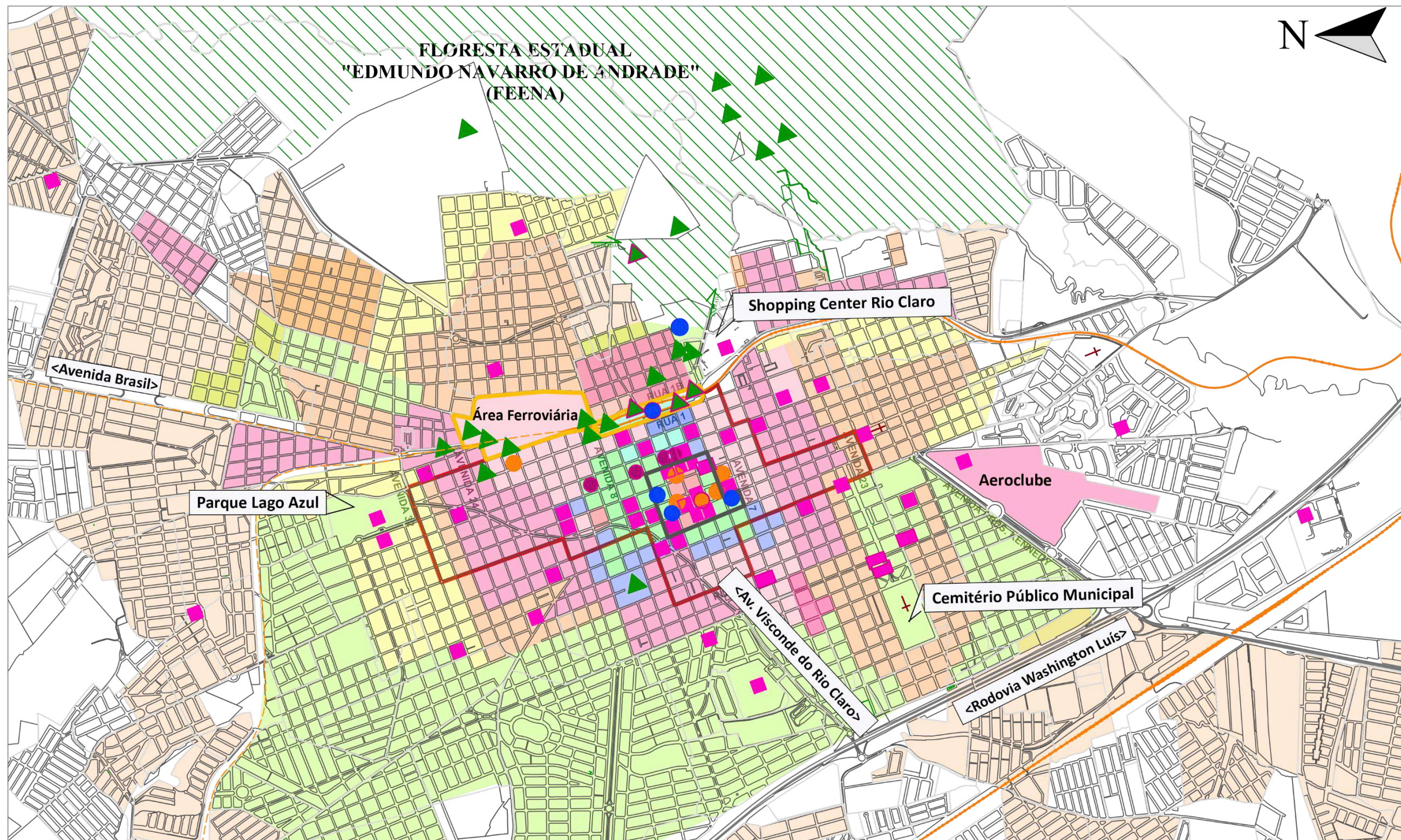
	<b>Acréscimos de quarteirões</b>	<b>Acréscimo de área</b>	<b>Total de quarteirões</b>	<b>Índice de crescimento de quarteirões / ano</b>	<b>Índice de crescimento de área/ ano</b>
Núcleo inicial - 1827	1	10.000 m <sup>2</sup>	1	1	10.000 m <sup>2</sup>
1823 – 1886 (7 anos)	8	80.000 m <sup>2</sup>	9	1,1	11.428 m <sup>2</sup>
1836-1876 (34 anos)	35	370.000 m <sup>2</sup>	44	1	10.911 m <sup>2</sup>
1871 – 1881 (10 anos)	7	70.000 m <sup>2</sup>	51	0,7	7.000 m <sup>2</sup>
1882 – 1886 (4 anos)	86	250.000 m <sup>2</sup>	77	6,5	62.500 m <sup>2</sup>
1887 – 1900 (13 anos)	71	660.000 m <sup>2</sup>	146	5,4	50.769 m <sup>2</sup>
1901 – 1945 (44 anos)	844	2.320.000 m <sup>2</sup>	392	5,5	52.727 m <sup>2</sup>
1946 – 1953 (7 anos)	896	3.756.000 m <sup>2</sup>	688	42,2	392.857 m <sup>2</sup>
1954 – 1964 (10 anos)	227	2.210.000 m <sup>2</sup>	915	22,7	221.000 m <sup>2</sup>
1965 – 1976 (11 anos)	564	5.120.000 m <sup>2</sup>	1.479	51	465.355 m <sup>2</sup>
1977 – 1990 (12 anos)	500	5.000.000 m <sup>2</sup>	2.000	32	500.000 m <sup>2</sup>

Fonte: TROPPIAIR, Helmut. Atlas da qualidade ambiental de Rio Claro. Rio Claro: Unesp/IGCE, 1992. fig. 16

**Tabela 2.** Crescimento da população por décadas.

<b>Ano</b>	<b>Total da população</b>	<b>Taxa de crescimento</b>	<b>População urbana</b>	<b>População rural</b>
1940	42.287	1,13%	55%	45%
1950	47.073	2,76%	73%	27%
1960	60.681	2,87%	80%	20%
1970	78.108	4,08%	87%	13%
1980	110.000	2,45%	93%	7%
1990	137.000	3,1%	96%	4%
2021	202.289	4,57%	97,84%	2,16%

Fonte: Intervenção da autora em dados fornecidos através da Fundação SEADE, disponível em <<https://perfil.seade.gov.br/?>> acesso em 26/12/2021, e TROPMAIR, Helmut. Atlas da qualidade ambiental de Rio Claro. Rio Claro: Unesp/IGCE, 1992. fig. 17 / Intervenção da autora



1) MAPA DE EXPANSÃO URBANA POR QUARTEIRÕES (PERÍODO DE 1827-2020) E BENS CULTURAIS

Esc 1:25.000

**LEGENDA:**

<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f08080; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1827</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #90ee90; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1828 - 1835</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #90ee90; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1836 - 1870</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #e0ffff; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1871 - 1881</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #add8e6; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1882 - 1886</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #90ee90; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Período de produção de cana-de-açúcar e café</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #e0ffff; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> "Ponta dos trilhos" (1876-1884)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f08080; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1887 - 1900</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f08080; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1901 - 1945</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f08080; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1946 - 1953</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #ffff00; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1954 - 1964</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #90ee90; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1965 - 1976</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f08080; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Centro Ferroviário (1886-1890),</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f08080; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Período de expansão dos serviços da ferrovia</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #ffff00; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Expansão urbana - Período industrial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f5deb3; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1977 - 1993</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #fff2cc; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> 1994 - 2020</li> <li><span style="display: inline-block; width: 10px; height: 10px; background-color: #0000ff; border-radius: 50%; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Tombamentos oficializados (CONDEPHAAT / IPHAN)</li> <li><span style="display: inline-block; width: 10px; height: 10px; background-color: #ffa500; border-radius: 50%; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Tombamentos em análise (CONDEPHAAT)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 10px; height: 10px; background-color: #ff00ff; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Edifícios de interesse cultural</li> <li><span style="display: inline-block; width: 10px; height: 10px; background-color: #008000; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Remanescentes ferroviários</li> <li><span style="display: inline-block; width: 10px; height: 10px; background-color: #800080; border-radius: 50%; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Grupos sociais</li> <li><span style="display: inline-block; width: 10px; height: 10px; background-color: #90ee90; border: 1px dashed black; margin-right: 5px;"></span> FEENA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #ffa500; border: 2px solid black; margin-right: 5px;"></span> Ferrovia</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 2px dashed black; margin-right: 5px;"></span> Remanescente ferroviário</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Loteamento</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 2px solid black; margin-right: 5px;"></span> Centro Urbano (Lei complementar nº128/2017)</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Centro Histórico</li> </ul>
---	---	--	--	---	---	---

Fonte: Acervo da autora, data: 25/11/2021

**EXPANSÃO URBANA DE RIO CLARO/SP**  
 DATA: 25/11/2021  
 ESCALA: 1:25.000  
 BASE CARTOGRÁFICA:  
 1. Intervenção da autora sob o Anexo IV a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede, Plano Diretor - 2017, desenvolvido pela Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.  
 2. Mapa "Evolução do espaço urbano de Rio Claro - 1827 a 1993". Autor: Helmut Troppmaier. Ano: 1993. Fonte: TROPFMAIR, H. Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro/ Helmut Troppmaier - Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penitente", 1993, p-33.

**AUTORA:**  
 Camila C. P. Campoy  
**ORIENTADORA:**  
 Maria Cristina da S. Schicchi

## 2.2. MEMÓRIA, PAISAGEM E TERRITÓRIO: OS REMANESCENTES FERROVIÁRIOS NO CENTRO

Considerando os tombamentos já consolidados, é possível apontar o contraste com os remanescentes relacionados à ferrovia protegidos, a despeito da permanência de uma identidade ferroviária em diferentes gerações da população rio-clarense, mesmo não havendo uma relação de trabalho, própria ou de familiares, direta com a ferrovia.

São muitos os elementos presentes no cotidiano da população que preservam o imaginário da paisagem urbana resultante do modo de vida implementado pela ferrovia, como o apito do trem, as áreas de recreação da cidade (em especial, a FEENA), o cruzamento diário da linha nas avenidas 8A e 7A, com seu típico congestionamento (FIGURA 55); o comércio popular central que ainda é mais intenso nas ruas 1 a 3, próximas à ferrovia; as histórias orais contadas pelos mais velhos e a paisagem urbana da área central emoldurada pela linha e seus equipamentos, passarelas e transposições.

No conjunto, estes elementos corporificam a memória ferroviária de Rio Claro atualmente.

**Figura 55.** Imagem de congestionamento na Avenida 8A, entre ruas 1 e 1B – Centro, passagem da linha férrea.



Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

A instalação do conjunto ferroviário em Rio Claro/SP abrange uma área construída de 9 458 m<sup>2</sup>, em um terreno de 55 834 m<sup>2</sup>, muito cobiçada pelos empreendedores imobiliários, por sua localização e extensão no traçado urbano da cidade, e já passou por diversas administrações: Cia. Rioclarense de Estradas de Ferro, CPEF, Fepasa (Ferrovia Paulista S.A), ALL (América Latina Logística S.A.) e Rumo Logística S.A., que atualmente possui direito de uso da superfície.

**Figura 56.** Mapa indicando, respectivamente, o centro urbano, centro histórico e a área ferroviária de Rio Claro.



Fonte: Intervenção da autora sob o Anexo IV.a- Mapa do Zoneamento urbano do município de Rio Claro/SP – Plano Diretor, 2017, Prefeitura Municipal de Rio Claro – Sec. de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento.

As vias que cruzam o Centro Urbano e o interligam com a área posterior à ferrovia (com os bairros Cidade Nova, Vila Paulista, Vila Indaiá, Vila do horto etc.) são as Avenidas 32, Avenida 24, Avenida 8 e Av. 7 (FIGURA 56). Três destas vias passaram por reformas e melhorias públicas no período de 2009 à 2016, nas duas

gestões consecutivas do prefeito Palmínio Altimari Filho. Em 2009, foi inaugurada a galeria “Túnel das artes”, com o intuito de promover exposições de arte no túnel que atravessa pelo subsolo a avenida 8 da rua 1B até a rua 1, por baixo dos trilhos do trem (FIGURA 57). Em 2012 houve uma duplicação da Avenida 32, que além de melhorar o fluxo do trânsito de uma das principais avenidas da cidade, está localizada “em uma das áreas mais tradicionais de Rio Claro e é importante ligação entre as regiões da cidade, que eram separadas pela linha férrea antes da retirada dos trilhos realizada na atual administração” (IMPrensa RIO CLARO, 2012).

Em 2016 foi realizado, pela Secretaria de Governo de Rio Claro/SP, um projeto de revitalização da área próxima da Estação Ferroviária e pavimentação do antigo pontilhão de acesso da Avenida 7 e 7A, tendo como resultado a Praça dos Ferroviários.

Durante o levantamento de campo realizado na Praça dos Ferroviários (FIGURA 69), foram feitas algumas constatações: o local sempre possuiu um tráfego intenso, interligando a zona central com o bairro Cidade Nova, a Floresta Estadual e a Avenida Francisco Matarazzo, onde localiza-se o Shopping Center Rio Claro; a passagem do antigo pontilhão da Avenida 7 era uma via de mão dupla que impossibilitava a passagem de mais de um veículo, além de ser uma área sujeita a alagamentos em dias de chuva.

As obras do projeto de revitalização foram iniciadas em 2013, com o projeto de drenagem do antigo pontilhão da Avenida 7 e, posteriormente, foi feita a duplicação da avenida, soterrando o antigo pontilhão, ainda presente na memória da população. Na proposta do projeto paisagístico manteve-se a Casa Amarela (FIGURA 58), fechada atualmente, e a Cabine de Chaves (FIGURA 59), sendo incluídos o Teatro de Arena (FIGURA 60), a Fonte interativa, a Pista de Skate, ciclo-faixas e um parque infantil. Os trilhos do trem permaneceram e ainda se mantêm ativos pela empresa Rumo Logística, porém as residências de antigos operários que ainda permanecem no local não foram incluídas nesta revitalização, tampouco os edifícios que compõem a paisagem do entorno da Estação Ferroviária, ainda com características da época, sendo grande parte antigos galpões que atendiam a ferrovia e hoje estão readaptados para uso comercial. Há alguns exemplos localizados na Rua 1, em frente à Estação Ferroviária, como o atual varejão da Rede Horti Mais (FIGURA 61), o comércio popular no centro (FIGURA 62), o Hotel da Estação que ainda permanece em uso (FIGURA



63), o Largo do Bebedouro, onde ficavam as charretes dos viajantes que pousavam no Hotel da Estação (FIGURA 64) e outros imóveis antigos (FIGURA 65).

**Figura 57.** Imagem da placa de inauguração da galeria “Túnel das Artes”, em junho de 2009.



Fonte: Acervo da autora, data: 12/03/2021.

**Figura 58.** Vista da “Casa Amarela” - Praça dos Ferroviários, esquina da Rua 1, com Av. 7.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

**Figura 59.** Vista da cabine de chaves da Avenida 7, bairro Centro.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

**Figura 60.** Vista da Praça dos Ferroviários, depois da intervenção de revitalização, indicando o Teatro de Arena e ao fundo a Estação Ferroviária.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

**Figura 61.** Vista do varejão Rede Horti Mais da Praça dos Ferroviários, localizado na Rua 1 - Centro.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

**Figura 62.** Vista de antigos galpões adaptados para o comércio, ao lado do varejão Rede Horti Mais, localizado na Rua 1 - Centro.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

**Figura 63.** Vista da Rua 1, indicando o Hotel da Estação (à esquerda) e o antigo Rio Claro Hotel (à direita).



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

**Figura 64.** Vista de bebedouro revitalizado em frente ao Hotel da Estação, área denominada como Largo do Bebedouro onde se alojavam antigas charretes de viajantes.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

**Figura 65.** Vista de antiga cervejaria e restaurante denominado Projeto B, em frente à Estação Ferroviária, que sediou parcialmente o acervo do museu pedagógico “Amador Bueno de Veiga”, quando este foi incendiado e passava por reformas.



Fonte: Acervo da autora, data: 26/10/2021.

As antigas residências operárias que compõem a paisagem do entorno da Estação Ferroviária permanecem como um enclave urbano (FIGURA 66 a 68), onde, por um lado, os próprios moradores não possuem condições financeiras de promoverem grandes melhorias, presenciando-se muitas reformas irregulares, e, por outro, por fazerem parte da área ferroviária, são ainda muradas, ou seja, as casas não possuem fachadas para a rua, provavelmente porque isso implicaria em cobrança de impostos. Contudo, essa ausência de urbanidade impossibilita a Prefeitura Municipal de propor reformas e revitalizações. Em contrapartida, essa situação evidencia um impasse na gestão da área, na medida em que há um desinteresse da empresa Rumo Logística de intervir para estabelecer uma relação direta das construções com o espaço público. Como resultado, essa área se torna pouco acessível e estigmatizada pela população em geral.

**Figura 66.** Imagem das antigas casas operárias da ferrovia, ocupadas por membros de famílias dos ex-ferroviários, na Rua 1B - Cidade Nova.



Fonte: Acervo da autora, data: 23/11/2020.

**Figura 67.** Imagem da área entre a Praça Ferroviária e a área posterior das antigas casas operárias, separadas por um gradil dos trilhos de trem.



Fonte: Acervo da autora, data: 23/11/2020.

**Figura 68.** Imagem de antiga casa operária, identificando adaptações feitas pelos proprietários, localizada na esquina com a Avenida 7 e Rua 1B.



Fonte: Acervo da autora, data: 23/11/2020.



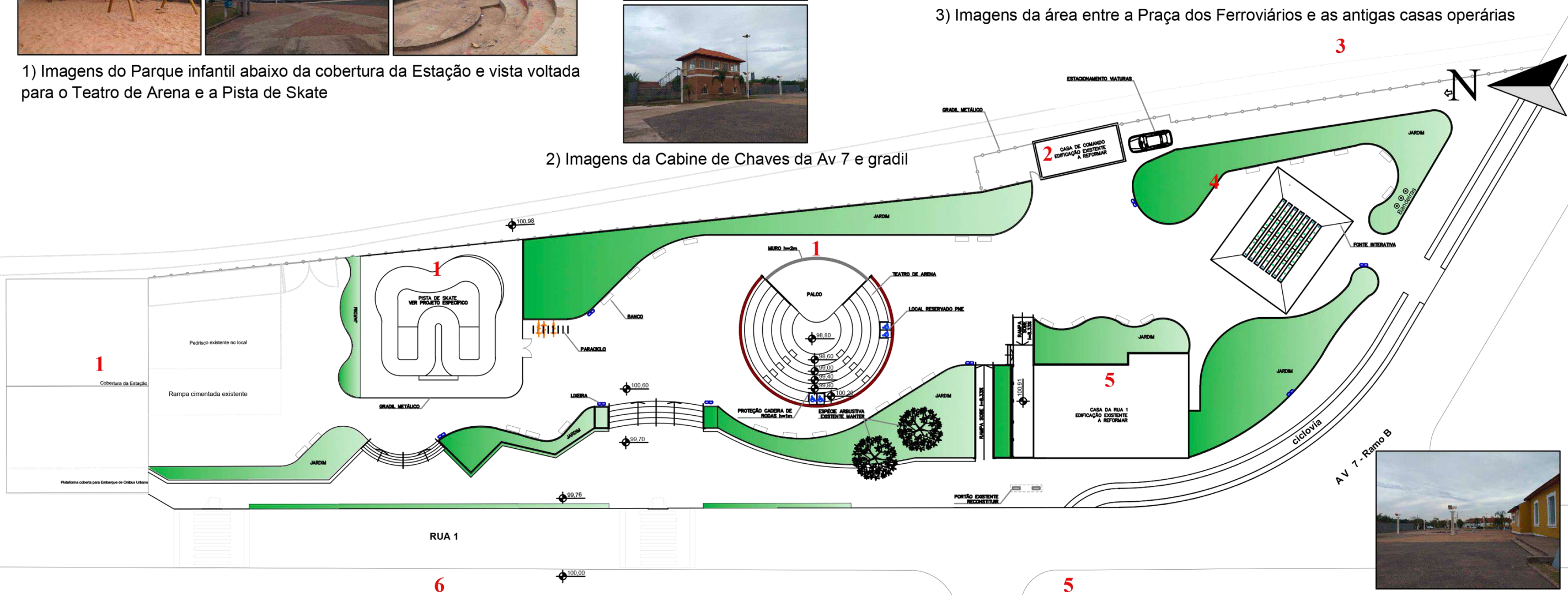
1) Imagens do Parque infantil abaixo da cobertura da Estação e vista voltada para o Teatro de Arena e a Pista de Skate



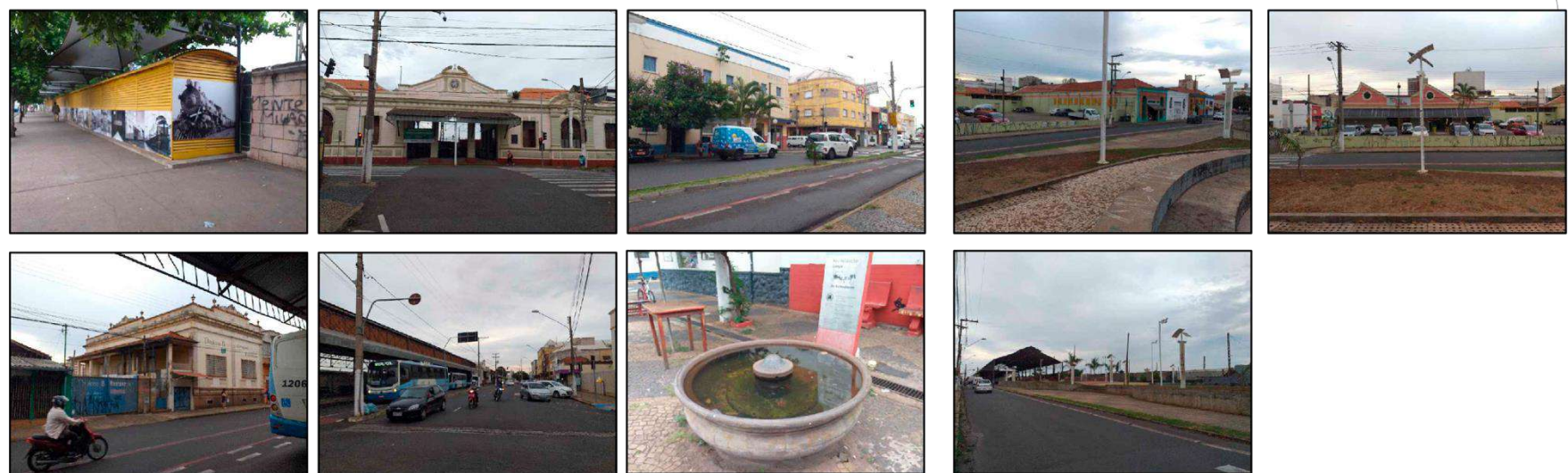
2) Imagens da Cabine de Chaves da Av 7 e gradil



3) Imagens da área entre a Praça dos Ferroviários e as antigas casas operárias



4) Vista da fonte interativa



6) Imagens da paisagem ao longo da Rua 01, entre Avenidas 3 e 6.



5) Imagens da paisagem ao longo da Rua 01, entre Avenidas 5 e 7.

**1) IMPLANTAÇÃO - PRAÇA DOS FERROVIÁRIOS**  
Esc 1:500

Fonte: Acervo da autora, data: 26/11/2021

**AUTORA:** Camila C. P. Campoy  
**ORIENTADORA:** Maria Cristina da S. Schicchi

**PRAÇA DOS FERROVIÁRIOS - CENTRO, RIO CLARO/SP**  
ESCALA: 1: 500  
DATA: 25/11/2021

**BASE CARTOGRÁFICA:** Prancha 01/07 - Implantação geral / pisos táteis. Baos Arquitetura + construtora. Data:10/2013. Fonte: Secretaria de Obras Públicas, Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP  
2. Fotos Camila Campoy. Data: 26/10/2020

Segundo os depoimentos acessados durante esta pesquisa, é perceptível uma decadência da empresa a partir do momento em que passou à administração da Fepasa:

[sobre o Senai Ferroviário] Rio Claro se tornou conhecido no Brasil inteiro, porque nós recebíamos a cada 3 meses, 30 alunos que vinham de todas as ferrovias do país, eu ainda tenho amizade com gente do Ceará, de Minas, do Mato Grosso, que a Noroeste entrava por lá. Da Sorocabana, da Mogiana, todos fizeram treinamento de freio, porque a única que tinha uma equipe especializada e se dedicava à essa parte era Rio Claro [...] Eu lembro bem da primeira greve, eu participei [...] [Quando foi essa greve?] Em 1958, para falar a verdade foi em 01/04/58. [...] Tudo isso eu assisti! Acho que foi a primeira greve, depois dessa vieram outras que não me lembro, mas essa greve foi...marcou! Marcou porquê eu era muito novo na ferrovia, então a gente louco para entrar na ferrovia e depois ser dispensado por uma greve. A escola...a transição foi uma transição meio esquisita, não tem muito uma data precisa, foi extinguindo [...]. Mas foi entre 1974 e 1976. A Fepasa começou a sofrer essa “queda” que ela é hoje [...]. Eu sou muito saudosista nesse sentido, porque eu vi o auge. Eu vi Cia. Paulista e depois vi Fepasa, então eu vi a diferença, inclusive de comportamento de funcionário a gente observou. A gente tem um sentimento grande de ver a que ponto chegou e o que foi...é como se você visse uma pessoa que você gosta muito ir se definhando e morrer! (CARVALHO, 2019, 14:30 min)

Esta queda foi significativa na contratação de operários, afetando também a escola Senai Ferroviário, anteriormente conhecida como Escola Ferroviária “Dr. Jayme de Ulhôa Cintra”, em homenagem ao ex-presidente da CPEF. “A ferrovia, que chegou a ter 2,5 mil funcionários em Rio Claro, hoje emprega somente 66 ferroviários no município. De acordo com o Sindicato dos Ferroviários, a categoria tem em todo o Estado 53 mil aposentados e pensionistas.” (HUMMEL; MENDES, 2005, p. 6970). Os aposentados da ferrovia ainda se reúnem para relembrar a memória do cotidiano e do modo de vida relacionado à ferrovia, seja no prédio da UFA (União dos Ferroviários Aposentados) ou nas reuniões e encontros sobre ferromodelismos com pessoas de todo o Brasil, sendo ex-ferroviários ou não:

Eu me sinto feliz de ser ferroviário, com muita honra, vou na UFA e converso com meus velhos amigos [...]. Nós falamos assunto da ferrovia, mas tem quem não gosta. Porque? Corre lágrima dos meus olhos, nós temos sentimento! Então, eu passo na UFA e no meu itinerário de ida até a UFA eu encontro com dezenas de colegas e paro aqui, paro ali, paro lá! (KINO-OLHO, 2014, 2:11:41 h)

Algumas iniciativas com o intuito de proteger os espaços remanescentes da ferrovia surgiram da própria população. A Estação Ferroviária, por exemplo, além de ser um terminal rodoviário, nela foram implantadas uma base da Polícia Militar,



dividindo o espaço com a Secretaria de Esporte e Turismo e Secretaria de Cultura. Além destas, ex-ferroviários e interessados criaram o Instituto Memória Ferroviária (IMF), em 2018, que possui caráter histórico, social, cultural e educativo, sem fins lucrativos e com objetivo de resgatar e preservar a memória ferroviária.

O IMF já obteve conquistas, como o direito de uso de alguns remanescentes ferroviários, a partir do Decreto nº11 911 de 21 de agosto de 2020, são estes: a Sala Bar e Café da Estação Ferroviária (FIGURA 70), Sala do Relógio da Estação Ferroviária (FIGURA 71), Cabina de Chaves da Av. 8 - centro de ferromodelismo (FIGURA 72), o Túnel sob a passagem da porteira da Av. 8 - espaço para exposições (FIGURA 73), a Linha Reta de acesso à Plataforma da Estação Ferroviária e a Linha T-20 - onde se almeja criar um trem turístico até a Estação de Santa Gertrudes (IMF, 2018). Além destes, em agosto de 2021, Rio Claro recebeu duas locomotivas GE modelo V8 (FIGURA 74) e três carros de passageiros históricos TUE (Trem-Unidade Elétrico) da Série 1 100 (TUE), que estavam estacionados no pátio da estação ferroviária de Campinas desde 2020.

Durante visita *in loco* nestes remanescentes, verificou-se também alguns itens ainda não catalogados, como ferramentas, instruções, artefatos, placas, entre outros, muitos utilizados para treinamentos dos alunos do Senai ferroviário (FIGURA 75).

“As locomotivas receberão restauro estético para ficarem em exposição na linha reta da plataforma da antiga estação ferroviária do Centro. Já os carros ferroviários da série 1 100, além de ficarem em exposição no mesmo local, deverão ser utilizados no futuro trem turístico da cidade, proposta esta que já foi apresentada pelo IMF à prefeitura e autoridades estaduais”, comentou Marco [atual presidente do IMF]. (DIÁRIO DO RIO CLARO, 03/08/2021)

**Figura 70.** Imagem da Sala Bar e Café e da Estação Ferroviária de Rio Claro/SP, onde funciona a administração do IMF, com vista da Sala do Relógio (ao fundo).



Fonte: Acervo da autora, data: 12/03/2021.

**Figura 71.** Imagem da Sala do Relógio da Estação Ferroviária.



Fonte: Acervo da autora, data: 12/03/2021.

**Figura 72.** Imagens da Cabina de Chaves da Av. 8, ocupada como centro de ferromodelismo.



Fonte: Acervo da autora, data: 12/03/2021.

**Figura 73.** Imagem (à esquerda) do acesso ao túnel de passagem pela Av.8 e (à direita) imagem interna do túnel, denominado em 2009 como “Túnel galeria das artes”, com o intuito de transformá-lo em espaço de exposição artística.



Fonte: Acervo da autora, data: 12/03/2021.

**Figura 74.** Imagens da locomotiva chegando ao pátio da Estação de Rio Claro, no dia 01/08/2021.



Fonte: Página eletrônica do Diário do Rio Claro, data: 03/08/2021.

**Figura 75.** Imagens de placas e ferramentas recuperadas pelo I.M.F.



Fonte: Acervo da autora, data: 12/03/2021.

A paisagem urbana ainda é composta por muitas residências operárias e construções do período de expansão da ferrovia, sendo bastante perceptível nos bairros Vila Paulista, Cidade Nova, Vila Alemã, Vila Indaiá e Vila Aparecida, por terem sido ocupadas por muitos ex-funcionários da CPEF<sup>10</sup>. Devido ao aumento do número populacional da cidade com a vinda da ferrovia, surgem novas construções voltadas para o aproveitamento do lote, como unidades geminadas, a fim de suprir a necessidade de habitações.

De acordo com as solicitações para construção de habitações particulares, na grande maioria dos casos, as moradias estavam implantadas em lotes estreitos e profundos, cuja testada de 10,00m era subdividida em duas habitações geminadas, com 5,00m de frente, cada uma. Essa tipologia de implantação dupla poderia ocorrer de duas maneiras: com uma parede lateral em comum e recuos opostos de 1,50m, ou encostados na lateral oposta do lote, com os recuos de 1,50m cada, somando 3,00m no centro do lote. Em alguns casos, as edificações poderiam estar implantadas em grupo formando conjunto homogêneo, cada qual com duas habitações por lote. Em relação à profundidade, os terrenos tinham de 30,00 a 44,00m. [...] O recuo frontal era pouco expressivo, ocorrendo nas edificações de maior área construtiva, geralmente de duas maneiras: com afastamento unilateral ou prédio isolado

<sup>10</sup> Baseando-se em depoimentos, topomínias (por exemplo: “Vila Operária” e “Vila Paulista”) e a proximidade com a ferrovia, pode-se inferir que se trata de áreas residenciais operárias ocupadas por muitos ex-ferroviários. Porém, não foi realizado um levantamento do perfil dos moradores, de forma que é possível que não apenas ex-trabalhadores da ferrovia e seus descendentes residam no local.

no lote. Seguindo a legislação, as testadas tinham altura padronizada, variando de 4,40m (a medida externa nos pavimentos térreos, relacionada à composição de fachadas), em 1884, para a medida interna de 3,80m de pé-direito (medida do piso ao forro, relacionada à salubridade do cômodo), em 1921. Raros foram os sobrados construídos para operários, assim como as edificações com uso misto complementar ao residencial, com pequeno comércio instalado no cômodo frontal ou serviço localizado nos fundos do lote. (FERREIRA; BENINCANSA; OLIVEIRA, 2012, p.16 -17)

Os mosaicos de imagens das figuras 76 a 80, que se seguem, exemplificam construções da época, sobretudo com características operárias, localizadas no trajeto do entorno da área ferroviária e que resistiram ao tempo, mesmo tendo sofrido intervenções. Esses remanescentes reportam à memória de um período em que a dinâmica urbana e a paisagem eram regidas pela atividade da ferrovia, seja pelo deslocamento de operários nos horários de entrada e saída das oficinas, na concentração de depósitos e de comércios relacionados com os serviços ferroviários do entorno ou mesmo pelo ritmo das crianças na rua e adultos nas portas das casas operárias.

**Figura 76.** Imagens de casas operárias na Avenida 22, entre Ruas 1A e 2A, e Rua 2A, entre Avenidas 22 e 24 (última foto), no bairro Vila Aparecida.



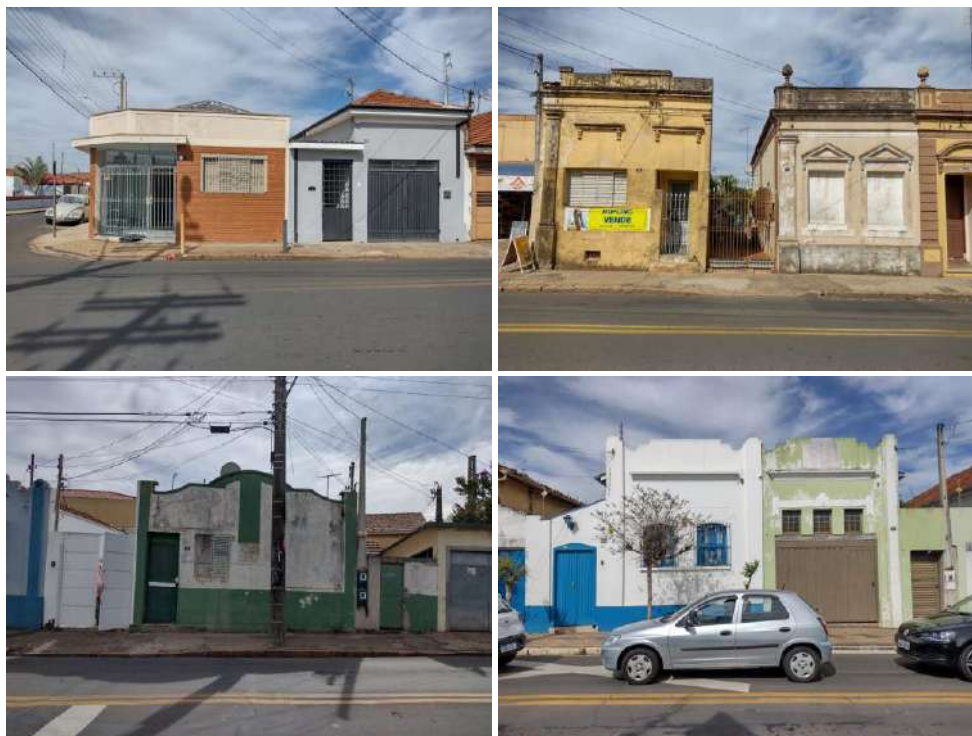
Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

**Figura 77.** Imagens de casas operárias ao longo da Rua 3B, entre as Avenidas 22A e 8A, no bairro Vila Indaiá.



Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

**Figura 78.** Imagens das construções na Avenida 8A, entre Ruas 1 e 3B, Bairro Centro.



Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

**Figura 79.** Imagens de residências na Rua 1 B, entre Avenidas 8A e 7A, Bairro Cidade Nova.



Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

**Figura 80.** Imagens de antigos depósitos e comércios na Rua 1 B, entre Avenidas 8A e 7A, Bairro Cidade Nova.



Fonte: Acervo da autora, data: 30/05/2021.

### 2.3. IDENTIDADE CULTURAL: A PRESENÇA DA FERROVIA NO COTIDIANO DO RIO-CLARENSE

Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no limitar de meus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa. [...] Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público. (CERTEAU, 1990, p.57)

Esta pesquisa não propõe realizar um retrocesso histórico, uma paralização no tempo; ao contrário, quando se apontam referências culturais que compõem a paisagem urbana, espera-se que através do conhecimento e reconhecimento de seus valores culturais seja possível reafirmar a memória coletiva e as identidades culturais em constante transformação, de forma que estas, em algum momento, possam ser incorporadas nas políticas de preservação municipais. Por isso, a todo momento são utilizadas narrativas e imagens, a fim de lembrar aspectos importantes da cidade através de “práticas comuns” e “experiências particulares” presentes no cotidiano do rio-clarense (CERTEAU, 1990).

Candau (2011, p.16), afirma que a memória e a identidade se “nutrem mutuamente”, uma vez que uma necessita da outra para existir e é através do compartilhamento de conhecimentos, saberes, representações e crenças e das interações sociais que elas se reforçam. Assim, não existe memória coletiva sem o reconhecimento das memórias individuais e quando a memória se perde entre as gerações ou é enfraquecida, a identidade é ameaçada. Por isso, surgem fenômenos de resistência ou reapropriação da memória por parte dos grupos que compõem a cidade.

A vida operária permanece na cidade e por isso se buscou enfatizar como se organizaram as relações sociais, o percurso, a paisagem, o “status”, o apito, os costumes e modo de vida, pois estes elementos são parte das memórias individuais. Quando a CPEF utilizou o território urbano como extensão de suas atividades, através da construção de diversos equipamentos comunitários, culturais e esportivos, manteve-se presente na memória mesmo daqueles que nunca tiveram uma relação com ela. Porém, essa presença histórica marcante também encobre conflitos e hierarquias, visto que a “cultura popular”, o homem simples - o operário – tem sido esquecido ou invisibilizado nas políticas de preservação, nas intervenções urbanas, na eleição dos lugares de interesse cultural. Nos últimos anos, diante da inoperância



do poder público, a sociedade civil é que tem sido protagonista de muitas ações de resgate e preservação desta memória em Rio Claro.

Segundo Meneses (2015, p.38), a eleição dos monumentos, lugares e lugares “significativos” da cidade geralmente são eleitos por seus “usos culturais”, aos quais se agregam, com o tempo, valores simbólicos, afetivos e estéticos. “É como se as qualidades reconhecidas nesses edifícios não pudessem ser contaminadas por usos ‘menos nobres’ atribuídos ao trabalho e ao cotidiano”. Ainda há uma resistência em se reconhecer os modos de saber, de fazer, conhecimentos técnicos e as relações sociais presentes nas práticas cotidianas. O trabalho e as habitações geralmente estão desvinculados da cultura. Contudo, segundo o autor, é a partir da compreensão da cidade por suas diferentes dimensões, não apenas como um assentamento humano, mas admitindo as disputas, conflitos, prioridades e relações sociais que nela ocorrem, é que “a cidade pode ser vivida como um bem cultural” (MENESES, 2015, p.35).

Desta forma, atribui-se o “valor cultural” a um bem, através da memória, dos valores simbólicos, afetivos e identitários. A identidade está diretamente ligada à construção da imagem, que só terá eficácia se houver aceitação social, sendo esta indispensável como suporte de “status”. Através dos depoimentos reunidos nesta pesquisa, pode-se depreender que os indivíduos se identificam com a ferrovia e reconstroem seu imaginário a partir das construções remanescentes na cidade:

[Sobre a Floresta Estadual] A gente fazia até a medicação que fazia com Eucalipto, o xarope para bronquite [...] usava o Eucalipto para fazer incenso. Minha mãe pegava assim, curtia ele numa lata e depois punha fogo e fumaciava a casa, que ficava cheirando Eucalipto. [...] Sempre foi ensinado que se a gente não preservasse, a gente não ia ter. [...] Já fui homenageada lá! Se vocês forem lá no horto e encontrarem o Bosque das Mulheres lá...já viram? Então, foram escolhidas algumas mulheres para serem homenageadas e as mulheres que foram homenageadas plantaram uma árvore frutífera e tem o nome. Eu também faço parte do Bosque. Quando eles vão no Horto eu falo assim “vai lá, procurar se a minha árvore tá lá ainda!” e a minha árvore é uma Goiabeira. (PAULA, 2021, 13:53 min)

Porém, os valores atribuídos à ferrovia ainda se concentram no edifício da Estação Ferroviária e, no caso de Rio Claro, na Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, mas como pudemos reconhecer, muitas das referências culturais a ela relacionadas estão localizadas em vários pontos do tecido urbano, para além do

entorno da área ferroviária, estando a memória ferroviária disseminada por todo o “centro” da cidade.

Não se pretende com isso definir aquilo que deve ser preservado, porque entende-se que o campo social é complexo e para a eleição dos objetos a preservar é importante considerar distintos olhares sobre esses remanescentes. Contudo, a reflexão sobre os elementos levantados permite indagar até que ponto eles são representativos para toda a população e de que forma essas referências culturais ligadas à memória ferroviária poderiam ser atualizadas em sua significância e transmitidas para as futuras gerações.

Em outras palavras, busca-se compreender quando a preservação passa a ser uma questão de cidadania, um direito de “memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art. 126), considerando, como aponta Meneses, que “o cotidiano e o universo do trabalho são a melhor bússola para assegurar o rumo legítimo e eficaz nas ações governamentais no campo do patrimônio ambiental urbano – inclusive para colaborar com as políticas públicas de inclusão social.” (MENESES, 2015, p.53)

### **CAPÍTULO III: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A GESTÃO CULTURAL DE RIO CLARO/SP**

A gestão de preservação do patrimônio encontra dificuldades históricas em diversas cidades brasileiras, que desconsideram os processos sociais como elementos importantes para a definição do valor do patrimônio histórico e cultural, sobretudo, os valores simbólicos e afetivos. Esta pesquisa busca afirmar que somente a partir de uma leitura territorial, reconhecimento dos processos históricos e de uma interlocução com os agentes culturais é possível fazer uma leitura mais abrangente do patrimônio, de forma a preservar a memória da população rio-clareense e a diversidade cultural do município de Rio Claro, presente nos lugares e nas manifestações culturais, objetivando uma aproximação do patrimônio com a cultura.

Apontam-se como problemas para uma abordagem local com esta complexidade: que os processos de tombamento e a definição de um perímetro de preservação não garantem a eficiência de um plano de gestão; a falta de agentes técnicos e culturais envolvidos no processo e a escassez de recursos, que inviabilizam o reconhecimento dos vestígios históricos e dos grupos envolvidos, assim como a operacionalização dos usos para a preservação dos edifícios de interesse cultural; que a preservação dos bens culturais é acionada apenas na iminência de destruições, deteriorações e esquecimento, que buscam favorecer as atividades econômicas ainda presentes na dinâmica do Centro Urbano. Por outro lado, os museus, arquivos públicos e as ações da própria sociedade civil, de forma autônoma, têm se constituído em instâncias auxiliaadoras na definição da “identidade cultural”, uma vez que atuam no registro, catalogação, inventariação e conservação dos elementos que compõem a história da comunidade.

Para a abordagem desta discussão, neste capítulo, buscou-se discutir as condições atuais dos remanescentes e a memória ligada à ferrovia em contraste com o tratamento dado aos patrimônios localizados no centro histórico, muitos deles tombados individualmente, pois compreendeu-se que a ferrovia, somada aos remanescentes relacionados ao período de hegemonia da produção cafeeira, foi um elemento articulador de diferentes períodos e gerações da comunidade, de forte presença histórica e ainda presente no cotidiano do Centro; é um conjunto subutilizado, mas de grande valor simbólico e afetivo; reconhecido como atrativo

turístico, cultural e natural; e que, territorialmente, não está restrito ao perímetro oficial reconhecido como histórico.

### **3.1. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL**

Quando se discute sobre questões territoriais, é importante compreender quais são as diretrizes propostas para o ordenamento da ocupação e uso do solo, bem como as práticas voltadas para as áreas de interesse histórico, arquitetônico e cultural no âmbito municipal, a fim de realizar uma leitura contemporânea do recorte estudado.

Dentre as diretrizes e objetivos gerais do território, definidos na Lei Complementar nº 0128 de 04 de dezembro de 2017, que Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro vigente, estão:

Capítulo III - Das Diretrizes e Objetivos Gerais do Território

Seção I - Das Diretrizes Gerais do Território

Art. 5º. As diretrizes da política de desenvolvimento, inclusive econômico e social, bem como de organização territorial aplicáveis à presente Lei são as seguintes: [...] XI. Preservar, conservar, restaurar, recuperar e proteger os recursos naturais e paisagísticos do Município;

[...] XV. Conservar, proteger e recuperar os elementos referenciais na paisagem urbana e rural do Município [...]

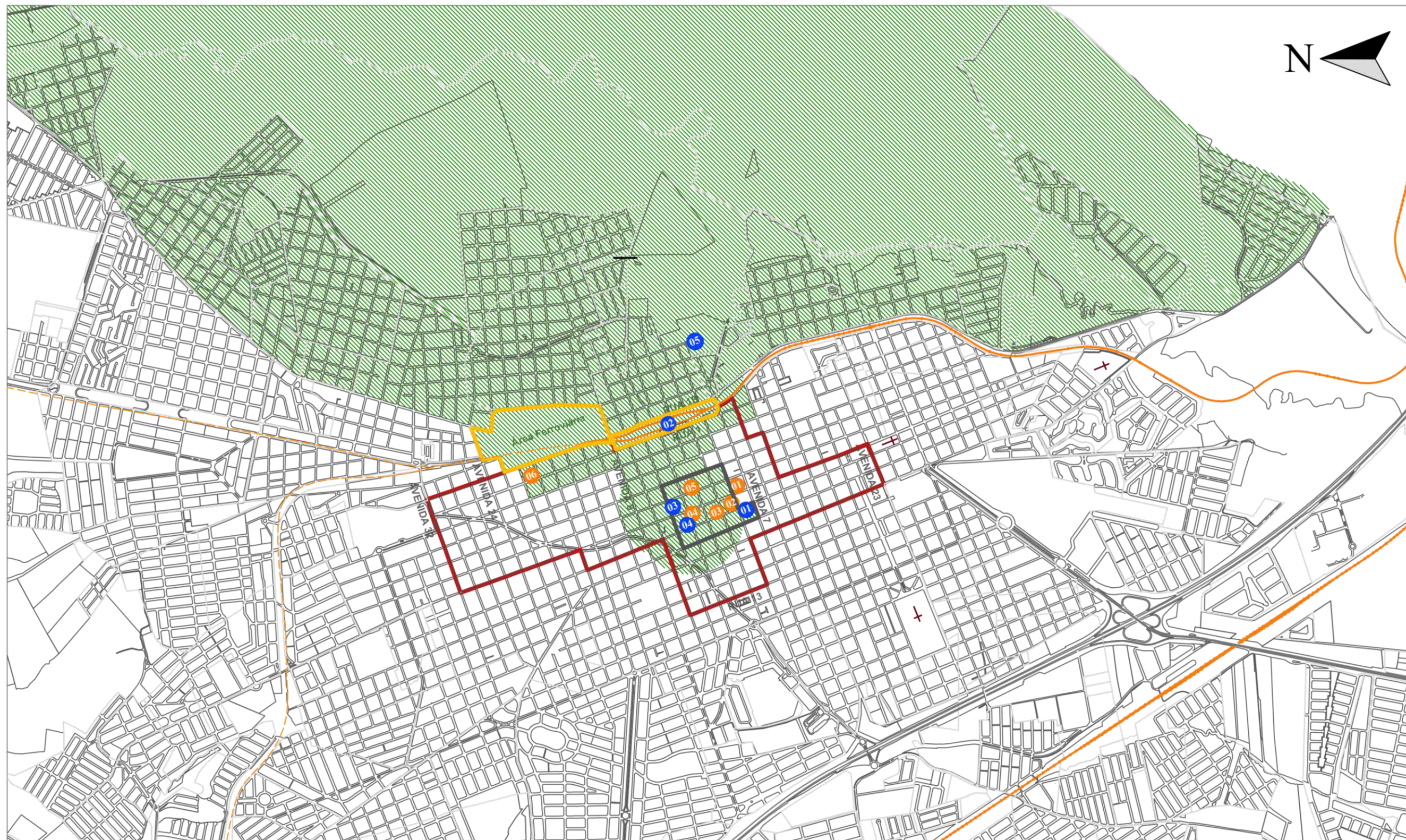
Seção II - Dos Objetivos Gerais do Território

Art. 6º. O Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro tem por objetivos gerais:

[...]

XIV. Preservar e reabilitar áreas de interesse histórico, arquitetônico ou cultural; [...] (RIO CLARO, 2017, p. 6-7)

Como instrumento de definição da área de interesse histórico, arquitetônico e cultural, definiu-se a ZEPAC-2 (FIGURA 80) no ano de 2017, que caracteriza-se por “situarem-se no entorno de bens tombados, elementos naturais ou construídos integrantes da paisagem da cidade e referenciais para sua população, sujeitando-se a restrições urbanísticas específicas” (RIO CLARO, 2017, p.20); assim foram incluídos nesta Zona Especial a área envoltória da FEENA, a área de proteção dos tombamentos isolados e o perímetro do Centro Histórico, como forma de controlar os usos urbanos da região e garantir os parâmetros estabelecidos pelo Condephaat.



**1) MAPA COM A INDICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS TOMBADOS E EM ANÁLISE PELO CONDEPHAAT, E ZEPAC-2**  
Esc 1:25.000

**LEGENDA:**

**Tombamentos Oficializados:**

- 01 E.F. Cel. Joaquim Salles
- 02 Estação Ferroviária de Rio Claro/SP
- 03 Gabinete de Leitura
- 04 Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno de Veiga".
- 05 Floresta Estadual "Edmundo Navarro de Andrade"

**Tombamentos em análise pelo CONDEPHAAT:**

- 01 Antigo Solar da Dona Luiza Botão / Atual Secretaria da ETEC "Armando Bayeux da Silva"
- 02 Obelisco Comemorativo da República / Praça da Liberdade
- 03 Antiga residência da família Siqueira Campos / Atual Casarão da Cultura
- 04 Antiga residência do Barão de Porto Feliz

- 05 Antiga residência do Barão Visconde do Rio Claro / Atual E.M. Marcello Schmidt
- 06 E.E. Irineu Penteadó
- ZEPAC-2

- Ferrovia
- Remanescente ferroviário
- Centro Urbano
- Centro Histórico

**AUTORA:**  
Camila C. P. Campoy

**O CENTRO URBANO DE RIO CLARO/SP - INDICAÇÃO DA ZEPAC-2**

**DATA:** 25/11/2021

**ESCALA:** 1:25.000

**ORIENTADORA:**  
Maria Cristina da S. Schicchi

**BASE CARTOGRÁFICA:**

1. Intervenção da autora sob o Anexo IV a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede, Plano Diretor - 2017, desenvolvido pela Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

Como complementação ao Plano Diretor vigente, ainda são utilizados alguns critérios definidos pela Lei Complementar nº 3 806, referente ao Plano Diretor anterior, instituído em 28 de dezembro de 2007. Dentre as diretrizes voltadas para a preservação patrimonial, estão as propostas de criação da Política Municipal de Cultura, do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico. No ano de 2021, foi possível observar que as propostas estabelecidas ainda encontravam barreiras operacionais.

Para a Política Municipal de Cultura, estabeleceu-se a “[...] realização do inventário do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paleontológico do Município, determinando sua localização pontual ou por agrupamento [...]” (RIO CLARO, 2007, p.51), porém, o inventário oficial ainda não foi definido pelo município. Durante a pesquisa e buscando por esta informação, foi disponibilizado, por um ex-funcionário responsável pelo Departamento de Patrimônio Histórico Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, um estudo denominado “Inventário Cultural do Acervo Arquitetônico do Município de Rio Claro/SP” (ANEXO 1), onde estão listados 21 edifícios de interesse histórico, cultural e arquitetônico da cidade, reconhecendo que todos os elementos listados são patrimônios materiais e que a maioria se localiza no Centro Histórico da cidade, com exceção da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro e do Mercado Municipal, que ainda assim estão nas proximidades da Zona Central; e a Escola do Quilombo – 3º Grupo Escolar de Rio Claro, localizada no Centro Urbano. Destaca-se que Rio Claro não possui tombamentos municipais e que o Departamento de Patrimônio Histórico Cultural - Secretaria de Cultura, não possui Diretor ou representante desde 2020.<sup>11</sup>

Outro entrave ocorreu após a proposta de criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico proposto no Projeto de Lei Complementar nº150/2015 (Plano diretor municipal, emendas nº 39 e 40), que foi alvo de resistências e críticas do setor imobiliário:

Muitos integrantes da esquerda oportunista ou conveniente usam a História como fonte de atuação e como forma de justificação de seus atos em confronto com os costumes e formas de agir de uma comunidade. [...] Então, as coisas antigas, os prédios velhos, os casarões e outros imóveis, mesmo

---

<sup>11</sup> A Prefeitura Municipal de Rio Claro exonerou 255 funcionários de cargos comissionados no dia 12/05/2020 por recomendação do Ministério Público, após um inquérito de 2014 que alegava a função técnica de comissionados em cargos que deveriam ser concursados. Houve a criação de um projeto de reforma administrativa em 2019, porém este não foi aprovado pelo Ministério Público (G1, 12/05/2020).

que não tenham sentido para um tombamento, são objeto de seus avanços e intenções de eliminar o direito de propriedade de seus titulares.

E só não concretizam seus objetivos, se não possuem poder deliberativo, embora suas opiniões sejam sempre favoráveis à agressão ao direito de propriedade. [...] Podem opinar, mas nunca deliberar, porque trarão enormes problemas para a municipalidade. [...] Rio Claro é uma cidade que precisa desenvolver-se em várias regiões, mas especialmente na região central, porque diversas intervenções de entidades ambientais e ecológicas, assim como Planos Diretores com visões momentâneas, com certeza, impossibilitaram novos empreendimentos, reduzindo o progresso e o desenvolvimento. Por isso é bom sempre lembrar que o centro da cidade está engessado. (JORNAL CIDADE, 2017)

Ao mesmo tempo, nos depoimentos coletados sobre a ferrovia e a FEENA é possível perceber que a população reconhece o valor patrimonial e possui um vínculo afetivo com o mesmo, demonstrando a importância de uma atuação municipal sobre estes elementos:

**Depoimento 1:** [ao ver a Locomotiva à vapor] Estou subindo para o céu! Nunca pensei que um dia, mais cedo ou mais tarde, eu ia ver, pelo menos, encostada... abandonada, mas pelo menos está aqui para a gente recordar o passado. Me lembro quando era menino e ficava na porteira da Av. 8, ela ia lá e trazia os vagões para a oficina. Puxava o carro pra lá, porque não tinha parte elétrica de dentro da oficina. Era tudo na máquina à vapor! [...] Agora o nosso sonho é trazer para Rio Claro a “Toda Poderosa”, a “Maravilha do mundo”, a Máquina V8. (KINO-OLHO, 2014, 2:11:41 h)

**Depoimento 2:** [sobre a FEENA] Isso é patrimônio do rio-clarense! Está na mão do Estado hoje e em parceria com a prefeitura, tomara que a gente consiga assinar isso, mas isso antes de tudo é um patrimônio do povo de Rio Claro que a gente não pode nunca abrir mão. (FILHO, 2016, 20:16 min)

**Depoimento 3:** [sobre a FEENA] Apesar de ser uma área tombada desde de 1977, ele foi muito degradado, muito abandonado e a gente não tinha muito acesso a isso. Enquanto era FEPASA a gente não podia fazer nada praticamente, não podia entrar ali para movimentar aquilo, porque tinha “dono” [...] hoje ele pertence à Secretaria do Meio Ambiente e isso tem um significado muito grande para nós, porque a gente viveu o Horto Florestal a vida inteira [...] então a gente tem um carinho por aquilo; um carinho, mas também uma responsabilidade de recuperar aquilo. (LUZ, 2016, 15:45 min)

Não houve avanços para a criação deste Conselho. Porém, observa-se a participação da sociedade civil em favor da cultura e da preservação da memória de diferentes grupos. Como por exemplo, na proposta do Plano Municipal de Cultura (PMC), aprovado pela Câmara dos Vereadores no dia 13 de dezembro de 2021 e elaborado através das Conferências Municipais de Cultura dos anos 2011, 2013 e 2017, onde houve diálogo entre a comunidade, a Secretaria Municipal da Cultura e o Conselho Municipal de Política Cultural (ConCult). Esse último criado em 2013, foi

composto pelos segmentos culturais: música, artes visuais, dança, hip-hop, audiovisual, teatro e circo, cultura LGBTQIA+, cultura digital e comunicação popular, artesanato, culturas populares e tradicionais, literatura, patrimônio histórico material e imaterial, cultura da terceira idade, cultura negra, cultura da juventude e usuários da cultura.

O PMC é um instrumento de planejamento para orientar a execução das políticas culturais na cidade de Rio Claro pelo período de dez anos, sendo um dos compromissos gerados para a adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). O Plano Municipal de Cultura é formado por 7 Eixos, são estes: Eixo 1 - Gestão Cultural na Administração Pública; Eixo 2 - Fomento, Financiamento e Incentivo Cultural; Eixo 3 - Formação, Capacitação e Pesquisa; Eixo 4 - Difusão, Circulação e Ampliação do Repertório; Eixo 5 - Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda; Eixo 6 - Diversidade e Transversalidade Cultural; Eixo 7 - Patrimônio Cultural e Memória. Cada Eixo é composto por Metas e Ações a serem executadas anualmente (RIO CLARO, 2019).

Na Meta 3 “Adequação, modernização, melhoria e ampliação dos Equipamentos Culturais Públicos” do “Eixo 1 - Gestão Cultural na Administração Pública”, foram citados 10 equipamentos de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura que se encontravam em 2019 em situação precária, com falta de equipamentos ou necessitados de investimentos estruturais diversos, muitos dos quais funcionam em patrimônios tombados, são eles: Casarão da Cultura, Museu "Amador Bueno da Veiga", Reserva técnica do Museu e da Pinacoteca, Espaço Philarmônica de Rio Claro, Gabinete de Leitura (Biblioteca pública municipal Lenyra Camargo Fracarolli), Centro Cultural Roberto Palmari, CEU (Centro de Esportes Unificados da Mãe Preta), Biblioteca pública municipal Zeverina Quilici Tedesco, Biblioteca pública municipal Profa. Maria Victória Alem Jorge, Biblioteca pública municipal Profa. Ivanira Bohn Prado.

Na meta 1 “Respeitar e promover a diversidade e a transversalidade cultural no município, livre de qualquer tipo de ato discriminatório, censura, preconceito ou outra forma de agressão e impedimento da liberdade de expressão” do Eixo 6 “Diversidade e transversalidade cultural”, apontam-se ações (culturais e pedagógicas) que valorizam a diversidade cultural e suas formas de expressão, voltadas sobretudo para os gêneros, etnias e religiões, como a comunidade negra, indígena, LGBTQIA+ e de mulheres, o que traz legitimidade para a reivindicação do uso de espaços públicos,



inclusive os patrimônios, para a instalação ou apresentação de grupos minoritários, como se verá no item 3.2.

E na meta 1 “Preservar e difundir o Patrimônio cultural e a memória de Rio Claro” do Eixo 7 “Patrimônio Cultural e Memória”, concentram-se ações que permitem a ampliação do conceito de patrimônio cultural e medidas que podem auxiliar a preservação destes, são estas:

- 1) Fomentar, apoiar e difundir a cultura popular a partir da participação dos grupos de Congada, blocos e grupos de manifestação de carnaval, puxada de rede, capoeira e tambú na programação cultural do município;
  - 2) Ampliar o Programa de Educação Patrimonial para as escolas municipais e estaduais com visitas monitoradas nos museus, exposições, monumentos nas praças públicas e patrimônios materiais;
  - 3) Contratar por meio de concurso público ou por contratação direta, profissionais da área de arquivologia e museologia;
  - 4) Implantação de um programa de salvaguarda do patrimônio material e imaterial no município, garantindo a ele ampla divulgação;
  - 5) Criação de um programa de isenção de IPTU para proprietários de Bens tombados como forma de garantir a sua preservação e manutenção
- [...] Resultados / Impactos esperados: Fortalecer, incrementar e modernizar os programas e ações existentes e viabilizar novas ferramentas de gestão, visando proteger, mapear e divulgar o patrimônio cultural do município, bem como inventariar, identificar, catalogar e salvaguardar os bens culturais relevantes à preservação da memória do povo rio-clarense. (PMC, 2019, p. 21-22).

Algumas destas ações já vêm sendo desenvolvidas pela sociedade civil e por instituições, em especial, pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”. O Arquivo, além de registrar e catalogar diversos patrimônios edificados, também desenvolveu projetos inclusivos que favorecem a memória de diferentes grupos e que estão sendo disponibilizados para acesso da população, como por exemplo: o Projeto “Memória Viva” que procura dar voz aos cidadãos de Rio Claro por meio de entrevistas, registrando a história não oficial da cidade e a memória individual de representantes da população e o “Projeto Griô”<sup>12</sup>, através de rodas de conversas entre a população e alguns representantes locais. A memória imagética da população também é valorizada por meio de concursos fotográficos temáticos através do Projeto “Rio Claro revela sua história”, iniciado em

---

<sup>12</sup> Entende-se por Griô aquela pessoa que, pela experiência vivida na família e na comunidade, desempenha o papel de agente cultural, transmitindo oralmente valores, costumes e tradições para os seus descendentes e grupos, constituindo-se em instrumento central de preservação da cultura afro-brasileira presente em Rio Claro/SP.

2013 e ainda vigente, onde a população é incentivada a registrar por meio de fotografias seu olhar sobre edifícios, lugares, trabalho, tradições e até mesmo o cotidiano, recebendo premiações por categoria.

No âmbito pedagógico, existem dois projetos em destaque:

O Atlas Municipal Escolar, fruto de uma parceria realizada em 2001 entre a Unesp – campus Rio Claro e os professores do ensino médio de instituições públicas, a fim de criar um material pedagógico contendo a história, a geografia e o meio ambiente dos municípios de Rio Claro, Limeira e distrito de Ipeúna (Rio Claro/SP), para auxiliar os professores a elaborarem planos pedagógicos voltados à história da cidade. Hélia Gimenez Machado, aposentada, pedagoga e ex-professora de história da rede municipal, relata em entrevista ao Projeto Memória Viva a sua contribuição na confecção do Atlas Municipal Escolar:

Me incomodava muito como professora de história saber que a história da cidade só entrava em sala de aula na semana do aniversário, perto das férias [...] Por que? As professoras não querem? Não, as professoras não tiveram isso na formação [...] A minha parte nessa pesquisa era a história de Ipeúna. [...] Só que eu tinha um problema né, a história de Ipeúna não tinha sido escrita. Então não era transformar a história em um material escolar, como a pessoa que fez Rio Claro e a pessoa que fez Limeira. Eles tinham a história já escrita e tinham que transformar a história em material escolar. Por que é diferente a história escolar da história que você vem aqui pesquisar [*no Arquivo*], evidente! Só que eu não encontrei a história escrita, então eu precisei pesquisar a história lá para produzir o material e nessa pesquisa deu a minha dissertação de mestrado. Eu usei três fontes: a história oral, as fotografias e os poucos documentos que eles tinham. (MACHADO, 2021, 16:41 min)

No ano de 2019, criou-se o “Projeto ArqAventuras” (FIGURA 81), uma ação educativa com o intuito de difundir o acervo do Arquivo Público de Rio Claro, incentivar as visitas escolares e auxiliar os professores da rede municipal em relação à história da cidade através de jogos lúdicos, como: o quebra-cabeça, “detetive de palavras”, ArqRegistros, ArqPapo, ArqPalavra, ArqGame, caça-palavras, ArqSimetria e o ArqMemória, além do mascote - o Oscarzinho -, diário de bordo, manual de instrução dos jogos, mapa de percurso e conteúdo audiovisual para capacitação dos professores, os ArqVídeos. O material foi também disponibilizado para as escolas municipais através de mochilas e foram feitos em placas de madeira para garantir a durabilidade durante o manuseio (ARQUIVO, 2021).

**Figura 82.** Imagem dos jogos que compõem o projeto “ArqAventuras”, disponibilizados no acervo do Museu Pedagógico “Amador Bueno de Veiga” durante sua reabertura.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

Por fim, destaca-se o acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”. Segundo Menezes (1993), a procura pelo resgate do passado já se iniciava desde a década de 1960 e o tema da identidade cultural norteou os museus nacionais, estaduais e regionais; mas sem uma postura crítica em relação à problemática da identidade, podem-se encobrir divisões e conflitos, sendo importante a interação do observador com o objeto, de forma a preservar a dimensão crítica do museu.

Durante sua reabertura, em outubro de 2021, observou-se um acervo bastante completo, que retrata a memória de diferentes grupos étnicos e sociais que compõe a comunidade rio-clarense. Houve também um resgate de elementos significativos para a comunidade local, como por exemplo: as partes da Figueira da praça São Benedito (FIGURA 82); a imagem de São João Batista que pertencia à Igreja Matriz (FIGURA 83); artefatos indígenas localizados no Bairro Vila Paulista e nas proximidades da FEENA (FIGURA 84); projetos arquitetônicos de casas operárias desenvolvidos pelo Eng. Augusto Schimidt Filho (FIGURA 85); e modos de vida da população, como profissões e empresas que tiveram relevância na história da cidade (FIGURA 86).

**Figura 83.** Imagem de parte da Figueira São Benedito.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

**Figura 84.** Imagem de São João Batista, padroeiro da cidade.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

**Figura 85.** Imagem da Igaçaba, urna funerária indígena, encontrada no bairro Vila Paulista durante escavações arqueológicas das décadas de 50 e 60, onde encontrava-se um antigo cemitério indígena da nação Tupi, sendo os últimos descendentes desaparecidos no final do século XIX. O bairro Vila Paulista e parte da Floresta Estadual têm seu subsolo preservado por lei municipal desde abril de 1990.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

**Figura 86.** Imagem da exposição “A casa mais que morada”, referente aos projetos desenvolvidos pelo Eng. Augusto Schmidt Filho no município.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

**Figura 87.** Imagem da antiga fábrica de calçados “Vienna”, ano de 1906.



Fonte: Acervo da autora, data: 22/10/2021.

A noção de patrimônio cultural ampliou-se após a instituição do Decreto 3 551, em 4 de agosto de 2000, que permitiu a preservação e o registro do “patrimônio imaterial ou intangível”. Esta proposta sugere registrar as “práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações” (GONÇALVES, 2003, p. 28), sem necessariamente sugerir o tombamento, tornando esta ação mais flexível que as concepções tradicionais, ainda que considerando medidas mais cautelosas na seleção daquilo que deve ou não ser preservado. Isso contribuiu de forma positiva para a multiplicação de conhecimento e reorientação dos órgãos públicos de diferentes instâncias que se interessam pelo patrimônio cultural, na construção de uma “identidade cultural”. Assim, incorporam-se ações que auxiliam na difusão e fomento da preservação patrimonial a partir deste viés e que poderiam servir de instrumentos para um plano de gestão municipal.

Conclui-se que existe uma preocupação em preservar e consolidar uma identidade cultural e que a integração entre diferentes setores administrativos, instituições afins da comunidade, universidades e sociedade civil, permitirá uma ampliação da diversidade cultural do município, difusão de agentes culturais e uma inventariação, catalogação, registro e mapeamento do patrimônio histórico, artístico,

arquitetônico, arqueológico e paleontológico do Município mais ampla e diversa. Garantir um instrumento de gestão a longo prazo, onde é possível determinar planos, metas e verbas, assim como incentivos municipais para os proprietários (como isenção de impostos, por exemplo), é essencial para garantir a manutenção e revitalização de espaços de interesse histórico e cultural.

### **3.2. RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE NO RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

Segundo Chuva e Nogueira (2012), um dos problemas em se tomar os bens culturais é quando estes se tornam “equipamentos com pouca utilidade social e pouca viabilidade financeira” (CHUVA; NOGUEIRA, 2012, p. 33). Em Rio Claro/SP foram identificadas duas situações: os bens culturais da região central que recebem uma função institucional, havendo uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada e os espaços subutilizados, que para se evitar um total abandono, são cedidos para usos de grupos sociais e coletivos, como é o caso dos antigos barracões da estação ferroviária ao longo da Rua 1B - bairro Cidade Nova, também conhecido como Galpão das Artes.

Os coletivos são formados majoritariamente por um público jovem e, apesar de possuírem uma característica mais informal em relação a outros movimentos ativistas contemporâneos, são essenciais para a compreensão do urbanismo tático, já que são protagonistas nas intervenções urbanas pontuais, de baixo custo e que visam uma promoção de inclusão e cidadania, principalmente no que se refere à afirmação da memória e à visibilidade de grupos minoritários, bem como no acesso público a espaços melhor qualificados e a serviços básicos de infraestrutura. Porém, há uma grande dificuldade em localizá-los, pois seus registros estão geralmente ligados às atividades exercidas, poucos possuem espaços próprios ou regularização jurídica, seus encontros geralmente são pontuais e contam com a disponibilidade de espaços culturais.

Por outro lado, em alguns casos, a apropriação dos espaços por estes coletivos e grupos sociais se torna conveniente para o poder público e instituições privadas, como uma alternativa para redução de gastos na gestão desses bens, sejam estes tombados ou não, e na oferta de serviços culturais. Contudo, por se tratarem de ações pontuais, não garantem a revitalização, conservação e restauro destes bens,

sobretudo por falta de verba própria, mas também por não terem a propriedade dos imóveis.

O Galpão das Artes, Rua 1B – Cidade Nova, é de propriedade da Rumo Logística S.A., mas o uso está atualmente cedido para a Orquestra Sinfônica de Rio Claro (grupo tradicional da cidade, que fornece aulas gratuitas para jovens e adultos de instrumentos de música clássica, FIGURA 87); para o Fundo Social de Solidariedade (Extensão da Secretaria de Ação Social, com o objetivo de receber e realizar doações para famílias carentes, FIGURA 88); e atividades físicas e culturais voltadas para o público geral, como a Cia. Passarinhar (aulas de arte circense, como tecido acrobático) e o MM Boxe (aulas de Boxe Olímpico, desde 2003, FIGURA 89), indicados na Figura 90 “Rua 1 B – Cidade Nova”. Este último, é o ponto de encontro para as iniciativas da Frente Cultural InBoxe.

**Figura 88.** Imagem dos antigos Galpões da Estação Ferroviária, Rua 1B, com vista para a Orquestra Sinfônica de Rio Claro.



Fonte: Acervo da autora, data: 23/11/2020.



**Figura 89.** Imagem da fachada do Barracão de Solidariedade (Galpões da Estação Ferroviária, Rua 1B - Cidade Nova).



Fonte: Fonte: Acervo da autora, data: 23/11/2020.

**Figura 90.** Imagem da fachada do MM Boxe (Galpões da Estação Ferroviária, Rua 1B - Cidade Nova), com detalhes dos trabalhos realizados nas oficinas de lambedura.



Fonte: Acervo da autora, data: 23/11/2020.



**VISTA 1 - GALPÃO CULTURAL (ANTIGO BARRACÃO C.P.E.F.)**  
RUA1B, ENTRE AV. 4A E 1A - BAIRRO CIDADE NOVA



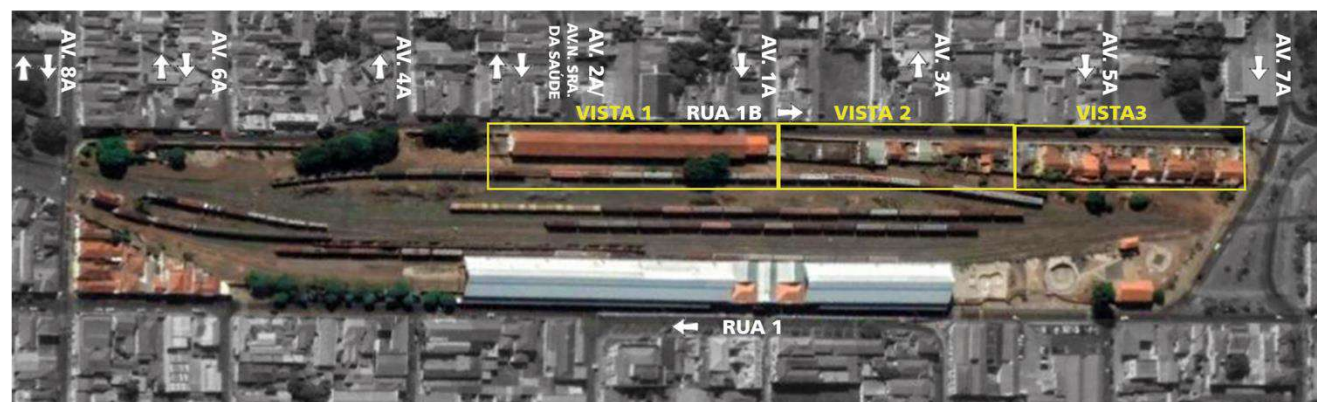
**VISTA 2 - GALPÃO CULTURAL (ANTIGO BARRACÃO C.P.E.F.) E REMANESCENTES FERROVIÁRIOS**  
RUA1B, ENTRE AV. 1A E 3A- BAIRRO CIDADE NOVA



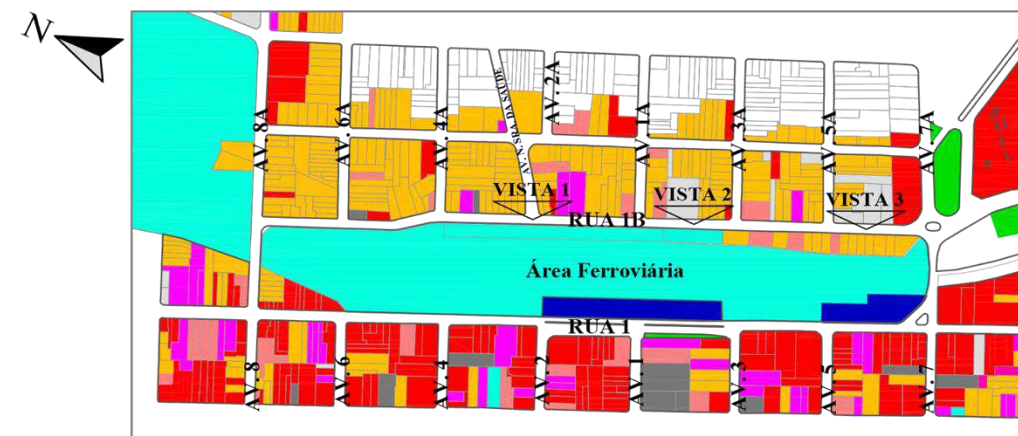
**VISTA3 - REMANESCENTES FERROVIÁRIOS (ANTIGAS RESIDÊNCIAS DE OPERÁRIOS)**  
RUA1B, ENTRE AV. 3A E 7A - BAIRRO CIDADE NOVA

**1) VISTA FRONTAL - RUA 01 B - CIDADE NOVA**  
SEM ESCALA

FONTE: GOOGLE EARTH. DATA:13/12/2021



**2) IMAGEM AÉREA - ÁREA FERROVIÁRIA**  
SEM ESCALA



**3) MAPA DE USO DO SOLO**  
ESC. 1:5.000

**LEGENDA:**

<span style="color: green;">■</span> ÁREA LIVRE PÚBLICA	<span style="color: blue;">■</span> INSTITUCIONAL PÚBLICO	<span style="color: yellow;">■</span> RESIDENCIAL
<span style="color: red;">■</span> COMERCIAL	<span style="color: cyan;">■</span> INSTITUCIONAL PRIVADO	<span style="color: magenta;">■</span> SERVIÇO
<span style="color: pink;">■</span> INDUSTRIAL	<span style="color: grey;">■</span> MISTO	<span style="color: grey;">■</span> ESTACIONAMENTO COMERCIAL

As ações culturais e sociais promovidas pela Frente Cultural InBoxe são de iniciativa própria e voltadas para a comunidade, mas desenvolvidas em parceria com diversos coletivos, como o 288 Crew ( equipe de som e seletores de vinil), Kino-Olho (Grupo de Pesquisa e Prática Cinematográfica - Coletivo de cinema, que atua em Rio Claro e região desde 2005), Popularirango, Coletivo Mãe África (promoção de ações artísticas, culturais e educacionais, com o objetivo de eliminar a discriminação e o preconceito racial). Dentre estas ações culturais e sociais estão: o Drive Thru Solidário, que se dedica à arrecadação de mantimentos e itens de higiene para doação a artistas locais; Plante uma ideia, onde foram promovidas duas ações: geladeira com livros para acesso da comunidade e plantio de plantas na área remanescente da ferrovia (FIGURA 91); promoção de palestras, músicas e danças, com temáticas como “O que você faz para combater o Racismo?”, Batuque da umbigada, Carnaval “Carna In Boxe”, oficinas de Lambaço, Reggae e Grafite, “Sarau dos que ainda estão vivos” (em prol da Marielle Franco), entre outros.

**Figura 92.** Imagem do projeto “Plante uma ideia”, com o plantio de árvores na área remanescente da ferrovia, organizada pela Frente Cultural MM Boxe.



Fonte: Rede social da Frente Cultural MM Boxe.

A promoção destas ações culturais (FIGURA 92) permite a inclusão de diferentes classes sociais e o uso público desses espaços, além da resistência em

manter ativa a memória coletiva, através de rodas de conversa, histórias orais, música e dança, ou seja, através das manifestações culturais e da memória afetiva. Segundo Arantes (1994), “Para um indivíduo cuja cultura sofre ameaça de destruição, uma arma eficiente de resistência é a memória afetiva. Dela é que depende a sua preservação da identidade, sua ou de seu grupo; ela é o núcleo de sua personalidade.” (ARANTES, 1994, p.13), assim a participação política e a busca por “espaços de voz” é também uma resistência; exemplo disso é o ConCult (Conselho de Política Cultural de Rio Claro), onde os representantes geralmente são artistas ligados a algum grupo ou coletivo atuante na cidade. A identidade do grupo é também “externalizada” através da demarcação do espaço, onde cada grupo representa sua “personalidade” nas fachadas e interiores dos espaços culturais (FIGURA 93), seja através de arte, grafite, lambe-lambe, exposições de suas atividades ou até mesmo com as cores “branco e azul” para representar o uso de institucional público.

**Figura 93.** Imagem da oficina de movimentos da capoeira de angola, realizada no mês de outubro de 2021.



Fonte: Rede social da Frente Cultural InBoxe, data: 13/13/2021

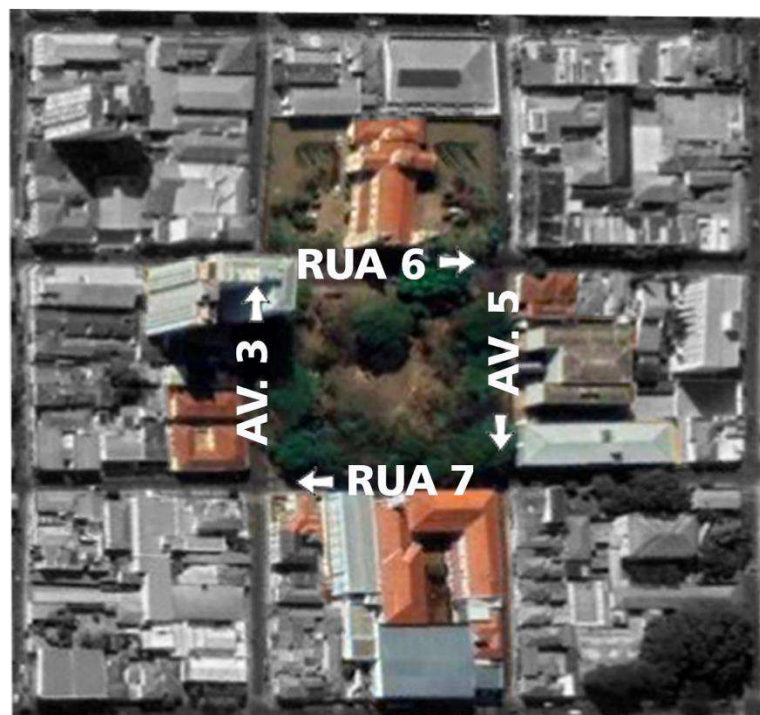
**Figura 94.** Imagem interna do MM Box, durante uma das atividades realizadas pela Frente Cultural InBoxe.



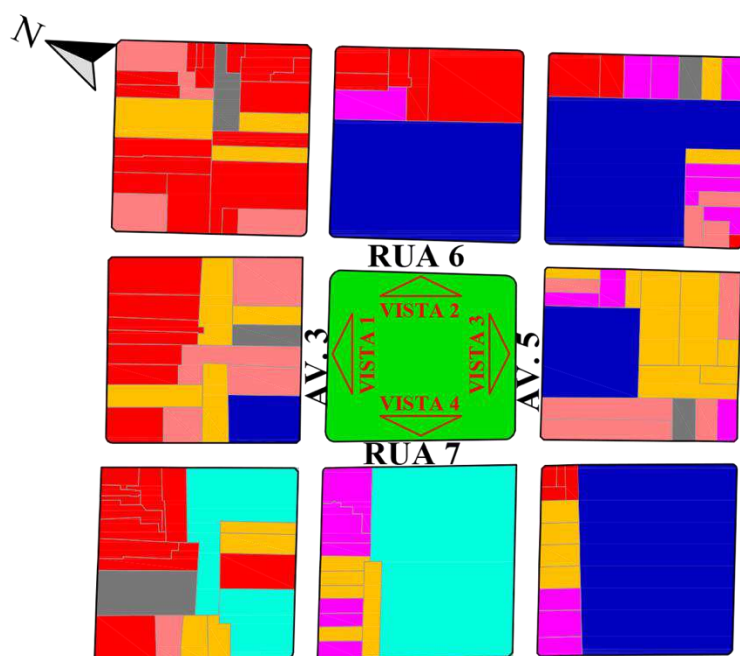
Fonte: Rede social da Frente Cultural InBoxe, data: 13/13/2021

Nos espaços localizados no Centro Histórico (Centro Histórico – Uso Institucional; FIGURA 94), o mesmo ocorre. O Grupo Kino-Olho, por exemplo, utiliza o subsolo do Casarão da Cultura (de propriedade da Família Koelle) para suas atividades e armazenamento de seus equipamentos (FIGURA 95), sendo o andar térreo de uso da Secretaria da Cultura, além de local de encontro de outros grupos sociais e atividades culturais da cidade, como por exemplo: aula de coral e aula de piano, ambos gratuitos e desenvolvidos em apoio da Secretaria da Cultura. No Centro Histórico, é possível verificar que existem manutenções nos edifícios de interesse histórico e cultural, geralmente feitas pelos proprietários dos imóveis, como o Colégio Puríssimo, o Casarão da Cultura e a Igreja Matriz ou em parceria entre o poder público e a iniciativa privada, como no Gabinete de Leitura, no antigo Solar da D. Luisa Botão e atual Etec Prof. Armando Bayeux da Silva, e no Museu pedagógico “Amador Bueno de Veiga”.

FONTE: GOOGLE EARTH. DATA: 13/12/2021



**1) IMAGEM AÉREA - CENTRO HISTÓRICO  
PRAÇA DA LIBERDADE - CENTRO  
SEM ESCALA**



**2) MAPA DE USO DO SOLO  
ESC 1:5.000**

**LEGENDA:**

<span style="color: green;">■</span> ÁREA LIVRE PÚBLICA	<span style="color: blue;">■</span> INSTITUCIONAL PÚBLICO	<span style="color: yellow;">■</span> RESIDENCIAL
<span style="color: red;">■</span> COMERCIAL	<span style="color: cyan;">■</span> INSTITUCIONAL PRIVADO	<span style="color: magenta;">■</span> SERVIÇO
<span style="color: pink;">■</span> INDUSTRIAL	<span style="color: lightcoral;">■</span> MISTO	<span style="color: grey;">■</span> ESTACIONAMENTO COMERCIAL

Fonte: Acervo da autora, data: 13/12/2021



**VISTA 1 - CENTRO HISTÓRICO  
AV 3, ENTRE AV. 6 E 7 - CENTRO**



**VISTA 2 - CENTRO HISTÓRICO  
RUA 6, ENTRE AV. 3 E 5 - CENTRO**



**VISTA 3 - CENTRO HISTÓRICO  
AV 5, ENTRE AV. 6 E 7 - CENTRO**



**VISTA 4 - CENTRO HISTÓRICO  
RUA 7, ENTRE AV. 3 E 5 - CENTRO**

**3) VISTA FRONTAL - CENTRO HISTÓRICO  
SEM ESCALA**

**AUTORA:** Camila C. P. Campoy  
**ORIENTADORA:** Maria Cristina da S. Schicchi

**CENTRO HISTÓRICO - USO INSTITUCIONAL**  
**INDICADAS**

DATA: 13/12/2021

**BASE CARTOGRÁFICA:**

Intervenção da autora sob o "Anexo IV.a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede, Plano Diretor - 2017, desenvolvido pela Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP". FOTOS: Acervo da pesquisa/2021

**Figura 96.** Imagem do subsolo do Casarão da Cultura, com exposição das atividades do Grupo Kino-Olho.



Fonte: Acervo da autora. Data: 26/11/2021

No período desta pesquisa e em decorrência da Covid-19, os espaços de interesse cultural da cidade permaneceram fechados e eventos considerados tradicionais interromperam suas atividades, retomando-as apenas em setembro de 2021. É importante citar que os editais da Lei Aldir Blanc<sup>13</sup> e do Proac<sup>14</sup> (Programa de Ação Cultural) foram significativos no fomento e na retomada das ações culturais do município, mas que a programação cultural desenvolvida pela Secretaria de Cultura também permitiu que as atividades ocorressem em diferentes espaços culturais, como o Casarão da Cultura, Museu pedagógico “Amador Bueno de Veiga” (FIGURA 93), Praça do Ferroviários, estes dentro do recorte do estudo - o Centro Urbano -, além das regiões periféricas. Desta forma, as ações culturais permitem uma ressignificação dos espaços culturais, sobretudo dos edifícios tombados, tornando estes lugares

<sup>13</sup> Lei nº 14 017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc): Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (PORTAL SNC, 2021).

<sup>14</sup> Lei nº 12 268, de 2006: o Proac é uma legislação de incentivo à cultura do Estado de São Paulo, que financia atividades artísticas de diferentes segmentos e abrangência, através de editais anuais (PROAC, 2021).

acessíveis a um público heterogêneo, assim como novos usos, que são readaptados conforme a necessidade da população, evitando assim uma estagnação destes.

**Figura 97.** Imagem da exibição do filme “Marighella” durante o mês da Consciência Negra no Museu, realização pelo Coletivo Kino-Olho, com apoio do coletivo 288 Crew e da Secretaria da Cultura, com a presença do coletivo Mãe África.



Fonte: Acervo da autora. Data: 13/11/2021

Com relação à memória ferroviária, é possível observar no entorno da área da Estação Ferroviária e a área das antigas oficinas da CPEF, a existência de antigas residências típicas de vilas operárias, que permanecem sob direito de uso dos familiares, como na extensão da Rua 1 B – bairro Cidade Nova, e Avenida 22 e na Rua 2 A – bairro Vila Aparecida; além disso, os bairros ainda possuem relação com a ferrovia e uma predominância de uso residencial, o que faz com que permaneçam os laços afetivos de várias gerações com a ferrovia, mesmo que se refiram às construções mais novas.

**Depoimento 1:** Eu tenho 65 anos. Sou natural daqui de Rio Claro, da Vila Paulista [...]. Meu avô com mais o Sr. Nascimento [...] foram os primeiros proprietários negros de Rio Claro, porque os negros não tinham propriedade, não tinham nada né?! Então eles conseguiram esse terreno e construíram [...] ele era funcionário né, entrou na coisa, naquela lei que teve... que teve uma



lei de cotas<sup>15</sup> né? [...] do trabalhador brasileiro nos anos 30. Então nessa lei de cotas eles conseguiram entrar, porque até então só conseguia trabalhar na lavoura [...] Aí entraram na Cia. Paulista. (PAULA, 2021, 13:53 min)

**Depoimento 2:** Nasci, fui criado e moro no bairro Cidade Nova. E é o bairro da Cidade Nova que faz divisa com o Horto Florestal. Meu pai quando veio da cidade de dois córregos, ele trabalhava na Cia. Paulista de Estrada de Ferro, então o bairro ali é composto por muitos funcionários da Cia. Paulista. [...] A primeira rua que foi aberta aqui no bairro, que começou a ocupar o bairro do Horto Florestal aqui na frente, foi a rua 4B, que aí foi derrubado o muro e a gente conseguiu entrar ali dentro daquela área, porque ali foi construído o Grupo Escolar Cidade Nova, que hoje chama E.E. Marciano de Toledo Piza. [...] abrindo aquela avenida, a gente ocupando, a cidade vindo ocupar um pouco do Horto Florestal. [...] Foi uma coisa que abriu ali a rua 4B, depois abriu ali a rua 3B, depois abriu a rua 2B, a gente foi acompanhando aquelas ruas ali do Horto Florestal. Então atravessava ali onde era o Matarazzo, depois a escola, depois nasceu o Campo do Vila Paulista Futebol Clube, ali onde tem aquele condomínio de casas do Vila Paulista atrás do Shopping, ali era um grande campo de futebol, onde tinha o pessoal do Cidade Nova e Vila Paulista se “degladiavam”. (FILHO, 2016, 20:46 min)

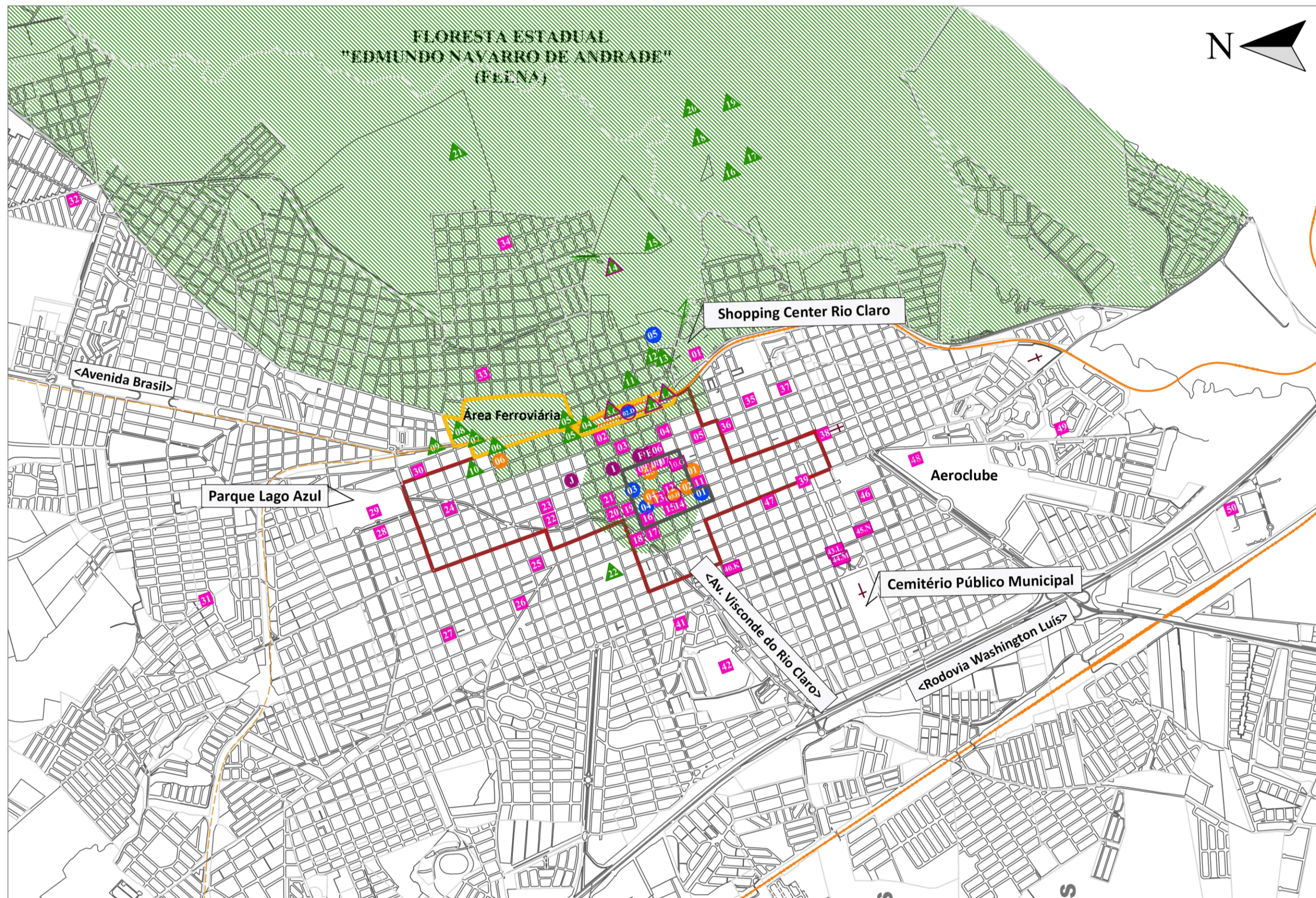
### 3.3. ANÁLISE DA ZEPAC-2: SUBSÍDIOS À GESTÃO MUNICIPAL

A área definida como ZEPAC-2 refere-se ao perímetro definido oficialmente pelo município, em resposta a uma demanda do órgão de preservação estadual (Condephaat), destinado à preservação, valorização e salvaguarda dos patrimônios ambiental e cultural (de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico) do âmbito urbano.

Ao longo da pesquisa buscou-se identificar e mapear através de um compilado das informações produzidas por órgãos oficiais e pela sociedade civil (depoimentos, produções acadêmicas e técnicas, além da análise *in loco*), a fim de compreender o que está sendo valorizado e protegido dentro do perímetro da ZEPAC-2, representadas na Figura 97 que se refere ao mapa do patrimônio cultural de Rio Claro/SP.

---

15 Criadas durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a “Lei de cotas” restringia a entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil e a “Lei dos 2/3” (decreto nº 19 482, de 12 de dezembro de 1930) impunha que fábricas, empresas e instituições públicas contratassem pelo menos dois terços de funcionários brasileiros natos. A junção destas leis foi uma medida política que objetivava a diminuição de imigrantes para conter o desemprego e fortalecer a identidade nacional. (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2020)



**1) MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE RIO CLARO**  
Esc 1:25.000

- Centro Urbano (Lei complementar nº128/2017)
- Ferrovia
- ▨ ZEPAC 2
- Centro Histórico
- - - Remanescente ferroviário

**AUTORA:**  
Camila C. P. Campoy

**ORIENTADORA:**  
Maria Cristina da S. Schicchi

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO CLARO/SP**

DATA: 25/11/2021

ESCALA: 1:25.000

**BASE CARTOGRÁFICA:**

1. Intervenção da autora sob o Anexo IV a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede, Plano Diretor - 2017, desenvolvido pela Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

## LEGENDA - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE RIO CLARO:

### Edifícios de Interesse Cultural

- 01 Antiga Fábrica Matarazzo/  
Atual Shopping Center de Rio Claro/SP
- 02 Agência de Correios S/A
- 03 Antiga Caixa Econômica do Estado /  
Atual agência do Banco do Brasil
- 04 Grupo Ginástico Rioclarense
- 05 Loja Maçônica Estrela do Rio Claro
- 06 Praça central / Coreto
- 07 Antigo Casarão da Família Picoli/  
Atual Agência Bradesco
- 08 Antigo Banco Mercantil / Atual Bradesco Prime
- 09 Antigo Cine Excelsior/  
Atual Restaurante Excelsior e Lojas Americanas
- 10 Sociedade Filarmônica Rioclarense
- 11 Jornal Diário do Rio Claro/SP
- 12 Igreja Matriz de São João Batista
- 13 Antiga Teatro Variedades/ Atual Supermercado Dia%
- 14 Colégio Puríssimo Coração de Maria
- 15 Antiga Res. da Família José Ribeiro de Almeida  
Santos Filho/Atual Clínica Odontológica H.M. - Dr. Hugo José de Moraes
- 16 Antiga Cervejaria Rio Claro/ Atual UNICEP
- 17 Antiga sede social dos funcionários da Cervejaria Rio Claro/ Atual SENAC
- 18 Mercado Municipal de Rio Claro
- 19 Remanescente industrial
- 20 Colégio Alem
- 21 Primeira Igreja Presbiteriana de Rio Claro
- 22 Igreja Evangélica Luterana
- 23 Deutsche Schule/ Atual Colégio Koelle
- 24 Antigo Auto Clube de Rio Claro/ Casa de Bombas
- 25 Antiga Maternidade Sant'Anna / Atual Hospital Evangélico
- 26 Antiga UNESP Rio Claro
- 27 E.E. Barão de Piracicaba
- 28 E.E. Chanceler Raul Fernandes / Antigo Ginásio Vocacional
- 29 Centro Cultural de Rio Claro/SP / Biblioteca "Maria Victoria Alem Jorge"
- 30 Igreja Nossa Senhora Aparecida
- 31 Biblioteca "Zezerina Q. Tedesco"
- 32 CEU Mãe Preta / Biblioteca "Profa. Ivanira Bohn Prado"
- 33 E.M. Carolina Augusta Seraphim
- 34 Grêmio Recreativo Cultural Bela Vista
- 35 Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro/SP
- 36 Racionalismo Cristão
- 37 Estádio Benito A. Castellano - Velo Clube
- 38 Antigo Cemitério Alemão / Atual Cemitério Evangelista

- 39 Antiga unidade da Cervejaria Rio Claro e Vila operária
- 40 G.R.C.B.E.S. Samuca  
(Grêmio Recreativo Cultural Beneficente Escola de Samba Samuca)
- 41 Rádio Clube F.M. / Claret
- 42 Centro Universitário Claretiano / Antigo Colégio dos Padres
- 43 Associação Cultural e Beneficente Nipo Brasileira
- 44 GRASIFS Voz do Morro  
(Grupo Acadêmico Sociativo Independente Faculdade do Samba)
- 45 Associação Beneficente Cultural e Recreativa Tamoyo
- 46 Antigo Hospital de Leprosos / Atual Casa de Saúde "Bezerra de Menezes"
- 47 Praça e Igreja São Benedito
- 48 Aeroclube "Adhemar de Barros"
- 49 Antigo Matadouro de Rio Claro/SP
- 50 Antigo Gurgel Indústria e Comércio Ltda.

### Tombamentos Oficializados

- 01 E.F. Cel. Joaquim Salles
- 02 Estação Ferroviária de Rio Claro/SP
- 03 Gabinete de Leitura
- 04 Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno de Veiga".
- 05 Floresta Estadual "Edmundo Navarro de Andrade"

### Tombamentos em análise pelo CONDEPHAAT

- 01 Antigo Solar da Dona Luiza Botão /  
Atual Secretaria da ETEC " Armando Bayeux da Silva"
- 02 Obelisco Comemorativo da República / Praça da Liberdade
- 03 Antiga residência da família Siqueira Campos /  
Atual Casarão da Cultura  
Secretaria da Cultura / Subsolo: Kino-Olho
- 04 Antiga residência do Barão de Porto Feliz
- 05 Antiga residência do Barão Visconde do Rio Claro /  
Atual E.M. Marcello Schimidt
- 06 E.E. Irineu Penteado

### Grupos / Instituições e Coletivos

- A Família de Antigos Operários
- B Skatistas / Ponto de ônibus - Empregados do centro  
Grupo de Capoeira de Angola Rio Claro/SP  
SAMUF - Banda União dos Artistas Ferroviários  
Frente Cultural InBoxe / MM Boxe / Cia. Passarinhar  
Orquestra Sinfônica de Rio Claro
- C Policia Militar / Secretarias Esporte e Turismo / I.M.F.
- E Feira Livre - Praça da Liberdade
- F Grupo de seresteiros de Rio Claro
- G U.F.A.União dos Ferroviários Aposentados

### Remanescentes Ferroviários / Memória da Ferrovia

- 01 Residências de antigos operários da Ferrovia  
Famílias de antigos operários
- 02 Praça dos Ferroviários
- 03 Galpão Cultural / Antigos barracões da CPEF  
Orquestra Sinfônica de Rio Claro / Cia. Passarinhar / MM Boxe / Aula de capoeira
- 04 Cabine de Chaves - Av.8
- 05 Túnel de passagem Av. 8A (Galeria "Túnel das Artes")
- 06 Antigo SENAI Ferroviário/ Atual EDUQ
- 07 Residências de antigos operários da Ferrovia
- 08 Portão / Antiga Entrada de bicicletas para a Cia. Paulista
- 09 Área remanescente dos trilhos do trem
- 10 Antigo Cine Tabajara / Atual Casa e Vida
- 11 Antigo campo de futebol - Guarani Futebol Clube
- 12 E.E. Marciano de Toledo Piza / Grupo Escolar Cidade Nova
- 13 Praça Edmundo Navarro de Andrade
- 14 Clube dos Cavaleiros de Rio Claro
- 15 PREMA Tecnologia e Comércio Ltda.
- 16 Igreja N. Sra. do Eucalipto
- 17 Antigo Salão de eventos
- 18 Vila do Horto / Antigas colônias
- 19 Lago
- 20 Museu do Eucalipto
- H Casarão da Cultura (porão ocupado pelo Kino Olho)
- I Sociedade Italiana de Beneficência de Rio Claro
- J Sindicato Trabalhadores Empresas Ferroviárias
- K G.R.C.B.E.S. Samuca  
(Grêmio Recreativo Cultural Beneficente Escola de Samba Samuca)
- L Associação Cultural e Beneficente Nipo Brasileira
- M GRASIFS Voz do Morro  
(Grupo Acadêmico Sociativo Independente Faculdade do Samba)
- N Associação Beneficente Cultural e Recreativa Tamoyo

**AUTORA:**  
Camila C. P. Campoy  
**ORIENTADORA:**  
Maria Cristina da S. Schicchi

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE RIO CLARO/SP**  
ESCALA: 1:25.000  
DATA: 25/11/2021

**BASE CARTOGRÁFICA:**

1. Intervenção da autora sob o Anexo IV a - Mapa do Zoneamento do Distrito Sede, Plano Diretor - 2017, desenvolvido pela Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP.

Como é possível observar, os patrimônios culturais da cidade se concentram em sua maioria no perímetro do Centro Urbano (definido pela Lei complementar nº128/2017), e no Centro Histórico. A área envoltória dos edifícios tombados, mantém preservados outros edifícios de interesse cultural de futuras transformações imobiliárias. Identificou-se que as demolições que ocorreram nesta região foram mais impactantes e perceptíveis pela população por se tratarem de edificações que possuem caráter arquitetônico e histórico, características reconhecidas e valorizadas pela sociedade; diferentemente, nas vilas operárias e outros remanescentes ferroviários, como galpões e oficinas, já exemplificados, que atualmente se encontram desgastados ou em péssimo estado de conservação, as destruições ocorrem paulatinamente, ao longo do tempo, por falta de manutenção ou subutilização ou dificuldade de gestão atual para construções com características tão diversas e envolvendo populações e problemas sociais distintos.

Os demais edifícios de interesse cultural, que se encontram fora do perímetro do Centro Urbano, referem-se a espaços:

1) apontados como de responsabilidade da Secretaria de Cultura, que estão em “situação precária, com falta de equipamentos ou necessitados de investimentos estruturais diversos” (PMC, 2019), em especial, bibliotecas municipais e centros culturais (itens 29, 31 e 32 do mapa da Figura 97 e na Figura 99);

**Figura 99.** Imagem (à esquerda) da Centro Cultural, localizado no Parque Lago Azul, que abriga a biblioteca “Maria Victoria Alem Jorge”; no andar inferior também está localizada a casa noturna “Cia. Paulista”. Imagem (à direita) do CEU Mãe Preta, localizada no bairro Mãe Preta, que abriga a biblioteca “Prof. Ivanira Bohn Prado”.



Fontes: Acervo da autora, data: 17/10/2020; Google imagens, data: 26/12/2021.

2) Espaços ligados à memória de comunidades, que não possuem registros, territórios e relações com o patrimônio material do centro, por serem “excluídos” ou “estigmatizados” durante o processo histórico de urbanização. Constatou-se que suas atividades culturais ainda ocorrem em áreas mais distantes do Centro Histórico, nas proximidades do Cemitério Público Municipal e do antigo Hospital de Leprosos (atual Bezerra de Meneses, número 46 do mapa da Figura 97), como por exemplo a Associação Cultural e Beneficente Nipo Brasileira (número 43 do mapa da Figura 97), a GRASIFS Voz do Morro (número 44 do mapa da Figura 97) e o Associação Beneficente Cultural e Recreativa Tamoio (número 45 do mapa da Figura 97);

3) Ligados a atividades que ocorriam em regiões periféricas em diferentes momentos da história, como Cemitérios (número 38 do mapa da Figura 97), Matadouro (número 49 do mapa da Figura 97), Aeroclube número 48 do mapa da Figura 94), Indústrias (número 39 e 50 do mapa da Figura 97), casas de saúde ou maternidade (números 25 e 35 do mapa da Figura 97) grêmios recreativos (número 34 dos “edifícios de interesse cultural” e item 22 do “remanescentes ferroviários/memória da ferrovia”, ver Figura 97) e instituições de ensino (números 26, 33 e 42 do mapa da Figura 100), por exemplo.

**Figura 100.** Imagem (à esquerda) do Grêmio Recreativo da Cia. Paulista e Imagem (à direita) do Grêmio da Bela Vista.



Fonte: Google, data: 26/12/2021.

De maneira geral, o patrimônio cultural estudado ainda está bastante relacionado às igrejas (católica e evangélica, principalmente), instituições de ensino, edifícios de caráter arquitetônico ligados à representantes da elite, política e social, da cidade, como os casarões, e pouco relacionado à fábricas, cortiços e vilas operárias. Contudo, a apropriação destas construções por grupos sociais é um fenômeno crescente, que possibilita uma mínima ação de zeladoria pelo uso, uma

ressignificação que se processa ao longo do tempo, na medida em que o lugar vai se consolidando com uma nova imagem, proporcionada pelos novos usos, pelas manifestações culturais e a abertura para diferentes públicos, de distintas faixas etárias, etnias e classes sociais.

Os remanescentes ferroviários se concentram na proximidade da área ferroviária e da FEENA, onde concentrava-se a vida operária. O perímetro da ZEPAC-2 extrapola a delimitação do Centro Urbano e atinge a área posterior à ferrovia. Refere-se à proteção ambiental da Floresta, patrimônio natural da cidade, mas neste perímetro estão também compreendidos alguns bairros relacionados à memória ferroviária, que compõem parte da paisagem da ferrovia e mesmo do entorno da Floresta. Ou seja, entre a Floresta e o conjunto ferroviário propriamente dito, há um espaço urbano ocupado com diversos bairros residenciais, relacionadas a distintos períodos do funcionamento da ferrovia que devem ser considerados como parte da memória da formação do tecido social e urbano do centro de Rio Claro.

Estes remanescentes estão, em sua maioria, subutilizados, abandonados ou até mesmo em processo de esquecimento ou demolição, como por exemplo a Igreja Nossa Senhora do Eucalipto (número 16 do mapa da Figura 94) e as antigas casas da colônia (número 18 do mapa da Figura 94), ambas dentro da FEENA. Em contrapartida, grande parte destas construções foram apropriadas pela maioria dos grupos sociais atuantes apontados neste mapa da pesquisa (Figura 94).

Desta forma, buscou-se, neste mapeamento, consolidar um levantamento preliminar através de fontes primárias e secundárias, permitindo uma seleção e identificação dessas referências culturais. Num segundo momento, foi possível identificar e relacionar estes elementos com a memória e os remanescentes ferroviários, pois esses grupos concentram-se na área, condicionados pela disponibilidade de uso dos espaços, mas também pela facilidade de acesso, pela identificação com as características das próprias edificações, em sua obsolescência funcional, mas que ainda guardam um significado social, de resistência e resiliência frente às mudanças da área central mais valorizada em termos imobiliários. A leitura contemporânea destes territórios, dos usos e das condições atuais, entretanto, constituiu em questão essencial para a discussão sobre a gestão de preservação destes espaços e de seu legítimo pertencimento ao centro de Rio Claro, assim como a atuação dos grupos, coletivos e instituições que os utilizam.

Como afirma Meneses (2015, p.39), a cidade “para ser culturalmente qualificada como cidade, ela precisa ser boa como cidade, precisa de condições de viabilidade econômica, infraestrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, saúde, educação, etc.”. Desta forma, a memória individual, o cotidiano e a relação da sociedade civil com as áreas de interesse cultural, são necessárias para uma compreensão da cidade como um “bem cultural”.

Sob essa perspectiva é que se constitui seu valor, como constructo material e imaterial de uma diversidade cultural.

Para a gestão, além da necessidade de mapeamento e visibilização destas referências culturais (ação, em parte, iniciada neste trabalho) e da criação de uma instância municipal de articulação de diferentes secretarias, seria necessário, como afirma Moraes (2021), em relação aos processos de participação na definição dos patrimônios e conteúdos culturais:

[a] formação e contratação de recursos humanos mais ou menos atentas e comprometidas com questões de representatividade; dinâmicas avaliativas centradas em métricas e resultados autocentrados ou comprometidas com usos, impactos, afetos e protagonismos variados; enfim, tomadas de decisão que movimentam, orientam e dão sentido social e cultural às instituições (MORAES, 2021, p.18)

Ou ainda, como afirma Poulot (2009), seria importante considerar que o patrimônio

[...] evoca um conjunto de valores que, à semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão “sensível” das identidades pessoais e sociais, das afinidades religiosas, das culturas populares e até mesmo das mitologias. Neste aspecto, ele distingue-se de uma história profissional, cujos interesses são exclusivamente críticos, participando de uma espécie de reencantamento do passado material e, ao mesmo tempo, deixando o trabalho da história controlar sua configuração e validar sua autenticidade. (POULOT, 2009, p. 235)

Portanto, a participação nas decisões sobre o que preservar, além de ser um direito à cultura, pode tornar-se também uma prática formadora de novos conhecimentos tanto para os agentes e gestores do patrimônio quanto para os grupos envolvidos, legitimando outros níveis de apreensão e interpretação.

#### 4. CONCLUSÃO

Através da compreensão dos principais períodos de expansão da área central da cidade foi possível correlacionar os edifícios, lugares e dinâmicas urbanas, refletindo sobre a preservação do patrimônio cultural de Rio Claro/SP. Conclui-se que os métodos tradicionais de preservação, isto é, os processos de tombamento e a inventariação, se referem a patrimônios materiais concentrados sobretudo no Centro Histórico da cidade, mas que seu perímetro de proteção manteve preservadas outras edificações que resistiram ao tempo e são apontadas pela sociedade como edifícios de interesse cultural. Também as ações de preservação ainda concentram-se no Centro Histórico e a utilização destes espaços por instituições públicas e privadas garantem um maior investimento para estes edifícios, tornando o bem cultural acessível ao público, mesmo que este usufrua do espaço sem conhecer ou identificá-los com sua história. Porém, a leitura que está sendo feita ainda se refere predominantemente a edificações de caráter histórico e arquitetônico, desconsiderando ou desconhecendo outras referências culturais importantes para a história de diferentes grupos que compõe a cidade, em especial, a classe operária.

Desta forma, através do questionamento da subutilização dos remanescentes ferroviários, constatou-se que estes edifícios não estão deteriorados e nem tampouco em total abandono; a área ferroviária e os trilhos do trem ainda estão ativos; houve uma popularização da área, como a presenciada no comércio central e na apropriação de grupos no Galpão das Artes (Rua 1B – Cidade Nova). Apesar do uso manter essas áreas ativas, as manutenções são pontuais, pouco especializadas e de baixo investimento, resultando num desgaste pelo tempo e pela intensidade de uso. Além disso, estas não deixam de ser ações voltadas para o setor imobiliário, uma vez que os edifícios são alugados, permanecendo, portanto, sujeitos a mudanças de padrão a qualquer momento. Uma intervenção de revitalização da área ferroviária que abrangesse a paisagem de seu entorno poderia aumentar consideravelmente o valor dos imóveis da área central, gerando deslocamentos do comércio popular, ou seja, uma gentrificação<sup>16</sup> comercial. Em contrapartida, ações de incentivo para os comerciantes e moradores locais poderiam constituir um caminho para envolver os

---

<sup>16</sup> É um fenômeno que afeta determinada região da cidade que recebeu investimentos e valorização imobiliária, fazendo com que ocorra uma transformação social dos grupos sociais ali alocados, substituindo a classe baixa por classes sociais abastadas.



atuais ocupantes, a fim de promover melhorias que não descaracterizassem os edifícios e preservassem o seu valor de conjunto cultural para a cidade; e uma cooperação entre técnicos e empresários, onde o investimento econômico possua suporte e orientações técnicas no âmbito da preservação, para otimizar seu uso atual em consonância com possíveis alternativas de cunho turístico e cultural.

Através da análise de depoimentos, que compõem aspectos importantes da cidade através das práticas comuns, do trabalho e experiências particulares, imagens e mapas históricos, assim como registros fotográficos atuais, buscou-se incorporar visões distintas da população, a partir da memória relacionada à ferrovia.

A partir do estudo dos grupos sociais existentes na cidade, necessário para a reflexão sobre novos critérios para a eleição do patrimônio cultural da cidade, constatou-se que, na ausência de uma política de preservação municipal, iniciativas de grupos e instituições privadas operam como mediadores na ressignificação dos espaços e no resgate da memória local.

Neste sentido, esta pesquisa apontou diversas iniciativas no âmbito cultural e pedagógico, que abrangem a memória oral, lúdica, imagética, simbólica e afetiva, como: Projeto Memória Viva; concurso e exposições fotográficas “Rio Claro Revela sua história”; Projeto Griô; Projeto Arqaventuras; Atlas pedagógico; o Plano Municipal de Cultura; eventos culturais, como exposição, exibição de filmes, música e dança; e oficinas oferecidos por grupos sociais. São iniciativas que partiram de distintos agentes públicos e privados, muitas realizadas a partir de trabalho voluntário, o que aponta para um desejo de participação e ação sobre a cultura e o patrimônio (material e imaterial) da cidade.

Porém, tais iniciativas se encontram desarticuladas da gestão pública, ou entre as próprias secretarias, o que as tornam intermitentes e pontuais, sem uma garantia de continuidade. Somente uma articulação, envolvendo diversos setores da sociedade e da administração municipal, como o cultural, o pedagógico, o social, o turístico e o econômico, poderia garantir a continuidade dessas ações, de forma que se tornem efetivas e valorizem a diversidade cultural local, sobretudo, para que possibilitem uma constante atualização e incorporação de novos valores e referências culturais.

Infere-se que a ausência dessa articulação é resultante da desativação de uma série de órgãos técnicos, como o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e da falta de políticas públicas

municipais específicas para o setor cultural. Por isso, a responsabilidade de preservação de edifícios, memória e identidade cultural foi assumida por algumas entidades públicas que, em outro organograma administrativo, seriam coadjuvantes no processo, como o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado" e o Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno de Veiga".

Ao iniciar a pesquisa, não se esperava encontrar tanto material em acervos, instituições públicas e privadas, produzidos, arquivados e difundidos, sobretudo pela sociedade civil. Desta forma, entende-se que a criação de um órgão capaz de articular estas diversas ações, já existentes em profusão no município, poderia torná-las mais visíveis e efetivas: auxiliando programações culturais; promovendo suporte técnico aos empresários e aos grupos sociais; definindo diretrizes permanentes no âmbito da preservação cultural e de programas pedagógicos. Todos esses aspectos são geradores indiretos de empregos e valorização de artistas locais, tendo, portanto, reflexos sociais.

Isso não torna menos importantes os processos de tombamentos para conter ações desenfreadas em meio às transformações imobiliárias. Contudo, inverter o olhar e partir da identidade cultural e reconhecimento da população que utiliza estes edifícios, incluindo os proprietários, muitas vezes alheios a estes processos, é um fator importante para que as ações se aproximem das necessidades e interesses da população, como um todo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- A CASA MAIS QUE MORADA. Projetos arquitetônicos do Eng. Augusto Schimidt Filho. In: Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno de Veiga”. Rio Claro: Out, 2021.
- ARANTES, A.A. (org). Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- ARANTES, A.A. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. In: Caderno de Estudos do PEP. COPEDOC/IPHAN-RJ, 2005, p.9-14.
- ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. da S. **São Luiz do Paraitinga e seu tombamento: de conjunto à paisagem**. A: "Identidades: territorio, cultura, patrimonio", 2020, núm. 9
- ASSMANN, A. Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural – Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- COELHO, O.G.P. **Novos atores na preservação do patrimônio**. Estados, municípios e sociedade civil. In: AZEVEDO, P. O. D.; CORRÊA, E. L. (Org.) Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Volume 2. Coleção ARQUIMEMÓRIA. Salvador: EDFBA, 2013
- BILAC, M.B.B. Política local e coronelismo: Um estudo sobre as elites políticas de Rio Claro. Salvador: CADERNO CRH, n. 26/27, p. 291-314, jan./dez. 1997
- CAMPOS, M.T., *at. al.* ACIRC, 90 anos de história. Associação Comercial e Industrial de Rio Claro. 1922-2012. Rio Claro: Divisa editora e artes gráficas, 2012, 288 p.:il. CDD: G330.9716
- CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. Pelotas: Revista Memória em Rede, dez. 2009/ mar. 2010, v.1, nº1.
- CANDAU, J. Memória e Identidade. Título original: Memórie et identité. Tradução: FERREIRA, L. Maria. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CARNEIRO, C. C. J.: Ponto Crítico. A muleta da história. Ponto crítico. Rio Claro: Jornal Cidade, 2017.
- CASTRIOTA. L. B. Patrimônio cultural. Conceitos, Políticas, Instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CERTEAU, M. de. A Invenção do cotidiano. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998. Pag. 277 a 291.
- CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G.R. (orgs). Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- DINIZ, D.M.F.L. **Rio Claro e o café: Desenvolvimento, Apogeu e Crise (1850 -1 900)**. Rio Claro: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo, 1973.
- FARIA, M.M. **Resistir e fixar: A formação de negros territórios e suas manifestações na cidade de Rio Claro/SP**. Rio Claro: UNESP, 2011.

FILENI, R. F. C. **O Processo Migratório para o Interior Paulista: O caso de Rio Claro.** Rio Claro: UNESP, 2004.

FITTIPALDI, F. C. O Teatro São João. Rio Claro: Revista Arquivo Público de Rio Claro, p.36-38, 26-38, 1984.

GARCIA, L.B.R. **Rio Claro e as Oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Trabalho e Vida Operária - 1930-1940.** Campinas: Unicamp, 1992.

GRANDI, G. **A companhia estrada de ferro Rio Claro e o projeto de expansão ferroviária da companhia paulista.** Araraquara: UNESP.

GONÇALVES, J.R.S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: UNIRIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

GOUVÊA, F. M. Os imigrantes alemães em Rio Claro: estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidades nos séculos XIX e XX / Flavia Mengardo Gouvêa. Franca: [s.n.], 2011.103f.

HAKKERT,R.; ROCHA, M. I.B.;SYDENTRICHER, J. Perfil Socioeconômico de Rio Claro. Campinas: Unicamp, NEPO, 1985, Texto 2.

HENRIQUES, A.M., *et. al.* Patrimônio edificado em Rio Claro/SP. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”, 2016, 1ºed.

HOGAN, D. N.; OLIVEIRA, M.C.F.A.;NETO, J.M.S. **Café, Ferrovia e População: O processo de urbanização de Rio Claro.** Campinas: Unicamp, NEPO, 1986, Texto 5.

HUMMEL, C.P. e MENDES, A.P. “*Brownfields*” e atores sociais no município de rio claro (sp- brasil): memórias e revitalizações. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

LONDRES, C. at. al. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio. Brasil: IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais, INRC 2000, 2000.

LÓPEZ, E.L. Paisagens performativas: a reutilização adaptativa como recurso para o sistema complexo do patrimônio ferroviário. In: OLIVEIRA, E.R. Memória ferroviária e cultura do trabalho : balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar - II / Eduardo Romero de Oliveira (org.). - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020 491 p. : il. – (Série TICCIH-Brasil ; Novas perspectivas ; v. 2)

MENESES, U. T. B. de. (1993). A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 1(1), 207-222. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100014>

MENESES, U.T.B de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégia e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação,Weber Sutti. Brasília, DF : Iphan, 2012, p.25-59.

MENESES, U. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI;

SOUZA; BASTOS; GALLO (orgs). Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2015 (2a edição), p.33-76.

MINA, R. V., & ALMEIDA, M. A. B. de. (2018). O Lazer dos Ferroviários em Rio Claro-SP e o Controle da Companhia Paulista. LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer, 21(3), 299–318. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1871>

MORAES, J.N.L. Horizontes e Itinerários da Participação dos Públicos nos Museus. In Museologia e interdisciplinaridade: publicação eletrônica do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação. – v.10, n. 20(2021) – Brasília: UnB/FCl, 2021, p. 168-190. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/index>

NATIVIO, P. M. **Paisagens pretéritas e a (re)produção do centro da cidade de Rio Claro**. Rio Claro: UNESP, 2008.

NOGUEIRA, A.G.R e FILHO, V.S.R. Formação de mediadores de educação para patrimônio. Afinal, o que é patrimônio? Conceitos e suas trajetórias. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020, fasc. 1.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, São Paulo, n.10, 1993, p.7-28.

NUNES, A. B. **Memória e ferrovia**: Diferentes gerações relembrando a experiência da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro. São Paulo: USP, 2015.

OLIVEIRA, E.R. O patrimônio do transporte ferroviário no Brasil: contribuições da arqueologia industrial ao registro e preservação do sistema ferroviário. In: OLIVEIRA, E.R. Memória ferroviária e cultura do trabalho : balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar - II / Eduardo Romero de Oliveira (org.). - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020 491 p. : il. – (Série TICCIH-Brasil ; Novas perspectivas ; v. 2)

PENTEADO, O.A. Coletânea histórica de Rio Claro 1977. Rio Claro: 1977

PEREIRA, F.A.S. **Organizações e espaços da raça no oeste paulista**: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960). São Carlos: UFSCAR, 2009.

POULOT, D. 2009. Uma história do patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII – XXI. Do monumento aos valores. Tradução João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade.

SANTOS, F.A. **Rio Claro**: Uma cidade em transformação (1850 – 1906). Campinas: Unicamp, 2000.

SCHICCHI, M.C.S. *et al.* Urbano, suburbano, periurbano: a ferrovia e outros patrimônios culturais. In: OLIVEIRA, E.R. Memória ferroviária e cultura do trabalho : balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar - II / Eduardo Romero de Oliveira (org.). - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020 491 p. : il. – (Série TICCIH-Brasil ; Novas perspectivas ; v. 2)

SCHICCHI, M.C.S.; *et al.* Território e cidade: Novas problemáticas para a gestão do patrimônio cultural e industrial. In OLIVEIRA, E. R. (Org.) Memória ferroviária e cultura

do trabalho: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019

SOUZA, R.A. **Difusão cultural nos meios ferroviários de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó", 1986.

TROPPEMAIR, H. Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro/ Helmut Troppmair - Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó", 1993

VALDANHA NETTO, A. et. Al. (2010). O Grêmio da Paulista e o lazer do ferroviário rio-clarense. Motriz, Rio Claro, v.16 n.3 p.549-558, jul./set. 2010. doi: <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n3p549>

#### SITES:

ARQUIVO PÚBLICO DE RIO CLARO. Disponível em <<https://aphrioclaro.sp.gov.br>> Acesso em: 13 dez 2021

AUSTRALIA ICOMOS. A carta de Burra, 2006. Tradução Antônio de Borja Araújo. Disponível em: < <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>> Acesso em: 13 dez 2021

BRASIL. Lei Aldir Blanc. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/normativos-lei-aldir-blanc/>. Acesso em: 13 dez 2021

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 19 mai 2021.

BRASIL. Patrimônio Imaterial. Brasil: IPHAN, 2021. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em: 15 mai 2021

BRASIL. SECRETARIA DE TURISMO. IPHAN. PORTARIA nº 407, 21 dez. 2010. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007. Portal IPHAN. Disponível em < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria\\_1722016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria_1722016.pdf) > Acesso em: 13 dez 2021

BRASIL. PROAC. Disponível em <<https://www.proac.sp.gov.br>> Acesso em: 13 dez 2021

BALDONI, Marco A. Destruição e tombamentos do centro histórico de Rio Claro. Revista Vitruvius. 072.01 Rio Claro. 06 de julho de 2006. Disponível em <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.072/1943>> Acesso em: 20 set 2019

CAETANO, E. História do sistema de cotas no Brasil. Disponível em <<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/historia-sistema-cotas-no-brasil.htm>> Acesso em: 13 dez 2021

CONDEPHAAT. Horto e Museu Edmundo Navarro de Andrade. Disponível em <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/horto-e-museu-edmundo-navarro-de-andrade/>> Acesso em: 13 dez 2021

CONSELHO DA EUROPA. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. Declaração de Amsterdam. 1975. Disponível em <<http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/declaracaodeamsterdam.pdf>> Acesso em: 30 jan 2022

DIÁRIO DO RIO CLARO. Rio Claro recebe locomotivas e carros ferroviários. Rio Claro, 03 de agosto de 2021. Disponível em <<http://j1diario.com.br/rio-claro-recebe-locomotivas-e-carros-ferroviarios/>> Acesso em: 13 dez 2021

DIÁRIO DO RIO CLARO. Memórias da ferrovia que o tempo não desfez. Rio Claro, 17 de junho de 2019. Disponível em <<http://j1diario.com.br/memorias-da-ferrovia-que-o-tempo-nao-desfez/>> Acesso em: 13 dez 2021

FERREIRA, M.C.B.F., OLIVEIRA, C.B. e BENINCANSA, V. Urbanização e ferrovia: implantação do sistema ferroviário e suas consequências no espaço urbano da cidade de Rio Claro/SP. In: VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. 2012. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI\\_coloquio\\_t2\\_urbanizacao\\_ferrovia.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t2_urbanizacao_ferrovia.pdf)> Acesso em: 13 dez 2021

G1 SÃO CARLOS E ARARAQUARA. Obras de duplicação de pontilhão interdita o trânsito em Rio Claro, SP. 12/05/2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/05/obras-de-duplicacao-de-pontilhao-interditam-o-transito-em-rio-claro-sp.html>> Acesso em: 13 dez 2021

G1 SÃO CARLOS E ARARAQUARA. Prefeitura de Rio Claro exonera 255 servidores comissionados após determinação da Justiça. 12/05/2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2020/05/12/prefeitura-de-rio-claro-exonera-255-servidores-comissionados-apos-determinacao-da-justica.ghtml>> Acesso em: 29 jan 2022

IMPrensa RIO CLARO. Prefeitura inaugura duplicação da Avenida 32. Rio Claro, 03 de jul de 2012. Disponível em <<https://imprensa.rioclaro.sp.gov.br/?p=14194>> Acesso em: 13 dez 2021

IMPrensa RIO CLARO. A Imprensa Imigrante em São Paulo' está no Túnel das Artes. Rio Claro, 03 de nov de 2010. Disponível em <<https://imprensa.rioclaro.sp.gov.br/?p=4326>> Acesso em: 13 dez 2021

HUMMEL, C. Prédios históricos sucumbem a ação do tempo. Rio Claro: Jornal Cidade, 07 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.jornalcidade.net/rc/predios-historicos-sucumbem-a-acao-do-tempo/21541/>> Acesso em: 27 out 2019

JORNAL CIDADE. Retirada de figueira gera comoção no bairro São Benedito. Rio Claro, 05/09/2015. <<https://www.jornalcidade.net/rc/retirada-de-figueira-gera-comocao-no-bairro-sao-benedito/22890/>> acesso: 17/05/2021

RIO CLARO, [Lei Complementar nº 082]. Lei de zoneamento urbano, do uso e ocupação do solo do município. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro. 25 set 2013. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20130082&NroLei=082&Word=&Word2=>. Acesso em: 19 mai 2021

RIO CLARO, [Lei Complementar nº 128] **Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro**. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro. 04 Dez. 2017. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=201701281>. Acesso em: 19 mai 2021

RIO CLARO, [Lei Complementar nº 3806] **Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Rio Claro**. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro. 28 Dez. 2007. Disponível em: <https://www.rioclaro.sp.gov.br/pd/arquivos/Lein3806-2007.pdf>. Acesso em: 19 mai 2021

RIO CLARO. [Resolução nº 09/2019 – 21 out 2019] Plano Municipal de Cultura. Rio Claro: Relatório final. V Conferência Municipal de Cultura, 2019, p. 1-22. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/19ZBPZ\\_QzADXC4yrBiCQKIFPUg75vKf\\_/view?fbclid=IwAR1djbMSF23wL\\_1u1ckhpZpTb4nNgaDweW2xQHdEtn1BqEOZnqDjCFJFWWQ](https://drive.google.com/file/d/19ZBPZ_QzADXC4yrBiCQKIFPUg75vKf_/view?fbclid=IwAR1djbMSF23wL_1u1ckhpZpTb4nNgaDweW2xQHdEtn1BqEOZnqDjCFJFWWQ). Acesso em: 19 mai 2021

REPRODUÇÃO/EPTV. Rio Claro, SP, promove campanha para recuperar árvore centenária. Rio Claro, 17/08/2012. Disponível em <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/08/rio-claro-sp-promove-campanha-para-recuperar-arvore-centenaria.html> acesso em 17/05/2021.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. Rio Claro e a greve dos trabalhadores da Cia: Paulista de Estradas de Ferro em 1906. Am. Lat. Hist. Econ [online]. 2006, n.25 [citado 2021-05-19], pp.95-117. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-22532006000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532006000100004&lng=es&nrm=iso). ISSN 2007-3496. Acesso em: 19 mai 2021

SEADE. Perfil dos municípios paulistas, dados sobre Rio Claro/SP. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/> Acesso em: 19 mai 2021

## MAPAS

GOOGLE Earth. **Imagem aérea do Município de Rio Claro/SP**. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-22.40575918,47.5699229,618.87155825a,8187.09128586d,35y,69.49921005h,0t,0r>. Acesso em: 05 mai 2021

RIO CLARO. Coleção “Argemiro Dias”. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”, 2021, ref. CAD 117, 281 e 284.

RIO CLARO. Mapa de zoneamento urbano. Rio Claro: SEPLADEMA, 2021, Anexo IV a, base cartográfica disponível em DWG.

PRAÇA DOS FERROVIÁRIOS. Implantação geral / pisos táteis. Prancha 01/07. Baos Arquitetura + construtora. Data:10/2013. Fonte: Secretaria de Obras Públicas, Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP

## ENTREVISTAS

BORTOLOTTI, J.: O relojoeiro. Depoimento reeditado [jul. 2019]. Arquivo mp3. (4:09 min). Entrevista concedida ao Projeto Memória Viva do Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteadado”, disponível no canal do YouTube “Projeto Memória Viva:



Arte, cultura e história” < <https://www.youtube.com/watch?v=QFDY0JYqeR8>> Acesso em 10 out 2021

CARVALHO, N. Companhia Paulista de Estrada de Ferro e a Escola Ferroviária. Depoimento reeditado [abr. 2019]. Arquivo mp3. (14:30min). Entrevista concedida ao Projeto Memória Viva do Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteadó”, disponível no canal do YouTube “Projeto Memória Viva: Arte, cultura e história” < <https://www.youtube.com/watch?v=7TWVCHRLPhY&t=6s>> Acesso em 10 out 2021

FILHO, P. A.: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade. Data: 11/02/2016. Arquivo mp3. (20:46min). Entrevista concedida ao Projeto Memória Viva do Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteadó”.

GAGLIARDO, A.: Ex-funcionário Cia. Paulista e Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade. Depoimento reeditado [mai. 2019]. Arquivo mp3. (9:35min). Entrevista concedida ao Projeto Memória Viva do Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteadó”, disponível no canal do YouTube “Projeto Memória Viva: Arte, cultura e história” < <https://www.youtube.com/watch?v=YNDkbTEsFis>> Acesso em 10 out 2021

KINO-OLHO. Cinema e a preservação da memória. Exibição do curta: "Vou-me embora pra Paulista". Arquivo mp3. (2:11:41 h). Coletivo Kino-Olho. Direção, Roteiro e Produção: Cláudia do Canto, disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=5o9PUNX37ek>> Acesso em: 13 dez 2021

LUZ, M.J.H.M.: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade. Data: 04/03/2016. Arquivo mp3. (15:45min). Entrevista concedida ao Projeto Memória Viva do Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteadó”.

MACHADO, H. G. Depoimento reeditado [mai. 2021]. Arquivo mp3. (16:41 min). Entrevista concedida ao Projeto Memória Viva do Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteadó”, disponível no canal do YouTube “Projeto Memória Viva: Arte, cultura e história” <<https://www.youtube.com/watch?v=hszVJnqkAms&t=900s>> Acesso em 10 out 2021

PAULA, D. A. Depoimento reeditado [jan. 2021]. Arquivo mp3. (13:53 min). Entrevista concedida ao Projeto Memória Viva do Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteadó”, disponível no canal do YouTube “Projeto Memória Viva: Arte, cultura e história”. <<https://www.youtube.com/watch?v=mWprB52btAE&t=356s>> Acesso em 10 out 2021

## 6. APÊNDICE 1:

As tabelas abaixo (“Edifícios de interesse cultural” e “grupos sociais/instituições e coletivos”) elaborada pela autora através de informações coletadas nos livros “HENRIQUES, A.M., *et al.* Patrimônio edificado em Rio Claro/SP. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Pentead”, 2016, 1ª ed.”, “CAMPOS, M.T., *et al.* ACIRC, 90 anos de história. Associação Comercial e Industrial de Rio Claro. 1922-2012. Rio Claro: Divisa editora e artes gráficas, 2012, 288 p.:il. CDD: G330.9716” e dados coletados através de pesquisa eletrônica, com o intuito de identificar os patrimônios que os munícipes consideram relevante para preservação histórica.

EDIFÍCIOS DE INTERESSE CULTURAL						
Área Central						
	Patrimônio	Área	Endereço	Data da construção	Ordem	Status (2021)
<b>1</b>	Praça da Matriz (Praça da Liberdade)	-	Rua 6 e 7, entre Av. 3 e 5, s/n - Centro	1827	Público	Existente
<b>1.1</b>	Obelisco comemorativo da República	-	Praça Matriz	-	Público	Existente
<b>1.2</b>	Árvore da Liberdade	-	Praça Matriz	Dez. de 1889	Público	Existente
<b>1.3</b>	Busto de José Bonifácio de Andrade da Silva	-	Praça Matriz - Rua 6, esquina com Av. 3	1922	Público	Existente
<b>1.4</b>	Obelisco comemorativo do 10º centenário da fundação de Rio Claro	-	Praça Matriz	1927	Público	Existente
<b>1.5</b>	Busto de Ulysses Silveira Guimarães	-	Avenida 3	-	Público	Existente
<b>1.6</b>	Busto do Dr. Vasco da Silva Mello	-	Praça Matriz	-	Público	Existente
<b>2</b>	Solar do Barão e Baronesa de Dourado	965 m <sup>2</sup>	Avenida 2, nº572, esquina da Rua 7 - Centro	1863	Privado	Atual Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". Restaurado

3	Residência do Barão de Porto Feliz	371m <sup>2</sup>	Av. 2, nº 501, esquina Rua 6 - Centro	1864	Privado	Atual Estúdio Aliança
4	Residência do Barão de São João de Rio Claro	1.159 m <sup>2</sup>	Avenida 1, nº 352	1865	Público	Atual Escola Municipal Marcelo Schmidt
5	Residência de Siqueira Campos	479 m <sup>2</sup>	Avenida 3, nº568, esquina da Rua 7 - Centro	1868	Privado	Atual Casarão da Cultura
6	Deutsche Schule	3.538,00 m <sup>2</sup>	Rua 5, nº 1827, entre Av. 16 e 14 - Centro	1883	Privado	Atual Colégio Koelle. Preservado
7	Matadouro Municipal	7.900,00 m <sup>2</sup>	Avenida João Polastri - Jardim Itapoã	1886	Público	demolido
8	Gabinete de Leitura	343m <sup>2</sup> / terreno 385m <sup>2</sup>	Avenida 4, nº427 - Centro	1890	Público	Biblioteca Municipal "Lenyra Camargo Fracarolli"
9	Residência da Família Emílio Nociti	339m <sup>2</sup> / terreno 1171,84m <sup>2</sup>	Rua 4, nº 1332, Av. 4 e 6 - Centro	1891	Privado	Edifício Societ e fachada da Sociedade Italiana
10	Sociedade Philarmônica Rioclarense	-	Rua 5 com Av. 5	1897	Privado	Existente
11	Mercado Municipal	1.748,00 m <sup>2</sup> / Terreno 5.151,00 m <sup>2</sup>	Rua 8, nº 1345, entre Av. Visconde do Rio Claro e Av. 6, ruas 8 e 9 - Centro	1897	Público	Existente
12	Residência de Dona Luisa Botão	3.497,00m <sup>2</sup> / terreno 5.095,00m <sup>2</sup>	Av. 5, nº 445, entre Ruas 6 e 5 - Centro	1899	Privado	Atual ETEC Prof. Armando Bayeux da Silva.
13	Casa das Bombas	-	Av. Visconde do Rio Claro, nº 290 - Centro	1900	Privado	Antigo Auto Clube de Rio Claro. Fechado para uso.
14	Escola Coronel Joaquim Salles	1.102m <sup>2</sup> / terreno 6.452 m <sup>2</sup>	Rua 7, nº 793, esquina com Av. 7 - Centro	1900	Público	Escola Estadual Cel. Joaquim Salles.
15	Loja Maçônica Estrela do Rio Claro	-	Rua 4, nº708 - Centro	1903	Privado	Existente

16	Igreja São Benedito de Culto ao Senhor	-	Av. 13 e 15, nº100, entre ruas 9 e 10 - Centro	1905	Privado Religioso	Existente
17	Colégio Puríssimo Coração de Maria	5.767 m <sup>2</sup>	Rua 7, nº 881, entre Av. 3 e 5 - Centro	1909	Privado	Existente
18	Residência da Família José Ribeiro de Almeida Santos Filho	500,00m <sup>2</sup> / terreno 341,00m <sup>2</sup>	Av. 3, nº 615, esq. Rua 7 (inclui Av. 3, nº 690) - Centro	Anterior a 1910	Privado	Clínica Odontológica Dr. Hugo José de Moraes
19	Estação Ferroviária	9.458m <sup>2</sup> / terreno 55.834 m <sup>2</sup>	Rua 1, nº 1100, Avenida 1 - Centro	1911 (prédio atual) e 1876 (antiga estação)	Público	Atual Secretaria Municipal de Turismo, Instituto Memória Ferroviária.
20	Cervejaria Rio Claro	7.900 m <sup>2</sup>	Rua 7 e 8, nº 1193, entre Av. 2 e 4 - Centro	1919	Privado	Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro (ASSER / UNICEP)
21	I Igreja Presbiteriana de Rio Claro	283,30 m <sup>2</sup>	Rua 5, nº 1445, entre Av. 6 e 8 - Centro	1928	Privado Religioso	Existente
22	Igreja Evangélica de Confissão Luterana	635 m <sup>2</sup> / terreno 1014,00m <sup>2</sup>	Av. 14, nº466, esquina Rua 5 - Centro	1924	Privado	Igreja Evangélica de Confissão Luterana
23	Largo do Teatro e Largo da Matriz	-	Rua 3 e 4, Av. 3 e 2 - Centro		Público	Jardim Público - Praça 15 de Novembro e Praça Otoniel Marques Teixeira
23.1	Coreto	-	Jardim Público	-	Público	Existente
23.2	Estátua "Diana, a caçadora"	-	Jardim Público	-	Público	Existente
23.3	Estátua "O índio"	-	Jardim Público	-	Público	Existente
23.4	Estátua "Anjo da Concórdia"	-	Jardim Público	-	Público	Existente
23.5	Busto José Maria da Silva Paranhos Júnior	-	Jardim Público	1914	Público	Existente
23.6	Busto Alfredo Ellis	-	Jardim Público	1954	Público	Existente
23.7	Busto Carlos de Carvalho	-	Jardim Público	1961	Público	Existente

23.8	Busto Siqueira Campos	-	Jardim Público	1964	Público	Existente
23.9	Estátua Arthur Bilac	-	Jardim Público	1964	Público	Existente
23.10	Busto Luis Vaz de Camões (Herma de Camões)	-	Jardim Público	1967	Público	Existente
24	Cine Theatro Variedades	846,00m <sup>2</sup> / terreno 740,00m <sup>2</sup>	Av. 1, n° 487, esq. Rua 6 - Centro	1914	Privado	Supermercado Dia
25	Escola do Quilombo - 3° Grupo Escolar de Rio Claro	1808,00m <sup>2</sup> / terreno 2.273,00 <sup>2</sup>	Rua 1, n° 1982, esq. Av. 18 - Centro	1919	Público	Abandonado. Antiga E.M. Irineu Penteado.
26	Grupo Ginastico Rioclarense	-	Rua 2 com Av. 3	1919	-	Existente
27	Igreja do Senhor Bom Jesus	63,00m <sup>2</sup>	Av 23, n°1230	1921	Privado Religioso	Paróquia do Senhor Bom Jesus
28	Igreja Matriz de São João Batista	1.272,00 m <sup>2</sup> / terreno 5.005,00m <sup>2</sup>	Rua 6, n° 950, entre Av. 3 e 5 - Centro	1926	Privado Religioso	Existente
29	Fábrica Matarazzo	18.237,00m <sup>2</sup> / terreno 46.711,00m <sup>2</sup>	Av. Conde Francisco Matarazzo Júnior, n°205 - Vila Paulista	1933	Privado	Atual Shopping Center Rio Claro.
30	Diário do Rio Claro	-	Av. 5, Rua 7 - Centro	1934	Privado	Existente
31	Cine Excelsior	1.494,00m <sup>2</sup> / terreno 1.738,00m <sup>2</sup>	Rua 4, n° 1129, Av. 1 e 2 - Centro	1938	Privado	Atual Lojas Americanas e Sorveteria Palácio dos Sorvetes (térreo) e Restaurante Excelsior (pavimento superior)
32	Racionalismo Cristão	232,96m <sup>2</sup> / terreno 851,93m <sup>2</sup>	Rua 3, n° 617, esq. Av. 11	1943	Privado Religioso	Preservado
33	Colégio Alem	2.632,00 m <sup>2</sup> / terreno 2.366,00m <sup>2</sup>	Av. 6, n° 536, entre Ruas 6 e 7 - Centro	1949	Privado	Colégio Alem
34	Caixa Econômica do Estado	1.055,00m <sup>2</sup> / terreno 667,00 m <sup>2</sup>	Av. 4, n° 178, esq. Rua 3 - Centro	1950	Público	Atual Banco do Brasil
35	Igreja Nossa Senhora Aparecida	-	Rua 2A - Vila Aparecida	1954	Privado Religioso	Existente

36	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	3.850,00m <sup>2</sup> / terreno 8.258,00m <sup>2</sup>	Rua 10, n° 2527 - Alto do Santana	1958	Privado	Abandonado
37	Banco Mercantil	-	Av. 1, esq. Rua 4 - Centro	1960	Privado	Bradesco Prime
38	Escola Estadual Chanceler Raul Fernandes	13.598,00m <sup>2</sup> / terreno 25.186m <sup>2</sup>	Rua 2, n° 2.877 - Vila Operária	1968	Privado	E.E. Chanceler Raul Fernandes
39	Residência da Família Fontes	432,00 m <sup>2</sup> / terreno 1.206,00 m <sup>2</sup>	Av. 3, n° 598, esq. Rua 7 - Centro	Primeira metade do Séc. XX	Privado	Pertence ao Colégio Puríssimo Coração de Maria.
40	Instituto Joaquim Ribeiro	-	Rua 6, Av. 13 e 15 - Centro	-	Público	E.E. Joaquim Ribeiro
	<b>Floresta Estadual "Edmundo Navarro de Andrade"</b>					
	<b>Patrimônio</b>	<b>Área</b>	<b>Endereço</b>	<b>Data da construção</b>	<b>Ordem</b>	<b>Status (2021)</b>
1	Floresta Estadual "Edmundo Navarro de Andrade"	2.230.53 hectares	Av. Navarro de Andrade, S/N - Vila Paulista	1833	Público	Existente
2	Residência do Barão de Piracicaba	608,33 m <sup>2</sup>	Av. Navarro de Andrade, S/N - Vila Paulista	1833	Público	Atual Solar Navarro de Andrade (1916-1941). Fechado para uso
3	Museu do Eucalipto	-	Av. Navarro de Andrade, S/N - Vila Paulista	1916	Público	Existente
4	Capela Santo Antônio	150m <sup>2</sup>	Av. Navarro de Andrade, S/N - Vila Paulista	1955	Público	Fechado para uso
5	Sede da Fazenda Santa Gertrudes	-	Av. Navarro de Andrade, S/N - Vila Paulista	Início do Séc. XIX	Público	Atual Sede da Fundação Florestal em Rio Claro (Centro Administrativo FEENA)
6	Residência dos Trabalhadores (Sobrado Amarelo)	1040 m <sup>2</sup>	Av. Navarro de Andrade, S/N - Vila Paulista	Início do Séc. XX	Público	Atual Sobrado amarelo. Fechado para uso
7	8 residências de 130m <sup>2</sup> pertencentes a colônia da Fazenda Santo Antônio	1040 m <sup>2</sup>	Av. Navarro de Andrade, S/N - Vila Paulista	Início do Séc. XX	Público	Parcialmente ocupadas

Fora do perímetro Central						
	Patrimônio	Área	Endereço	Data da construção	Ordem	Status (2021)
1	Igreja Santa Cruz	1522,00 m <sup>2</sup>	Avenida 12, n°811, entre Ruas 8 e 9, bairro Santa Cruz	1856	Privado Religioso	Existente
2	Igreja Santuário Nossa Senhora da Boa Morte de Assunção	3.324 m <sup>2</sup>	Rua 10, n° 735, entre Avenidas 7 e 9, Boa Morte	1856	Privado Religioso	Existente
3	Cemitério Alemão	8.759,00 m <sup>2</sup>	Avenida 23, n°721, entre Ruas 6 e 7 - Cidade Jardim	1865	Privado Religioso	Atual Cemitério Evangélico. Preservado
4	Cemitério São João Batista	74.052,00 m <sup>2</sup>	Rua 16, n°0, com Av. da Saudade - Consolação	1875	Público	Existente
5	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, Portão de entrada e maternidade.	9.156,00 m <sup>2</sup> / terreno 36.307,00m <sup>2</sup>	Av. 15, n° 297, entre Ruas 1 e 3 - Bairro da Saúde	1913 a 1922	Privado	Existente
6	Maternidade Sant'Ana	-	Rua 8, n° 2066 - Santana	Década de 1920	Privado	Atual Hospital UNIMED - Unidade II - Evangélico
7	Maternidade antiga/ Clínica São Lucas	78,00m <sup>2</sup> / 36.307,00m <sup>2</sup>	Rua 3, n°375, entre Av. 15 e 19 - Bairro da Saúde	1930	Público	Atual Clínica São Lucas
8	Seminário Claretiano	10.764,00m <sup>2</sup> / terreno 46.055,43 m <sup>2</sup>	Av. Santo Antônio Maria Claret, n° 1724	Entre 1928 e 1929	Privado	Atual Centro Educacional Claretiano
9	Fábrica Matarazzo	18.237,00m <sup>2</sup> / terreno 46.711,00m <sup>2</sup>	Av. Conde Francisco Matarazzo Júnior, n°205 - Vila Paulista	1933	Privado	Atual Shopping Center Rio Claro.
10	Grupo Escolar Municipal "Barão de Piracicaba"	914,00m <sup>2</sup> / terreno 3.015,00 m <sup>3</sup>	Rua 8, n° 2.699 - Santana	1935	Público	E.E. Barão de Piracicaba

11	Aeroporto "Adhemar de Barros"	-	Av. Presidente Kennedy, nº 601 - Jd. Quitandinha	1939	Público	Atual Aeroclube
12	Cinema Tabajara	1.793,00m <sup>2</sup> / terreno 2.990m <sup>2</sup>	Av. 22, nº 816, esq. Rua 1 - Vila Aparecida	1950	Privado	Comércio Casa e Vida
13	Grupo Escolar Vila Indaiá	1.917,00m <sup>2</sup> / terreno 7.993,00m <sup>2</sup>	Rua 5B, nº 1119 - Vila Indaiá	1959	Privado	Atual E.E. Carolina Augusta Seraphim
14	Rádio Clube FM	-	Av 2, 1420 - Vila do rádio	1963	Privado	Existente

GRUPOS SOCIAIS/ INSTITUIÇÕES E COLETIVOS					
	Patrimônio	Endereço	Data de início das atividades	Ordem	Status (2021)
1	Banda da Guarda Nacional	Não identificado	1857	Privado	-
2	2º Escola de Desenho Artístico e primeira de pintura, ministrada por Lúcia Cereda de Lima	Não identificado	1865-1955	-	Não Ativo
3	Orquestra Sinfônica de Rio Claro	Galpão das Artes, Rua 1B - Cidade Nova	1871	Público	Ativo
4	Músico de Santa Cruz	Não identificado	1871	Privado	Não Ativo
5	Associação dos Occarinistas	Não identificado	1878	Privado	Não Ativo
6	Philarmônica Rio-clarense	R. 5, 938 - Centro	1879	Privado	Ativo
7	Banda União dos Artistas Ferroviários	R. 1 B, 301 - Cidade Nova	1896	Privado	Ativo
8	Grêmio Recreativo da Companhia Paulista de Estradas de Ferro	R. 9, 1569 - Santa Cruz	05 de agosto de 1896	Privado	Ativo



9	Grêmio Recreativo de Rio Claro - Cia Paulista	Rua Nove, 1569 13500-230 Rio Claro, São Paulo, Brasil	1896	Privado	Ativo
10	1º Escola de Desenho Artístico, ministrada pelo Senhor Primo Rivera (ocupava o cargo de chefe de Carpintaria e de Pintura da Cia. Paulista)	Não identificado	1900	-	Ativo
11	SDD Cidade Nova (Sociedade Dramática Dançante Cidade Nova)	Cidade Nova	1917	Privado	Ativo
12	GRASIFS Voz do Morro	R. Quinze, 150-198 - Consolação	1957	Privado	Ativo
13	Banda Maestro Custódio	Não identificado	-	Privado	Não Ativo
14	SMUAF - Banda União dos Artistas Ferroviários	R. 1 B, 301 - Cidade Nova	1896	Privado	Ativo
15	Corporação Musical da "Sociedade Carlos Gomes"	Não identificado	1899	Privado	Não Ativo
16	Orquestra Fábio Marasca	R. 1 B, 301 - Cidade Nova	1914	Privado	Ativo
17	Grupo Ginástico Rio Clarense	Rua 2, 941 13500-150 Rio Claro, São Paulo, Brasil	1919	Privado	Ativo
18	Banda União Comercial	Não identificado	1921	Privado	Não Ativo
19	Borginho e Orquestra	Não identificado	1934	Privado	Não Ativo
20	Orquestra de Câmara Koelle	Não identificado	1943	Privado	Não Ativo
21	Orquestra Blue Star	Não identificado	1953	Privado	Não Ativo

22	Associação Cultural Beneficente Nipo Brasileira	Avenida 19, 1485 - 13501-470 Rio Claro, São Paulo, Brasil	1956	Privado	Ativo
23	Sociedade Beneficente Cultural Dançante Veteranos	Av. 8, 979 - Centro	1955	Privado	Ativo
24	Grupo Tamoyo	R. Treze, 39 - Vila Elizabeth (Bnh)	1956	Privado	Ativo
25	Banda Marcial do Tiro de Guerra	Av. 23, 1289 - Estádio	1960	Privado	Ativo
26	Banda da Guarda Mirim	Av. Brasil, 600 - Vila Martins	1961	Privado	Ativo
27	Corporação Musical N.S. Aparecida	Não identificado	1965	Privado	-
28	SAMUCA - Escola de Samba (Grêmio Recreativo Cultural Beneficente Escola de Samba Samuca)	Avenida 9, 1200 13500-360 Rio Claro, São Paulo, Brasil	1974	Privado	Ativo
29	Escola de Samba A Casamba	Rua 3 A, 1105	1976	Privado	Ativo
30	Escola de Samba UVA	R. 3 A, 1155 - Vila Alemã	1986	Privado	Ativo
31	Centro de Atividades José Felício Castellano - SESI Rio Claro	Av. M 29, 441 - Jardim Floridiana	1992	Privado	SESI Rio Claro
32	Projeto Guri	UNICEP, Centro	1995	Público	Ativo
33	Orquestra Filarmônica	R. 5, 938 - Centro	1995	Privado	Ativo
34	Grupo Kino Olho (K.O.)	R. Sete, 1047-959 - Centro 13500-143 Rio Claro, São Paulo, Brasil	2005	Privado	Ativo
35	Coletivo 288 Crew	Não identificado	2014	Privado	Ativo

36	Frente Cultural InBox (MM Box)	MM Boxe, Rua 1B, 357, Cidade Nova, Rio Claro (Antigos barracões da Estação Ferroviária)	2014	Privado	Ativo
37	Popularirango	Não identificado	2014	Privado	Ativo
38	Cia Passarinhar	Rua 1b, 351 - Cidade Nova (Estação Ferroviária) Rio Claro, São Paulo, Brasil	2014	Privado	Ativo
39	Projeto Esperança	Condomínio das Nações	2015	Privado	Ativo
40	FEIRA DAS PRETAS	Bell Rezende Artesanatos: Avenida 14 A, nº 447, ruas 8Be9B	2018	Privado	Ativo
41	Coletivo Mãe África	Não identificado	-	Privado	Ativo
42	Batuque da umbigada Sete Lados - Rio Claro/SP	Não identificado	-	Privado	Ativo
43	Coletivo Art Muro	Não identificado	-	Privado	Ativo
44	Comunidade Estação do Bem	Rua 23 n162 - Jardim Nova Rio Claro - Rio Claro/SP	-	Privado	Ativo
45	EQUIPE PALMARES - resp. Dona Diva	Avenida P33, nº 157, Vila Paulista.	-	Privado	Ativo
46	CONERC – Conselho Municipal da Comunidade Negra de Rio Claro	Janice Rezende: Avenida 32 A, nº 261, Vila Alemã.	-	Privado	Ativo

47	GRUPO DO REENCONTRO	Clube Tamoyo: Rua 13, nº 11, esquina da Avenida 23, Bairro do Estádio.	-	Privado	Ativo
48	PROGRAMA BLACK TIME	Não identificado	-	Privado	Ativo
49	LJEXAZZ QUILOMBO EDUCACIONAL	Não identificado	-	Privado	Ativo
50	Casa de Batuqueiros e Produções	Não identificado	-	Privado	Ativo
51	Coletivo Feminista de Rio Claro Maria Maria	Não identificado	-	Privado	Ativo
53	CORAL MELO RÍTMICO	Colégio Puríssimo	-	Privado	Ativo
55	CORAL DA IGREJA LUTERANA	Igreja Luterana – Rua 5, 1850	-	Privado	Ativo
56	CORAL DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE RIO CLARO	Primeira Igreja Presbiteriana, rua 5 avs. 6 e 8 nº 1463	-	Privado	Ativo
57	CORAL DA 3ª IGREJA PRESBITERIANA	Av. 20, 1147 - Centro	-	Privado	Ativo
58	CORAL MUNICIPAL DE RIO CLARO	Casarão da Cultura	-	Público	Ativo
59	CORAL MADRIGAL COR DA VOZ	Não identificado	-	Privado	Ativo
60	Banda Infernal do Maestro Ramalho	Não identificado	-	Privado	-
61	Orquestra Irmãos Florin	Não identificado	-	Privado	-
62	Grupo da Congada e Tambú de São Benedito	Não identificado	-	Privado	-

## 7. ANEXO 1:

A tabela abaixo refere-se ao “Inventário Cultural do Acervo Arquitetônico do Município de Rio Claro/SP”, disponibilizada pelo ex-funcionário responsável pelo Departamento de Patrimônio Histórico Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, indicando os prédios e áreas de interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico da cidade.

<b>Uso anterior</b>	<b>Uso atual</b>	<b>Localização</b>
Solar do Barão e Baronesa de Dourado	MHP “Amador Bueno da Veiga”	Avenida 2 nº 572
Residência do Barão de Porto Feliz	Estúdio de Foto	Avenida 2 nº 501
Residência do Barão de São João de Rio Claro	Escola Marcello Schmidt	Avenida 1 nº 352
Residência de Siqueira Campos	Casarão da Cultura	Avenida 3 nº 568
Estação Ferroviária	Secretaria de Turismo	Rua 1 nº 1100
Largo do Teatro e largo da Matriz	Jardim Público – Praça 15 de Novembro	Rua 3 e 4. Avenidas 2 e 3
Gabinete de Leitura	Biblioteca Municipal “Lenyra Camargo Fracarolli”	Avenida 4 nº 427 - Centro
Mercado Municipal	Mercado Municipal	Rua 8 nº 1345
Residência de Dona Luisa Botão	Escola de Ensino Técnico Professor Armando Bayeux da Silva	Avenida 5 nº 445
Escola Coronel Joaquim Salles	Escola Coronel Joaquim Salles	Rua 7 nº 793
Colégio Puríssimo Coração de Maria	Colégio Puríssimo Coração de Maria	Rua 7 nº 881
Residência da família José Ribeiro de Almeida Santos Filho	Clínica Odontológica	Avenida 3 nº 615
Cine Teatro Variedades	Supermercado	Avenida 1 nº 487
Escola do Quilombo – 3º Grupo Escolar de Rio Claro	Imóvel desocupado	Rua 1 nº 1982
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro	Avenida 15 nº 297
Igreja Matriz de São João Batista	Igreja Matriz de São João Batista	Rua 6 nº 950
Residência da Família Fontes	Colégio Puríssimo Coração de Maria	Avenida 3 nº 598
Cine Excelsior	Lojas Americanas e restaurante	Rua 4 nº 1129
Instituto Joaquim Ribeiro	Escola Estadual Joaquim Ribeiro	Rua 6, esquina av. 13 e 15
Praça da Matriz	Praça da Liberdade	Rua 6 e 7, avenidas 3 e 5
Cervejaria Rio Claro	Faculdade ASSER	Rua 7 nº 1193